UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

SEANE ALVES MELO

DISCURSOS E PRÁTICAS:
Um estudo do jornalismo investigativo no Brasil

SÃO PAULO

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

SEANE ALVES MELO

DISCURSOS E PRÁTICAS:
Um estudo do jornalismo investigativo no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Área de Concentração I (Teoria e Pesquisa em Comunicação), Linha de Pesquisa 2 (Linguagens e Estéticas da Comunicação), da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA/USP), como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ciências da Comunicação, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Mayra Rodrigues Gomes.

SÃO PAULO

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Melo, Seane Alves

Discursos e práticas: um estudo do jornalismo investigativo no Brasil / Seane Alves Melo. -- São Paulo: S. A. Melo, 2015.
150 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientadora: Mayra Rodrigues Gomes

Bibliografia

1. Jornalismo Investigativo 2. Discurso 3. Campo jornalístico 4. Autorrepresentação I. Gomes, Mayra Rodrigues II. Título.

CDD 21.ed. - 070

A dissertação de mestrado *Discursos e práticas: um estudo do jornalismo investigativo no Brasil*, realizada pela aluna Seane Alves Melo sob orientação da Prof^a. Dr^a. Mayra Rodrigues Gomes, foi _____, no dia ____/____/____, pela banca composta pelos professores doutores:

Prof.^a Dr.^a Mayra Rodrigues Gomes (orientadora)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Quando penso nas minhas escolhas profissionais e na minha carreira acadêmica, penso imediatamente nos meus pais e no mundo de possibilidades que eles criaram para mim a partir de seu amor, apoio, investimento em educação, incentivo e, sobretudo, confiança. Portanto, é a eles que dedico meus primeiros agradecimentos.

Agradeço também aos mestres que encontrei neste caminho. À minha orientadora neste percurso, Mayra Rodrigues Gomes, fonte de inspiração e motivação para continuar sempre em busca do conhecimento. À minha primeira orientadora, Joanita Mota, que me acompanhou nos primeiros anos do curso de Jornalismo e até hoje me presenteia com comentários sempre valiosos. Aos formadores do meu referencial teórico preferido, Eliana Reis e Igor Grill, por terem me oferecido textos que constantemente redescubro. Aos professores e pesquisadores da Escola de Comunicações e Artes (USP), que tanto me ensinaram por meio de seus livros e aulas. Especialmente, aos membros desta banca, professores Eugênio Bucci e Eliza Casadei, dos quais sou profunda admiradora.

Além dos meus professores, agradeço àqueles que ouviram minhas questões e hipóteses e me devolveram comentários (ou mais questões) sem os quais esse trabalho não poderia ter adquirido esse formato: Marco Roxo, Lieli Loures, Arthur Santos, Nara Simões, Felipe Polydoro, Carolina Diniz, Guto Lobato, Natália Favrin, Tamara Gomes, Marcelo Lima, Rafael Ciscati, Ivan Paganotti, entre outros anjos.

Por fim, agradeço aos amigos que fizeram e fazem parte da minha vida, comemorando cada artigo publicado, escutando todos os desabafos, fazendo cobranças ou simplesmente sendo uma presença reconfortante. Aos amigos que trouxe do Maranhão: Marcella, Carolina, Mariana, Izabel, George (migx), Lana, Aline, Flávio e mais tantos outros. E, em especial, aos amigos que tornaram minha estadia em São Paulo muito mais acolhedora: meu *roomie* Kim Chiang (e os tios Gen e Reginaldo) pelo carinho desconcertante, Lieli-Gabriel-Theo por me deixarem desfrutar de suas companhias e me acolherem como membro da família, Tamara Gomes por ter se tornado parte tão importante da minha vida e por todos os amigos-presentes que me trouxe (Marcelo, Lucas, Babi, Ciscati, Stephanie e David), Beatriz e Neylor (queridos vizinhos), Arthur e Stephanie (pela companhia desde o início dessa jornada), os irmãos de orientação, os queridos do MidiAto – Grupo de Estudos de Linguagem: Práticas Midiáticas, os colegas de classe, os parceiros de congressos e os companheiros de bandeirão e Sweden.

RESUMO

Quais as definições do jornalismo investigativo no Brasil? Na prática profissional, o que o distingue do jornalismo de modo geral e de outras especialidades da área? Quais os critérios de consagração de um jornalista como repórter investigativo? Essas e outras questões estão no seio desta pesquisa que busca identificar as condições de possibilidade da emergência dos discursos sobre o jornalismo investigativo em nosso país e, principalmente, esclarecer as apropriações que foram feitas a partir deles. Nosso intuito era compreender as definições de jornalismo investigativo que têm sido trabalhadas na bibliografia nacional à luz das disputas que tomam forma no interior do campo jornalístico. Partimos da análise de obras teóricas sobre o tema, de coletâneas de reportagens investigativas e de fontes documentais (como resultados de premiações, dados de associações etc.) para levantarmos definições, referências e apropriações do discurso do “jornalismo investigativo” em nosso país. Ao longo da pesquisa – que se focou na análise de obras publicadas principalmente entre 1970 e 2010 – conseguimos identificar três eixos nos quais as definições de JI poderiam ser divididas (um com foco no papel ativo do jornalista, outro com foco na função de denúncia e um terceiro que considera o jornalismo investigativo um pleonismo) e, pelo menos, três usos diferentes dessa especialidade jornalística: ora ela aparece como sinônimo de grande reportagem, ora está identificada com o jornalismo policial e, após a redemocratização e a profissionalização do jornalismo brasileiro, ela será mais identificada com o escândalo político. Argumentamos que cada um desses deslocamentos de sentido, que por vezes são muito sutis e não necessariamente lineares, podem ser entendidos como posicionamentos diante de acontecimentos e transformações que ocorreram no período: o fim da censura prévia e o início da abertura política do regime militar, o crescimento do papel das Relações Públicas e das assessorias de imprensa, as regulamentações profissionais e o desenvolvimento do ensino de jornalismo, bem como as reformas editoriais em grandes veículos de comunicação. Compreendendo essas disputas e tendo em vista as transformações que as novas mídias estão promovendo no campo, defendemos uma nova compreensão do jornalismo investigativo, em termos de sua posição em relação à esfera do poder, que recusa os critérios puramente baseados nos métodos de apuração ou nos seus efeitos.

Palavras-chave: Jornalismo investigativo; Discurso; Campo jornalístico; Emergência; Autorrepresentação.

ABSTRACT

What are the definitions of investigative journalism in Brazil? In professional practice, which distinguishes it from ordinary journalism and other specialties of the area? What are the acclaim criteria of a journalist as an investigative reporter? These and other questions are at the core of this research that seeks to identify the emergence conditions of discourses on investigative journalism in our country, and, primarily, clarify the appropriations made from them. Our aim was to understand the investigative journalism definitions that have been put forth in the national bibliography in light of disputes that take shape within the journalistic field. We started from the analysis of theoretical works on the subject, investigative reports collections and documentary sources (such as results of awards, associations data etc.) to gather definitions, references and appropriations of the "investigative journalism" discourse in our country. During the research – which focused on the analysis of works published mainly between 1970 and 2010 – we were able to identify three areas in which IJ definitions could be divided (one focusing on the journalist's active role, the other focusing on the denunciation function and a third part who considers investigative journalism pleonastic) and at least three different uses of this journalistic branch: sometimes it appears as synonymous with cover story, occasionally it is identified with police reporting and, after the democratization and professionalization of Brazilian journalism, it will be identified with political scandal. We argue that each of these shifts of direction, which are sometimes very subtle and not necessarily linear, can be understood as stances regarding events and changes that occurred during the period such as: the end of censorship and the beginning of the political relaxation of the military regime, the growth of the role of Public Relations and press offices, professional regulations and development of journalism education, as well as editorial reform in major media outlets. Understanding these disputes and in light of the changes in the field promoted by the media, we advocate a new understanding of investigative journalism, in terms of its position in relation to the power sphere, a sphere that refuses criteria based purely based on the reporting methods or its effects.

Keywords: Investigative journalism; Discourse; Journalistic field; Emergence; Self-representation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Definições e funções do JI na bibliografia nacional	21
Tabela 2. Definições e funções do JI na bibliografia internacional.....	27
Tabela 3. Maiores grupos de mídia do Brasil	59
Tabela 4. Maiores jornais do Brasil em circulação paga nos anos de 2002 e 2013...	60
Tabela 5. Perfil de vendas dos jornais diários por ano (%)	62
Tabela 6. Faturamento bruto de todas as mídias com publicidade (1996 – 2014)	63
Tabela 7. Posição Política dos jornais (1954).....	69
Tabela 8. Trabalhos premiados na categoria Reportagem Investigativa do Prêmio Imprensa Embratel/Claro.....	88
Tabela 9. Veículos contemplados mais de uma vez pelo Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo de 2002 a 2014	90
Tabela 10. Jornalistas e suas definições de jornalismo investigativo	117
Tabela 11. Jornalistas e os métodos de reportagem investigativa	119

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1 – Jornalismo investigativo: demarcação de um campo profissional.....	14
1. Do que falamos quando falamos de jornalismo	14
2. Definições de jornalismo investigativo.....	15
2.1. Definições de jornalismo investigativo no exterior	22
3. História.....	31
3.1. Imprensa americana.....	31
3.2. Imprensa inglesa.....	36
3.3. Imprensa francesa.....	39
4. Alguns problemas	41
4.1. Entre as definições e os símbolos.....	41
4.2. Entre as definições e a história	47
5. Considerações	49
Capítulo 2 – Jornalismo investigativo como discurso profissional: condições de possibilidades	51
1. Preâmbulo	51
2. O jornalismo no interior do campo do poder: o caso brasileiro.....	57
2.1. Organização econômica	59
2.2. Relação com o estado.....	63
2.3. Formação histórica e nível de autonomia.....	66
2.4. Morfologia interna e demografia.....	70
3. O jornalismo investigativo no interior do campo jornalístico brasileiro: por uma emergência histórica e culturalmente marcada	72
3.1. Dois momentos, dois jornalisimos	77
3.2. O discurso investigativo no Brasil	84
3.2.1. Os veículos consagrados pela qualidade jornalística	86
Capítulo 3 – Jornalismo investigativo: uma especialidade que solicita representações.....	93
1. O percurso de apropriação do “jornalismo investigativo” no Brasil	93
1.1. O jornalismo investigativo da revista <i>Realidade</i> e da imprensa alternativa	96
1.2. Jornalismo investigativo e jornalismo policial: entre crimes, pistas, vítimas e vilões	98
1.3. O jornalismo investigativo e a profissionalização.....	107
1.3.1. A especialização da técnica investigativa.....	126
Considerações finais	133

REFERÊNCIAS	138
ANEXO 1 – TABELAS DE VENCEDORES DO PULITZER E SUAS DESCRIÇÕES (UTILIZADOS NA CONTAGEM DE PALAVRAS).....	144
ANEXO 2 – TABELA DE VENCEDORES DO CONCURSO TIM LOPES	148

Introdução

O projeto de pesquisa que deu origem a este trabalho foi concebido em meados de 2012. Devido ao meu contato, durante a graduação, com algum arcabouço teórico do que alguns chamam de estudos das elites ou de grupos dirigentes, eu nutria um certo fascínio por observar algumas disputas que se manifestavam em forma de discurso no jornalismo brasileiro. Como trabalho de Iniciação Científica, pesquisei as origens sociais, as trajetórias profissionais e as concepções de jornalismo de jornalistas maranhenses da editoria de política de dois jornais da capital do Maranhão que tinham posicionamentos políticos opostos. Para realizar essa pesquisa, construí uma lista de nomes de jornalistas que eu deveria entrevistar. Entre eles, estava o do jornalista Décio Sá, assassinado em 23 de abril de 2012, com seis tiros, em um restaurante da orla de São Luís, capital do Maranhão.

Quando soube da morte do jornalista, o qual, infelizmente, eu nunca cheguei a entrevistar, fiquei, da mesma forma que a maior parte dos colegas de profissão, estarecida. O crime brutal, além de ter dado fim à vida de uma pessoa, tinha ocorrido em um conhecido e bem frequentado restaurante da cidade, onde ninguém nunca adivinharia que alguém poderia ser assassinado. A notícia do crime, portanto, deixou a população de São Luís alarmada, e, ainda mais profundamente, abalou a categoria dos jornalistas maranhenses. Acompanhei o que saía na imprensa com curiosidade genuína.

Décio Sá foi uma figura que me interessou bastante, pois, na época da pesquisa de IC, sempre que comentava com alguém que precisava entrevistá-lo, presenciava reações no mínimo inesperadas. Alguns simplesmente viravam a cara ao ouvir o nome, outros até se revoltavam com a escolha desse jornalista para a pesquisa e relatavam casos de conduta antiética que ele havia protagonizado. Décio Sá trabalhava como jornalista de política, especialmente em questões de bastidores, para o jornal *O Estado do Maranhão*, que tem entre seus principais acionistas a família do ex-presidente José Sarney. Este simples fato já explicava parte da antipatia que o jornalista mobilizava, uma vez que, aos olhos dos maranhenses, ele trabalhava a serviço do poder estabelecido, da oligarquia Sarney. Este fato também contribuiu para o espanto frente à sua morte: se pensássemos que algum jornalista maranhense corria risco de vida, teríamos apostado que seria algum do jornal de oposição, *Jornal Pequeno*, que inclusive já respondia a processos judiciais movidos pelo ex-presidente José Sarney.

O interesse pelo jornalismo investigativo se iniciou quando encontrei uma declaração da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) em uma reportagem sobre o crime. Durante esta pesquisa, pude constatar que a associação sempre se manifesta em casos de crimes contra jornalistas, mas, na época, a constatação de que Décio estava sendo representado não por uma entidade de representação de jornalistas, mas por uma de jornalistas investigativos, me fez iniciar uma série de questões sobre a especialidade.

Assim como outras especialidades ou sub-universos do jornalismo, o jornalismo investigativo parece ser autoexplicativo. Os problemas e questões quanto a sua definição, no entanto, começam a surgir quando observamos que ainda existem disputas e desacordos quanto à existência ou não de um jornalismo investigativo¹. E podem se agravar quando refletimos sobre os critérios de consagração profissional da especialidade, pois, afinal, quem são os jornalistas investigativos do Brasil? E o que os distingue dos demais jornalistas?

Ao refletirmos sobre o caso Décio Sá, percebemos que os critérios de legitimação e mesmo os capitais sociais de pertencimento à especialidade permaneciam pouco esclarecidos. Assim, com o intuito de analisar os discursos produzidos sobre o jornalismo investigativo no Brasil (discursos que busquem definir um local, um procedimento e um texto²), propusemos um estudo que tinha como ponto de partida a análise de publicações que buscavam definir o jornalismo de cunho investigativo, distinguir seus agentes e especificar suas práticas.

De forma que nesta pesquisa, intitulada *Discursos e práticas: um estudo do jornalismo investigativo no Brasil*, analisamos os discursos sobre o jornalismo investigativo referentes à definição legítima dessa especialidade, tomando como base publicações acadêmicas que buscavam caracterizar o jornalismo de cunho investigativo, bem como o discurso dos próprios jornalistas e algumas reportagens presentes em coletâneas da Abraji.

Nosso objetivo era identificar como o jornalismo investigativo tem sido definido no Brasil de meados dos anos 1970 até hoje, levando em consideração o lugar em que essa definição é produzida e os agentes que atuam e colaboram para a sua produção. De forma mais específica, nosso objetivo era demonstrar mudanças, continuidades e combinações relacionadas às concepções de jornalismo investigativo; delinear os perfis (origem social, formação, capital cultural, capital de relações pessoais, atuação profissional) dos principais agentes do jornalismo

¹ O escritor Gabriel García Márquez era um exemplo célebre entre os jornalistas que consideram o jornalismo investigativo um pleonasmo.

² Apropriando-se do pensamento de Certeau, podemos perceber os discursos sobre o fazer jornalístico como “a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura)”, (CERTEAU, 2010, p.66). Ou, como o próprio autor sintetiza, a relação entre um lugar social, práticas “científicas” (no caso do jornalismo, profissionais) e uma escrita.

investigativo; comparar os itinerários percorridos por diferentes jornalistas investigativos e os recursos ou trunfos acionados na prática jornalística; e expor as principais questões em discussão na especialidade.

O terreno dos discursos sobre o jornalismo investigativo é tão imbrincado que a tentativa de alcançar esses objetivos muitas vezes resultou em várias leituras. De toda forma, acreditamos que esse estudo vem se somar à literatura brasileira exclusivamente dedicada para o assunto (FORTES, 2012; LOPES e PROENÇA, 2003; NASCIMENTO, 2010; SEQUEIRA, 2005; CHRISTOFOLETTI et al, 2011). Esperamos, ainda, que esse trabalho ajude a revelar um outro aspecto do jornalismo investigativo, referente às lógicas de tessitura e disputas em torno desta especialidade.

Atualmente, as produções jornalísticas caracterizadas como investigativas têm se delineado como terreno privilegiado de análise de questões fundamentais ao jornalismo como um todo. A exposição midiática de grandes bancos de dados confidenciais (como *WikiLeaks*, caso Snowden, *SwissLeaks*, etc.) trouxeram à tona discussões essenciais para o campo jornalístico, como as fronteiras entre o público e o privado, a criação ou fortalecimento associações e cooperativas globais de jornalistas, o papel do jornalista no contexto atual de produção de informação, os novos conhecimentos e técnicas profissionais exigidas para processar uma escala cada vez maior de dados, para citar só algumas.

Dessa forma, acreditávamos que era necessário retornar à questão embrionária do que se entende por jornalismo investigativo (e porque se diz o que se diz sobre isso?) e que, para evoluir na sua compreensão, era imperativo repensar essas definições e os discursos de autorrepresentação dos repórteres investigativos brasileiros com base em uma análise sólida das condições políticas, econômicas e de formação histórica do jornalismo no Brasil.

O primeiro capítulo deste trabalho lança luzes sobre as tentativas empreendidas por autores nacionais e internacionais no sentido de demarcar um campo profissional, isto é, de defender definições, funções, métodos e uma história para o jornalismo investigativo. A partir da análise e comparação entre os dados coletados nas obras, conseguimos pôr em evidência que muitos dos discursos acionados por esses autores permanecem abertos, com fronteiras pouco delimitadas. Em um exame mais atento, identificamos problemas entre as definições e os símbolos consagrados da prática jornalística investigativa e entre as definições e a escrita da história dessa especialidade. Por fim, dividimos as definições garimpadas em três eixos de posicionamento: 1) O jornalismo investigativo é aquele que desvenda ou revela o oculto/a verdade escondida; 2) O jornalismo investigativo é aquele que denuncia desvios e causa indignação moral; 3) O jornalismo investigativo é um pleonasmo/rótulo.

No segundo capítulo, nos debruçamos sobre as condições de possibilidade, isto é, sobre o contexto brasileiro de emergência e prática do jornalismo investigativo. Para isso, recorremos aos estudos de Bourdieu (1996) sobre os campos de produção cultural. Em um primeiro momento, então, tentamos caracterizar o campo jornalístico brasileiro, não apenas a partir de critérios relacionados à sua posição de autonomia ou dependência em relação à esfera do poder, mas tendo em vista sua organização econômica, relação com o estado, formação histórica e nível de autonomia, morfologia interna e demografia. Munidos desses dados, e recorrendo ao caso norte-americano, argumentamos que é necessário compreender o jornalismo investigativo como um fenômeno histórica e culturalmente marcado, tentando demonstrar algumas dificuldades de se partir da concepção norte-americana de jornalismo investigativo (dos anos 1960) para caracterizar as produções brasileiras – cujo cenário é marcado por uma intensa e próxima relação com a política, por um processo de profissionalização então ainda em andamento e por veículos de comunicação economicamente dependentes do poder político.

Esse exercício de identificação do contexto norte-americano no momento mais ou menos exato de emergência do discurso do jornalismo investigativo moderno nos pareceu importante na medida em que poderia permitir pensar quais seriam realmente as práticas do jornalismo investigativo e o que seria interpretação ou consagração *a posteriori* de práticas jornalísticas como reportagens investigativas. No entanto, o cenário brasileiro se delineia tão distinto que alguém poderia até questionar a possibilidade desse tipo de prática jornalística no período apontado por autores brasileiros (a partir de 1975). E, ainda assim, o discurso era acionado e circulava no jornalismo brasileiro, levando-nos à constatação de que as diferentes apropriações do discurso dessa especialidade, como um selo “jornalismo investigativo”, eram reveladoras de disputas distintas, internas e externas ao campo jornalístico nacional.

Coube ao terceiro capítulo, então, analisar de forma mais detida essas apropriações e identificar algumas das posições e lutas que elas marcavam. Debruçamo-nos sobre as apropriações do jornalismo investigativo como sinônimo de grande reportagem e como outra denominação do jornalismo policial, indiciário ou sobre crimes, para, em seguida, analisar a apropriação mais recente, que toma forma dentro de um jornalismo brasileiro profissionalizado. Após revelar esse imbrincado cenário de agentes, transformações e interesses, finalmente acreditamos ter chegado em um critério de definição de jornalismo investigativo que não elege uma apropriação correta e não exclui exemplos consagrados. Esse critério (ainda) não está baseado na defesa de um método diferenciado, no dispositivo midiático ou no conteúdo temático, ainda que este último seja muito revelador do que se entende por jornalismo

investigativo. Sobretudo, é um critério relacional, que visa dar conta dos deslocamentos e transformações dentro do campo jornalístico e em relação à esfera do poder.

Capítulo 1 – Jornalismo investigativo: demarcação de um campo profissional

“Although one might think that academics, journalism educators, and journalists themselves talk about journalism in roughly the same manner, defining “journalism” is not in fact consensual. Rather, when invoked as a frame of reference, the term reveals much about those invoking it – their background, education, experience, placement in the academy, to name a few. Defining journalism, then, emerges from the tacit knowledge and interpretative strategies that people share when thinking about journalism as a phenomenon” – Barbie Zelizer, 2004, p. 13.

1. Do que falamos quando falamos de jornalismo

Antes de nos debruçarmos sobre o nosso objeto de estudo, – o(s) discurso(s) sobre o jornalismo investigativo no Brasil – cabe nos posicionarmos em uma questão fundamental: afinal, o que é jornalismo?

Fernanda Lopes (2013) destaca três dimensões conceituais do jornalismo: gnoseológica, político-discursiva e formal-funcional. Embora as apresente de maneira separada, todas as dimensões, na realidade, aparecem com frequência nas definições de jornalismo que encontramos na literatura da área. De forma resumida, a dimensão gnoseológica define o jornalismo como uma forma de conhecimento, cuja característica é estar sempre ancorado no real, no vivido, no cotidiano. Em um âmbito mais discursivo, o jornalismo é visto como uma retórica que se apoia na verossimilhança e na objetividade para se constituir como um discurso “autorizado e desejado entre o público e os fatos”, (LOPES, 2013, p. 41). Enquanto pelo ponto de vista formal-funcional, são enfatizadas a atualidade e a periodicidade como características definidoras do jornalismo. De fato, essas características perpassam toda a história do jornalismo:

[É] interessante considerar que a conformação formal-funcional do jornalismo funciona como sua característica fundante, em torno da qual se organizam os numerosos modos de apontar, representar, reapresentar, o real, bem como sustentar, no espaço e no tempo, a retórica jornalística. (LOPES, 2013, p. 44).

Não cabe a este trabalho entrar em uma discussão pormenorizada do assunto e, em virtude do nosso objeto de estudo e das nossas escolhas teóricas, acreditamos que é suficiente recorrer a definição de Bucci (2012, p. 29). Para o autor, e em estreito diálogo com o que foi apontado anteriormente, o jornalismo é “um método de conhecimento imediato da história, baseado nas técnicas da reportagem (entrevistas, investigação, análise de textos e de documentos), que se ordena numa forma narrativa particular, cuja excelência advém da precisão, da veracidade, da objetividade [...]”. Mas o fator decisivo para a definição do jornalismo está na sua localização dentro da instituição imprensa, cuja função é tornar possível a democracia, dando espaço para o debate livre de ideias na sociedade. Com base neste princípio básico, de que o jornalismo se destina ao cidadão, o autor conclui: “podemos dizer que o jornalismo é a profissão daqueles que, na instituição da imprensa, estão socialmente incumbidos de atender ao público em seu direito à informação, segundo uma perspectiva crítica e *independente*” (BUCCI, 2012, p. 28, grifo nosso).

2. Definições de jornalismo investigativo

A partir do estudo de livros e artigos publicados sobre jornalismo investigativo ou sobre o seu principal produto, a reportagem investigativa, buscamos identificar os discursos produzidos por jornalistas investigativos e por pesquisadores da área no que diz respeito às definições dessa especialização profissional. Essas definições são essenciais para iniciarmos nossa análise sobre a prática jornalística investigativa no Brasil e os discursos que atravessam essa especialidade. Portanto, apresentaremos, primeiramente as definições encontradas em obras brasileiras (TABELA 01), para, em seguida, localizá-las em relação às definições presentes em obras estrangeiras.

Em 2003, é publicado no Brasil o primeiro livro inteiramente dedicado ao estudo do jornalismo investigativo. *Jornalismo Investigativo*, organizado por Dirceu Lopes e José Luiz Proença, reúne entrevista com nomes importantes do jornalismo brasileiro – como Raimundo Pereira, Percival de Souza, Ricardo Kotscho, entre outros – em uma tentativa de abordar definições e técnicas e discutir dilemas éticos do jornalismo investigativo. Chama a atenção, sobretudo, a introdução de Dirceu Lopes que tenta estabelecer os alicerces dessa prática profissional. Para o autor, o jornalismo investigativo é regido por dois pontos fundamentais: a busca de uma verdade oculta e a necessidade de “juntar cacos da realidade” e estabelecer

relações entre eles. É interessante perceber que a definição utilizada por Lopes em tudo se assemelha à função da verdade utilizada por Walter Lippmann, em *Public Opinion*, para diferenciar notícia e verdade: “A função das notícias é sinalizar um evento, a função da verdade é trazer luz aos fatos ocultos, colocá-los em relação uns com os outros, e construir uma imagem da realidade sobre a qual o homem pode agir” (LIPPMANN, 1922, p. 230)³.

Lopes prossegue defendendo que o jornalismo de investigação pode ser definido em três linhas básicas: “1. o jornalismo é produto da iniciativa privada; 2. reportagens especiais; 3. assuntos de interesse público que algumas pessoas ou instituições querem manter em segredo” (LOPES, 2003, p. 12). De acordo com essas três linhas básicas, para que um trabalho jornalístico fosse considerado investigativo seria necessário que ele consistisse no trabalho de investigação de um jornalista, e não fosse fruto de investigações elaboradas por outras áreas, como a polícia. Também é necessário que a investigação seja importante para parte da população e, igualmente relevante, que o investigado esteja tentando esconder dados do público. Dessa forma, o autor afirma que “o jornalista investigador é quem provoca a informação, é quem dá os passos necessários para a obtenção dos dados que necessita para completá-la, aquele que busca, compara e não é um mero receptor da informação” (LOPES, 2003, p. 15).

No tópico em que pretende tratar de técnicas para a reportagem investigativa, além de reforçar alguns pontos já defendidos, o autor cita como técnicas profissionais do jornalismo investigativo a observação direta dos acontecimentos – “nada mais é do que se perguntar constantemente o ‘porquê’ das coisas” (2003, p. 17) –, a infiltração e o estudo exaustivo dos arquivos públicos. Posteriormente, no entanto, o autor ressalta que o jornalismo investigativo utiliza ferramentas comuns a outros tipos de jornalismo. O que o diferenciaria seria a sua intenção política de corrigir abusos do poder.

Lopes também se detém sobre a linguagem do jornalismo investigativo, defendendo que todo recurso literário deve ser suprimido em benefício da grande quantidade de dados objetivos e pormenores que permitem ao leitor tirar suas próprias conclusões.

Em 2005, dois livros sobre jornalismo investigativo são lançados no Brasil: *Jornalismo Investigativo*, de Leandro Fortes, e *Jornalismo Investigativo: o fato por trás da notícia*, de Cleofe Sequeira. Apesar de defender, na introdução da sua obra, que a investigação deixou de ser um simples preceito para se transformar em uma área de crescente especialização, Fortes defende, no primeiro capítulo, que o termo “jornalismo investigativo” é muito mais uma

³ “The function of news is to signalize an event, the function of truth is to bring to light the hidden facts, to set them into relation with each other, and make a picture of reality on which men can act”. Tradução livre.

marca do que um conceito. Nessa perspectiva, o autor acredita que o ofício de publicar notícias já implica uma atividade investigativa no processo de apuração. Para justificar a existência do termo, Fortes recorre a uma definição de Eugênio Bucci, segundo a qual o jornalismo investigativo é: “uma ‘modalidade especializada’ que teria se desenvolvido dentro do ofício a partir de uma imposição da burocracia e de muitas das máfias nacionais que colocaram sobre o direito de informação uma cortina de fumaça – maligna e maliciosa – capaz de barrar o direito de saber de todo cidadão”, (FORTES, 2012, p. 15). Ao longo de seu texto, Fortes faz referências a jornalistas que consideram jornalismo investigativo uma redundância⁴ e enfatiza a ideia de que o jornalismo investigativo funcionaria como um selo ou marca de status. Dessa forma, o autor acredita que as lutas internas dentro da profissão jornalística são as maiores responsáveis pela utilização do termo: “[...] luta entre pares que, mais do que qualquer outra atividade dentro das redações, brande a marca do jornalismo investigativo, ou do que se convencionou chamar assim, para se impor como símbolo máximo de *status* dentro dos veículos de comunicação”, (FORTES, 2012, p. 20, grifos do autor). O autor sintetiza:

Nesse contexto, o jornalismo investigativo tem se imposto, primeiro, pela força de uns poucos profissionais realmente credenciados para o ofício, depois, pelo poder de coerção positiva que certas notícias impõem à autoestima das redações, dos jornalistas e, não raras vezes, dos patrões (FORTES, 2012, p. 25).

Conhecendo essa natureza de disputa interna, Fortes, no entanto, defende que existe um ponto em que “o conceito de jornalismo investigativo ultrapassa as picuinhas internas da redação” (Idem, p. 20): quando o trabalho jornalístico tem efeito positivo para o exercício do poder, exercendo função de vigilância. Ao tratar sobre os métodos de trabalho específicos ao jornalismo investigativo, Fortes afirma que o que o diferencia do jornalismo diário são as circunstâncias do fato, que tendem a ser mais complexas, a extensão noticiosa e o tempo de duração, que necessariamente deve ser maior. Em seguida o autor divide o trabalho jornalístico investigativo em 16 fases. É interessante notar que dentre as fases elencadas por Fortes, a maior parte não consiste em métodos de trabalho, mas em características supostamente necessárias ao repórter investigativo. É o caso das “fases”: “Paciência e concentração”; “Insistência e perseverança”; “Atenção especial”; “Conhecimento policial básico”; “Curiosidade e desconfiança”; “Discrição”; “Frieza, objetividade e precisão”; “Lealdade ao leitor”; “Coragem e responsabilidade”, “Respeito às fontes”, “Clareza e simplicidade”. A predominância dessas características, em detrimento da apresentação de métodos, pode sugerir que o ponto distintivo

⁴ Cf. LOPES, 2005, p. 16.

do jornalismo investigativo diz mais respeito ao jornalista que o executa que a uma prática profissional especializada.

Em um direcionamento contrário, o livro de Cleofe Sequeira apresenta como um dos objetivos do seu trabalho mostrar “que existe uma categoria jornalística específica, intitulada jornalismo investigativo, diferenciada das outras pelo processo de trabalho dos profissionais, obrigados a lançar mão de metodologias e estratégias nada ortodoxas”, (SEQUEIRA, 2005, p. 11). Assim, no primeiro capítulo de *Jornalismo Investigativo: o fato por trás da notícia*, Sequeira defende, a partir da classificação de Marques de Melo, de 1985, que define o jornalismo informativo e o jornalismo opinativo como únicas categorias jornalísticas, e que o jornalismo investigativo deveria constituir uma terceira categoria se se observasse a práxis jornalística. “É preciso, mais uma vez, reforçar que o teórico não se ateve, para construir sua categorização jornalística, ao processo de trabalho dos profissionais da imprensa, mas ao texto expresso nas páginas dos jornais” (SEQUEIRA, 2005, p. 19).

Em outro momento, a autora busca conceituar o jornalismo investigativo a partir do conteúdo de reportagens, dos métodos e estratégias utilizados pelos repórteres durante seu trabalho, das questões éticas que envolvem essa prática e da função social que ele deve exercer. Sequeira conclui, tendo como referência depoimentos de jornalistas, que o jornalismo investigativo se define pelo seu conteúdo, que deve ser fruto de um olhar diferenciado e da leitura nas entrelinhas para desvendar o oculto. Ela desenvolve essa definição citando as funções do jornalismo investigativo:

O jornalismo investigativo tem como função desvendar causas, as origens de um acontecimento, sem nunca ficar limitado ao factual; driblar *lobbies* e estratégias de *marketing* usadas por assessores de imprensa, na sua função de criar uma imagem positiva diante da sociedade dos grupos políticos, econômicos e sindicais que representam. É função ainda do jornalismo investigativo seguir o rastro de histórias ou acontecimentos que, em determinado momento, foram notícia, mas acabaram saindo das páginas dos jornais (SEQUEIRA, 2005, p. 112-113, grifos do autor).

Neste trecho, Sequeira reforça a ideia de que a reportagem investigativa acrescenta novos elementos à reportagem tradicional, sem se limitar ao factual. Em sua obra, ela fez referência a alguns desses novos elementos: uma dimensão comparada, remissão ao passado, interligação com outros fatos, projeção para o futuro, entre outros. Na segunda função citada nesse trecho – seguir o rastro de acontecimentos que já foram notícia -, podemos considerar que a autora tenta fazer referência a um método de trabalho jornalístico de seleção de pautas, que se tornou célebre no caso Watergate.

O livro *Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil*, ganhador do Prêmio Esso 2010 na categoria “Melhor contribuição à Imprensa”, de Nascimento (2010), também vem colaborar com a bibliografia nacional sobre o jornalismo investigativo. Em busca de uma definição de jornalismo investigativo que possa servir de comparação e oposição ao que ele propõe como “jornalismo sobre investigações”⁵, o autor faz uma breve revisão da bibliografia internacional. Assim, ele sucintamente apresenta definições que tomam como ponto de partida o conteúdo das reportagens e a reação que o jornalismo investigativo gera (respectivamente WAISBORD⁶ e PROTESS et al apud NASCIMENTO, 2010), mas se detém especialmente naquelas definições que defendem um papel ativo do repórter na execução da investigação. Dessa forma, Nascimento identifica, no discurso de jornalistas, instituições e teóricos de várias nacionalidades, aquela definição que pode ser resumida em três pré-requisitos – e também presente no livro de Lopes e Proença (2003):

- 1) A investigação deve ser fruto do trabalho de um jornalista;
- 2) O tema da investigação deve ser relevante para o leitor;
- 3) O assunto deve ser algo que alguém está tentando ocultar do público.

A partir desses pré-requisitos, o autor conclui:

[O] jornalismo investigativo implica um trabalho ativo de apuração do repórter. É por isso que vazamento de informações por autoridades, repasse de descobertas por terceiros, reprodução de algum tipo de revelação obtida por um investigador que não seja o jornalista não são considerados exemplos de jornalismo investigativo (NASCIMENTO, 2010, p. 13).

A repetição dessa definição, com pequenas alterações, na obra de Nascimento se demonstram, além do interesse do autor em destacar um caráter ativo de investigação por parte do jornalista em oposição à prática jornalística de publicar investigações feitas por terceiros, uma predominância da definição da especialidade a partir de aspectos ligados à sua prática: a aquisição das informações, os critérios de noticiabilidade e, de certa forma, o conteúdo das reportagens. Mas com aparente predominância da forma de coleta de informações.

São notáveis, também, os critérios metodológicos de delimitação de *corpus* que o autor utiliza para analisar as reportagens de *Veja*, *IstoÉ* e *Época*. Para fins de análise, Nascimento (2010) utiliza apenas reportagens que (1) tenham sido produzidas pelas sucursais das revistas em Brasília, já que a maior parte das reportagens que tratam de irregularidades de **autoridades**

⁵ Resumidamente, o jornalismo sobre investigação pode ser definido como o jornalismo caracterizado pela divulgação de investigações feitas por autoridades, principalmente a Polícia e o Ministério Público.

⁶ Para o argentino Waisbord (2000), o jornalismo investigativo é marcado pela busca por irregularidades envolvendo pessoas do governo e outras autoridades.

teriam sido feitas naquelas sucursais; (2) tenham sido publicadas na editoria mais nobre do veículo, neste caso, na editoria Brasil; (3) sejam exclusivas ou que tenham elementos importantes exclusivos; e, por fim, (4) tenham denúncias. A partir da observação desses critérios de seleção, podemos encontrar outros subtextos sobre o jornalismo investigativo. Em resumo, o autor considera que é mais fácil localizar a prática jornalística investigativa em editorias nobres, vinculadas a denúncias envolvendo autoridades políticas, com um apelo para o furo ou para a exclusividade da informação. A partir desses critérios, se reforça a relação do jornalismo investigativo com o jornalismo político ou mesmo com o escândalo político (ver THOMPSON, 2000), bem como a relação entre o jornalismo investigativo e uma certa estratégia de valorização da informação, do veículo e do jornalista.

Em 2011, é lançado um novo livro sobre o assunto no Brasil. *Jornalismo Investigativo e pesquisa científica: fronteiras*, organizado por Rogério Christofolletti e Francisco Karam, é uma coletânea de textos oriundos do 1º Seminário Brasil – Argentina de Pesquisa e Investigação em Jornalismo. Devido ao fato de não ser um evento diretamente voltado para o Jornalismo Investigativo, a coletânea não se detém sobre a definição ou conceituação dessa especialização, o que pode deixar o leitor confuso em relação aos posicionamentos dos autores: não sabemos se quando se fala de investigação jornalística está pressuposto o jornalismo investigativo (que aparece no título da obra), ou se os autores compartilham da opinião de que o jornalismo investigativo é um pleonismo e de que todo jornalismo pressupõe investigação. O professor da Universidade de Buenos Aires, Washington Uranga, é o único que expõe um posicionamento explícito no artigo “*Investigación, poder y política: una mirada desde el periodismo*”. Nele, o autor defende que a investigação jornalística não é uma escolha e, tampouco, um gênero. Uranga explica que, ao se referirem ao jornalismo investigativo, os manuais concordam em três aspectos: a) que o tema investigado tenha que ter relevância para um setor da sociedade; b) que busque revelar algo que por determinadas razões, habitualmente ligadas com o exercício do poder, permanece oculto; c) que seja uma investigação realizada por um jornalista ou por uma equipe de jornalistas. No entanto, segundo o autor, se questionarmos o que é relevante e quem deve dizer o que é relevante, chegaríamos, em princípio, à resposta de que a relevância está associada à novidade e à utilidade em função do esclarecimento das audiências. Nesse sentido, jornalismo investigativo e jornalismo voltam a coincidir.

É interessante perceber ainda que alguns temas que perpassam o discurso sobre o jornalismo investigativo também estão presente na lista do autor do que não é investigação jornalística, como “No es una investigación judicial, porque no suplanta a La Justicia” e “No es la denuncia a partir de investigaciones iniciadas por terceros (organismos, policías, jueces)”

(URANGA, 2011, p. 148). Essas constatações de certa forma reforçam o terceiro aspecto (URANGA, 2011) ou uma das três linhas gerais (LOPES, 2003; NASCIMENTO, 2010) do jornalismo de investigação – a de que deve ser uma investigação realizada por um jornalista – ao mesmo tempo que preparam o terreno para a discussão do denunciismo ou “jornalismo sobre investigação”.

Mais recentemente, em 2014, o livro dos jornalistas norte-americanos Carl Bernstein e Bob Woodward, *Todos os homens do presidente*, ganha uma nova tradução no Brasil. Nesta, Eugênio Bucci faz uma apresentação que tenta lançar luzes à definição e missão do jornalismo investigativo. Para o autor, a questão de o jornalismo investigativo ser um pleonismo está superada, quando afirma que “a expressão *jornalismo investigativo* não é um reles pleonismo: designa um campo novo e singular, definido por um conjunto de condutas e rotinas específicas”, (BUCCI, 2014, p. 19, grifos do autor). Bucci ainda defende que os traços distintivos do jornalismo investigativo podem ser resumidos em dois aspectos: 1) o jornalismo investigativo opera como uma contraforça legítima e legal em relação ao poder; 2) o jornalismo investigativo conduz a investigação por conta própria. Assim, ele conclui: “Só há jornalismo investigativo propriamente dito onde houver uma investigação independente que se volte *contra* o poder”, (Idem, p. 20, grifos do autor).

Tabela 01: Definições e funções do JI na bibliografia nacional

AUTORES	PRINCIPAIS DEFINIÇÕES DE JORNALISMO INVESTIGATIVO	FUNÇÃO DO JORNALISMO INVESTIGATIVO
LOPES e PROENÇA	“1. o jornalismo é produto da iniciativa privada; 2. reportagens especiais; 3. assuntos de interesse público que algumas pessoas ou instituições querem manter em segredo” (LOPES, 2003, p. 12).	“O Jornalismo Investigativo faz do seu trabalho o interesse dos cidadãos e, a partir deles, o papel que a imprensa tem nas sociedades democráticas. Ao denunciar a corrupção, as fraudes públicas e toda a forma de atividade ilegal ou a má conduta em geral do poder, a imprensa se outorga a responsabilidade de servir de freio aos poderes políticos” (LOPES, 2003, p. 15).
SEQUEIRA	“[...] uma categoria jornalística específica, [...] diferenciada das outras pelo processo de trabalho dos profissionais, obrigados a lançar mão de metodologias e estratégias nada ortodoxas, com as quais os jornalistas de atualidade nem sonham em trabalhar, para obter a reportagem” (SEQUEIRA, 2005, p. 11).	“O jornalismo investigativo tem como função desvendar causas, as origens de um acontecimento, sem nunca ficar limitado ao factual; driblar <i>lobbies</i> e estratégias de <i>marketing</i> usadas por assessores de imprensa, na sua função de criar uma imagem positiva diante da sociedade dos grupos políticos, econômicos e sindicais que representam. É função ainda do jornalismo investigativo seguir o rastro de histórias ou acontecimentos que, em determinado momento, foram notícia, mas acabaram saindo das páginas dos jornais (SEQUEIRA, 2005, p. 112-113).

AUTORES	PRINCIPAIS DEFINIÇÕES DE JORNALISMO INVESTIGATIVO	FUNÇÃO DO JORNALISMO INVESTIGATIVO
FORTES	"o termo 'jornalismo investigativo' é muito mais uma marca do que um conceito" (FORTES, 2012, p. 15).	"Refiro-me ao efeito direto da vigilância e, por que não dizer, do medo que a investigação jornalística impõe aos agentes públicos" (FORTES, 2012, p. 20).
NASCIMENTO	"[O] jornalismo investigativo implica um trabalho ativo de apuração do repórter. É por isso que vazamento de informações por autoridades, repasse de descobertas por terceiros, reprodução de algum tipo de revelação obtida por um investigador que não seja o jornalista não são considerados exemplos de jornalismo investigativo" (NASCIMENTO, 2010, p. 13).	"O jornalismo investigativo permite o conhecimento público de ações ilegais, um recurso fundamental para a <i>accountability</i> " (NASCIMENTO, 2010, p. 46).
BUCCI	"a expressão jornalismo investigativo não é um reles pleonismo: designa um campo novo e singular, definido por um conjunto de condutas e rotinas específicas", (BUCCI, 2014, p. 19).	"A investigação jornalística exerce uma função de freio contra a hipertrofia de força dos poderosos" (BUCCI, 2014, p. 19).

Fonte: LOPES e PROENÇA, 2003; SEQUEIRA, 2005; FORTES, 2012; NASCIMENTO, 2010; BUCCI, 2014.

2.1. Definições de jornalismo investigativo no exterior

A produção estrangeira de referências sobre jornalismo investigativo é muito mais abundante que no Brasil, o que pode ser, pelo menos em parte, compreendido tendo em vista um certo consenso de que esta especialidade teria surgido nos Estados Unidos.

Em 1983, Brant Houston e a organização norte-americana *Investigative Reporters and Editors* (IRE) lançam a primeira edição do guia *The Investigative Reporter's Handbook*. Nesse guia, se encontra a clássica definição da IRE para a reportagem investigativa: "A reportagem, através da iniciativa própria e produto de trabalho de um indivíduo, de assuntos de importância para os leitores, telespectadores e ouvintes. Em muitos casos, os sujeitos da reportagem desejam que o tema da investigação permaneça oculto" (IRE, 2014)⁷.

Até hoje, os três requisitos das reportagens investigativas enumerados pela instituição representam quase uma definição oficial no meio profissional e acadêmico. Especialmente no Brasil, pudemos observar que pelo menos três dos autores analisados acima se baseiam nos três tópicos (mencionando a IRE ou não), ou em pelo menos um deles, com maior ênfase para "revelar algo que alguém está tentando esconder".

⁷ "The reporting, through one's own initiative and work product, of matters of importance to readers, viewers or listeners. In many cases, the subjects of the reporting wish the matters under scrutiny to remain undisclosed". Tradução Livre.

Entre os autores brasileiros, se destaca, como bibliografia mais recorrente, a obra de Kovach e Rosenstiel, *Os elementos do jornalismo*, publicada em 2004, no Brasil. Apesar de não ser uma obra que trate exclusivamente do jornalismo investigativo, nela os autores abordam princípios centrais do jornalismo, como o compromisso com a verdade, a objetividade, as funções do jornalismo, entre outros. No capítulo dedicado ao “poder monitorado”, Kovach e Rosenstiel defendem que o papel que a imprensa exerce como guardião do poder ainda é um aspecto central do trabalho jornalístico. E é principalmente aí que se legitima a existência do jornalismo investigativo. Para os autores, o jornalismo investigativo representa mais de duzentos anos de crescimento da profissão.

As raízes da reportagem investigativa foram firmemente estabelecidas nos primeiros jornais, nas primeiras noções do significado de imprensa livre e da Primeira Emenda e na motivação dos jornalistas ao longo da história do ofício. Essas raízes são tão fortes que formam um princípio fundamental: os jornalistas devem ser como um monitor independente do poder (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 171).

No entanto, mais que por uma definição de jornalismo investigativo, o grande mérito dos autores em relação aos estudos desta especialidade se deve ao desenvolvimento de uma classificação de tipos de reportagens investigativas. Para eles, existem três tipos: reportagem investigativa original, reportagem investigativa interpretativa e reportagem sobre investigações.

A reportagem investigativa original, segundo a definição dos autores, é aquela que implica um trabalho investigativo ativo por parte do jornalista na descoberta e revelação de atividades até então desconhecidas do público. Nesse tipo de reportagem, o jornalista pode utilizar técnicas similares ao trabalho policial, a consulta a documentos públicos, formas secretas de monitoramento, como o uso de câmeras escondidas, escutas telefônicas ou o repórter infiltrado, e, mais recentemente, o uso de computadores para análise de dados. Esse tipo de reportagem também se caracteriza por ter como resultado, geralmente, a fomentação de investigações públicas oficiais.

A reportagem investigativa interpretativa se caracteriza por constituir um trabalho de análise e construção de um novo e mais completo panorama sobre um assunto que não foi descoberto pelo jornalista. Para melhor explicar esse tipo de reportagem, os autores citam o caso do *Pentagon Papers*, documentos secretos do governo americano sobre a Guerra do Vietnã publicados pelo *New York Times* em 1971. Para os autores, os documentos por si só pouco serviriam para demonstrar como o povo americano havia sido enganado sobre o tema.

O terceiro tipo de reportagem investigativa apresentado pelos autores é a reportagem sobre investigações. Neste tipo de reportagem, em resumo, a matéria surge a partir do

vazamento de informações de investigações oficiais ou realizadas por outras fontes. Para Kovach e Rosenstiel, trata-se de um tipo de reportagem que começou a se desenvolver na década de 1970 e cresceu nas duas décadas seguintes⁸. De acordo com eles, este crescimento é devido à criação de leis sobre ética e de departamentos especiais de monitoramento do governo nos Estados Unidos. “Os investigadores do governo costumam cooperar de forma ativa com os repórteres por muitas razões: para mudar dotações orçamentárias, influir sobre testemunhas potenciais ou formar opinião pública” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 181). Outro fator que contribuiu para o crescimento desta modalidade de reportagem foi a proliferação de fontes anônimas, que, no entanto, podem transformar a imprensa em um instrumento de manobra das mesmas organizações que ela deveria monitorar.

Em 2000, Hugo de Burgh e outros pesquisadores associados à Nottingham Trent University, lançaram um livro inteiramente dedicado ao estudo e análise do jornalismo investigativo inglês. O livro foi lançado no Brasil em 2008, com o título *Jornalismo investigativo: contexto e prática*. No primeiro capítulo deste livro, Burgh se propõe a definir o que é jornalismo investigativo a partir de várias comparações com outras formas de jornalismo ou jornalistas. Em primeiro lugar, o autor define o jornalista investigativo: “um jornalista investigativo é um indivíduo cuja profissão é descobrir a verdade e identificar lapsos em qualquer mídia disponível” (BURGH, 2008, p.10). Essa função do jornalista investigativo, no entanto, se diferenciaria daquela de policiais, auditores, entre outros, por não se limitar a um público alvo, não possuir fundamentos legais e por ser estritamente vinculado à publicidade.

Ao longo de seus artigos, Burgh lança mão de várias definições no que entendemos como uma tentativa de apresentar e analisar diversos pontos de vista sobre o assunto. É interessante pontuar aqui a apresentação de definições negativas do jornalismo investigativo. Burgh o faz a partir de citações do ex-secretário de imprensa de Margaret Thatcher, Bernard Ingham. Segundo este último, jornalismo investigativo é:

Um estágio da mente que é típico de jornalistas arrogantes, privilegiados e zombeteiros que lidam com casos da atualidade e investem seus anseios por altos salários e mordomias em declarações “nauseantes” acerca de “suas responsabilidades para com a sociedade, o país, os telespectadores, a verdade” (INGHAM, 1991 apud BURGH, 2008, p. 13).

De acordo com Burgh, além da definição de Ingham, existe outra tendência em ver o jornalismo investigativo como um desvio das funções próprias do jornalismo, que deveria se

⁸ O trabalho de Nascimento (2010) oferece uma interessante contribuição para o estudo desse tipo de reportagem e de sua presença no jornalismo do Brasil.

ater somente em relatar e analisar fatos. Apesar de falar em desvio, essa definição não é necessariamente negativa e, a partir dela, podemos desenvolver alguns aspectos geralmente associados à prática jornalística investigativa.

Em relação à pauta, por exemplo, Burgh defende que os jornalistas investigativos subvertem a pauta diária e dão preferência para acontecimentos que representam o descumprimento de alguma norma ou padrão. Apesar de observarmos a presença de vários discursos nos textos do autor, esta ênfase do descumprimento ou desvio parece ser o fator que mais representa o jornalismo investigativo para Burgh. “Em seu sentido mais amplo, o jornalismo investigativo questiona a base da ortodoxia, desafiando a narrativa da realidade que o poder desejaria que aceitássemos” (BURGH, 2008, p. 16).

Para o autor, assim como na tabela de Hunter (2013), abaixo explorada, o jornalismo investigativo desafia a narrativa da realidade a partir de uma seleção diferente de informações. Enquanto o jornalismo diário aceita o que as autoridades ou fontes oficiais definem como fatos apropriados para serem transformados em notícias, o jornalismo investigativo utiliza outro critério: a busca por uma vítima (individual ou coletiva) e um vilão. O papel dos vilões é tentar deter a publicação da matéria ou restringir o acesso a informações. Por isso, uma constante na definição do jornalismo investigativo é “ir atrás daquilo que alguém⁹ quer esconder”.

Segundo Burgh, o foco do jornalismo investigativo em vilões e vítimas se deve à sua função de criar padrões morais. Esta tese é defendida por Ettema e Glasser (1988), a partir da análise de reportagens investigativas premiadas. No artigo *Narrative Form and Moral Force: The Realization of Innocence and Guilt Through Investigative Journalism*, os dois autores tentam revelar as estratégias narrativas pelas quais se estabelece a inocência da vítima. Para os autores, em primeiro lugar, é preciso entender as notícias como uma realidade seletiva, que pode ser diferenciada pelos seus temas recorrentes e formas particulares. Segundo eles, as convenções narrativas do jornalismo funcionam menos para aumentar ou diminuir o valor de verdade das mensagens que para moldar e indicar os tipos de verdades que podem ser contadas. Dessa forma, a narrativa vai funcionar como um instrumento de afirmação da autoridade moral. Mais especificamente em relação às reportagens investigativas, Ettema e Glasser defendem que “sua função moral é evocar a indignação frente à violação de valores caros à condução dos

⁹ Para Burgh, este alguém, ou seja, a qualidade do alvo, é o que difere o jornalismo investigativo do denunciismo ou do jornalismo meramente acusatório. Por exemplo, investigar o passado de um astro do esporte e revelar que ele fumou maconha na adolescência não pode ser considerado jornalismo investigativo.

negócios públicos e implicitamente convidar, se não explicitamente exigir, o retorno a esses valores” (ETTEMA; GLASSER, 1988, p. 12)¹⁰.

Para chegar a essas conclusões, os autores analisam três reportagens premiadas. Em uma delas, sobre estupros na cadeia, os autores contam como a jornalista buscou durante meses casos emblemáticos para poder publicar a matéria. Em geral, ela se focou em inocentes, pessoas que foram presas e posteriormente inocentadas e pessoas que foram presas por pequenos delitos, como infrações de trânsito. Há ainda o caso de um vendedor que espancou alguém por ter sentado na sua moto e cuja solução narrativa encontrada pela repórter foi dar voz às lembranças do personagem, narrando seu pesadelo. Os personagens utilizados nessa matéria, assim como nas outras reportagens analisadas, demonstram como a força moral exercida através dessas reportagens foi resultado de histórias de vitimização habilidosamente produzidas. E, já que a tese do inocente não existe sem a antítese do culpado, essas narrativas também produzem uma história do vilão, geralmente visto como “o sistema”.

A perspectiva do jornalismo investigativo como um jornalismo de indignação ou ultraje também é abordada por Protess et al (1991) e será detalhada posteriormente, no terceiro tópico deste capítulo. Os dois autores são citados na obra de Burgh e essa ideia de uma função moralizante do jornalismo investigativo parece perpassar os artigos do inglês mesmo que de forma indireta. Um exemplo é quando Burgh cita, como uma das habilidades mais importantes para o jornalista investigativo, a capacidade de organização burocrática, isto é, capacidade de selecionar e classificar tipos e fontes de informação e **o conhecimento das normas estabelecidas**, a habilidade de interpretar documentos de valor e compreender as estatísticas. Mais diretamente, o autor faz ainda uma classificação das reportagens investigativas analisadas no livro e encontra 8 funções relacionadas a um compromisso moral ou com a verdade. São elas (BURGH, 2008, p. 20):

- a) Identificar uma ação vergonhosa, mesmo que não seja ilegal, como transgressão moral e da lei;
- b) Denunciar abuso de poder;
- c) Questionar as bases factuais de declarações significantes;
- d) Mostrar que a justiça pode ser corrompida;
- e) Desafiar a versão oficial;
- f) Demonstrar como as leis podem ser burladas;

¹⁰ “Their moral task is to evoke outrage at the violation of dearly held values in the conduct of public affairs and implicitly invite, if not explicitly demand, a return to those values”. Tradução Livre.

g) Expor a distância entre a teoria e a prática;

h) Desvendar uma verdade oculta.

Em 2011, a UNESCO publicou *Story-based Inquiry: A Manual for Investigative Journalists*, de Mark Lee Hunter. O manual ganhou versão em sete línguas e, em 2014, foi lançado na versão em português, com o título *A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos*. Neste manual, Hunter e seus colaboradores defendem a realização de reportagens investigativas a partir de uma hipótese.

Na primeira parte deste manual, Hunter e Hanson tentam responder à pergunta: o que é jornalismo investigativo? Apesar de argumentarem que não há consenso entre os jornalistas, os autores defendem que: jornalismo investigativo não é apenas o bom e velho jornalismo de qualidade (TABELA 02).

Tabela 02: Definições e funções do JI na bibliografia internacional

AUTORES	PRINCIPAIS DEFINIÇÕES DE JORNALISMO INVESTIGATIVO	FUNÇÃO DO JORNALISMO INVESTIGATIVO
HOUSTON (IRE)	"The reporting, through one's own initiative and work product, of matters of importance to readers, viewers or listeners. In many cases, the subjects of the reporting wish the matters under scrutiny to remain undisclosed" (apud IRE, 2014).	(Não tivemos acesso direto à obra)
KOVACH e ROSENSTIEL	"Embora todo tipo de reportagens envolva algum tipo de investigação, o que viemos a entender como jornalismo investigativo acrescenta uma dimensão moral ao tema. O jornalismo investigativo induz o público a dar sua opinião sobre as revelações em pauta e implica que as organizações jornalísticas consideram isso importante - digno de um esforço especial. Nesse sentido, a reportagem investigativa envolve não só projetar uma luz sobre determinado assunto, como usualmente utiliza um enfoque condenatório quando alguma coisa está errada" (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 188).	"As raízes da reportagem investigativa foram firmemente estabelecidas nos primeiros jornais, nas primeiras noções do significado de imprensa livre e da Primeira Emenda e na motivação dos jornalistas ao longo da história do ofício. Essas raízes são tão fortes que formam um princípio fundamental: os jornalistas devem ser como um monitor independente do poder" (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 171).
BURGH	"Em seu sentido mais amplo, o jornalismo investigativo questiona a base da ortodoxia, desafiando a narrativa da realidade que o poder desejaria que aceitássemos" (BURGH, 2008, p. 16).	a) Identificar uma ação vergonhosa, mesmo que não seja ilegal, como transgressão moral e da lei; b) Denunciar abuso de poder; c) Questionar as bases factuais de declarações significantes; d) Mostrar que a justiça pode ser corrompida; e) Desafiar a versão oficial; f) Demonstrar como as leis podem ser burladas; g) Expor a distância entre a teoria e a prática; h) Desvendar uma verdade oculta (BURGH, 2008, p. 20).

AUTORES	PRINCIPAIS DEFINIÇÕES DE JORNALISMO INVESTIGATIVO	FUNÇÃO DO JORNALISMO INVESTIGATIVO
HUNTER	"O jornalismo investigativo envolve expor ao público questões que estão ocultas – seja deliberadamente por alguém em uma posição de poder, ou acidentalmente, por trás de uma massa desconexa de fatos e circunstâncias que obscurecem a entendimento. Ele requer o uso tanto de fontes e documentos secretos quanto divulgados. [...] A cobertura convencional de notícias depende amplamente – e, às vezes, inteiramente – de materiais fornecidos pelos outros (por exemplo, pela polícia, governos, empresas, etc.); ela é fundamentalmente reativa, quando não, passiva. A cobertura investigativa, em contraste, depende de materiais reunidos ou gerados a partir da própria iniciativa do(a) repórter" (HUNTER, 2013, p. 8).	"A cobertura investigativa utiliza materiais objetivamente verdadeiros – ou seja, fatos que qualquer observador razoável concordaria que são verdadeiros – visando à meta subjetiva de reformar o mundo. Ela não é uma licença para mentir por uma boa causa. Ela é uma responsabilidade, para que a verdade seja aprendida de modo que o mundo possa mudar" (HUNTER, 2013, p. 8).

Fonte: IRE, 2014; KOVACH e ROSENSTIEL, 2004; BURGH, 2008; HUNTER, 2013.

Enquanto as reportagens convencionais dependem às vezes quase exclusivamente de material fornecido por outros, a reportagem investigativa depende do material coletado ou gerado pelo próprio jornalista. Dessa forma, o jornalismo convencional é mais passivo e o investigativo, mais ativo. Por mais que as duas formas se foquem nas mesmas perguntas (Quem? O que? Onde? Quando?), no jornalismo investigativo, segundo os autores, o “por que?” é substituído pelo “como?”. Além de todos os outros elementos estarem mais desenvolvidos na reportagem investigativa. De acordo com os autores, apesar de os mesmos jornalistas normalmente realizarem os dois tipos de reportagens, os dois papéis podem exigir habilidades completamente diferentes. Para ilustrar isso, eles produziram a tabela (FIGURA 01) abaixo reproduzida.

Nesta tabela, o que nos parece mais original em termos de traçar distinções se refere às relações com as fontes. Nas cinco diferenças referentes à esse aspecto, Hunter e Hanson tratam diretamente das fontes oficiais em dois dos tópicos: no jornalismo convencional, as fontes oficiais oferecem informações gratuitamente com o objetivo de se promover, bem como o jornalista deve aceitar a versão oficial da história ainda que possa contrastar com o posicionamento de outras fontes. No jornalismo investigativo, por sua vez, as informações oficiais são escondidas ou o acesso a elas é limitado, e o repórter pode desafiar a versão oficial com base em outras fontes de informação.

Além da questão das fontes que não é tão recorrente na bibliografia sobre jornalismo investigativo, mas que fornece uma ilustração prática e clara da distinção entre os dois tipos de

reportagem, o quadro comparativo dos autores como um todo é bem sucedido em mostrar uma diferença entre as práticas profissionais que podem ser encontradas no jornalismo. De fato, em 14 tópicos, os autores ilustram a opinião daqueles que não acreditam que o jornalismo investigativo e o jornalismo convencional coincidam e, mais que isso, conseguem expor essa diferença sem permanecer apenas em comparações quanto ao tempo necessário para a apuração e ao espaço de publicação. A exposição das diferenças no relacionamento com as fontes, por exemplo, demonstram que não apenas a apuração pode ser mais extensiva e detalhada no jornalismo investigativo, mas como a própria definição do que é apuração ou coleta de informações se altera nas duas formas de reportagem.

Figura 01: Jornalismo convencional e Jornalismo investigativo

JORNALISMO CONVENCIONAL	JORNALISMO INVESTIGATIVO
Pesquisa	
As informações são reunidas e relatadas a um ritmo fixo (diário, semanal, mensal).	As informações não podem ser publicadas até que a sua coerência e completude estejam garantidas.
A pesquisa é completada com rapidez. Não se faz uma pesquisa adicional uma vez que a história esteja completa.	A pesquisa continua até que a história esteja confirmada, e pode continuar após a sua publicação.
A história se baseia em um mínimo necessário de informações, e pode ser bastante curta.	A história se baseia no máximo possível de informações, e pode ser bastante longa.
As declarações das fontes podem substituir a documentação.	A reportagem requer uma documentação capaz de apoiar ou negar as informações das fontes.
Relações de fontes	
A boa fé das fontes é presumida, frequentemente sem verificação.	A boa fé das fontes não pode ser presumida; qualquer fonte pode fornecer informações falsas; nenhuma informação pode ser utilizada sem verificação.
As fontes oficiais fornecem informações ao(a) repórter livremente, para promoverem a si e às suas metas.	As informações oficiais são ocultadas do(a) repórter, porque a sua revelação pode comprometer os interesses de autoridades ou instituições.
O(a) repórter deve aceitar a versão oficial da história, ainda que ele ou ela possa contrastá-la com comentários ou afirmações de outras fontes.	O(a) repórter pode desafiar ou negar explicitamente a versão oficial de uma história, com base nas informações de fontes independentes.
O(a) repórter dispõe de menos informações do que a maioria das suas fontes.	O(a) repórter dispõe de mais informações do que qualquer uma das suas fontes, considerada individualmente, e de mais informações do que a maioria delas em conjunto.
As fontes são quase sempre identificadas.	As fontes frequentemente não podem ser identificadas, em nome de sua segurança.
Resultados	
A reportagem é vista como um reflexo do mundo, que é aceito assim como ele está dado. O(a) repórter não espera obter resultados além de informar o público.	O(a) repórter se recusa a aceitar o mundo como ele se apresenta. A história visa a penetrar ou expor uma dada situação, para que seja reformada ou denunciada, ou, em certos casos, para que se promova um exemplo de um caminho melhor.
A reportagem não requer um engajamento pessoal por parte do(a) repórter.	Sem um engajamento pessoal do(a) repórter, a história nunca será completada.
O(a) repórter busca ser objetivo(a), sem viés ou juízo de valor em relação a qualquer uma das partes envolvidas em uma história.	O(a) repórter busca ser justo(a) e escrupuloso(a) em relação aos fatos da história, e com base nisso pode designar as suas vítimas, heróis e malfeitores. O(a) repórter também pode oferecer um juízo de valor ou veredito sobre a história.
A estrutura dramática da reportagem não é de grande importância. A história não precisa ter um final, pois as notícias continuam.	A estrutura dramática da história é essencial para o seu impacto, e leva a uma conclusão que é oferecida pelo(a) repórter ou por uma fonte.
Erros podem ser cometidos pelo(a) repórter, mas eles são inevitáveis e, normalmente, não têm muita importância.	Os erros expõem o(a) repórter a sanções formais e informais, e podem destruir a credibilidade do(a) repórter e do(s) meio(s) de comunicação.

Fonte: HUNTER, 2013, p.9.

3. História

3.1. Imprensa americana

Ao tentar traçar as origens do jornalismo investigativo, muitos autores, brasileiros e estrangeiros, entram em consenso de que a especialidade teria surgido nos Estados Unidos, onde o jornalismo moderno se desenvolveu (Chalaby, 2003). No entanto, nem todos os autores concordam em estabelecer um marco inaugural para esta especialidade jornalística.

Para construirmos essa revisão, portanto, optamos por utilizar o panorama histórico de Protess et al (1991), que faz referência justa à Era de Ouro do *Muckraking* e procura estabelecer a relação entre esse fenômeno e o que se chamaria de jornalismo investigativo no final da década de 1960.

Para os autores, a tradição jornalística de revelar desvios, crimes e corrupção tem raízes históricas profundas nos Estados Unidos. Porém, até o século XX, as reportagens investigativas eram altamente episódicas e localizadas, em decorrência do caráter do jornalismo daquela época, das preferências da sociedade e dos limites tecnológicos à comunicação. Protess et al defendem que foi uma combinação única de forças que permitiu o desenvolvimento de uma era de revelações.

Antes de 1990, entretanto, é creditado a Benjamin Harris o título de primeiro muckraker colonial, pois em 25 de setembro de 1690, Harris teria denunciado, no seu *Publick Occurences*, o péssimo tratamento que os soldados franceses estavam recebendo dos nativos aliados da Inglaterra.

Outros exemplos interessantes são citados por Protess et al. Em 1768, por exemplo, os autores contam que jornais e panfletos começam a desafiar a autoridade britânica, desenterrando evidências de corrupção e de injustiças nas regras britânicas. Nesse período recebe destaque o jornalista Samuel Adams, que relatava os maus tratos aos colonos praticados por soldados ingleses, no *Journal of Occurences*. Os autores também dão destaque à publicação, em 1793, de detalhes de um escândalo no Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, feita por Philip Freneau no *National Gazette*. Este último caso é citado por ter servido de base para uma investigação no Congresso e para a condenação de vários oficiais.

Segundo os autores, alguns fatores foram marcantes para que o século XIX não fosse, em geral, um período marcado pelo jornalismo investigativo. Um deles, como mencionado acima, era o caráter do jornalismo na época. Durante grande parte do século XIX, a imprensa

americana era fortemente partidária e os ataques eram feitos notadamente aos líderes dos partidos de oposição. Para os autores, “[...] isto distraía a atenção da investigação de abusos nas políticas públicas, a marca registrada do jornalismo investigativo” (PROTESS et al, 1991, p. 32)¹¹. Além disso, a imprensa norte-americana do século XIX ainda não estava imbuída de um senso de responsabilidade social; era fragmentada e bem localizada, o que impedia o alcance de um grande público. Os autores ainda mencionam que leis de calúnia e difamação eram utilizadas contra jornalistas que criticavam oficiais.

Seria necessário esperar o início do século XX para que a competição entre os veículos aumentasse. Nesse período, a imprensa norte-americana vai apresentar um aumento de circulação dos veículos, bem como um aumento no número de jornais. De acordo com os autores, entre 1870 e 1900, o número de jornais diários quadruplica e a circulação passa de 6,5% para 19,8% da população norte-americana. A competição também viria por parte de outros veículos de comunicação. Em 1990, já havia 5.500 revistas no país, com preços baixos e conteúdos menos voltados para a literatura e, mais, para as notícias.

Somado ao fator mercadológico, os autores defendem que também havia naquele período uma sociedade insatisfeita com o governo, após presenciar inflações, o surgimento de uma nova classe burguesa industrial e a chegada de novos imigrantes. Para os autores, esses foram os dois principais fatores que influenciaram o jornalismo de 1900 a 1912:

Em suma, o pêndulo histórico balança na direção do *muckraking* quando dois fenômenos que se reforçam mutuamente convergem: a demanda de informação sobre os males sociais por uma população de consumidores letrados e hostis; e uma mídia nacional ferozmente competitiva procurando atender a essa demanda (PROTESS et al, 1991, p. 36)¹².

É no período acima citado que teria surgido a denominação *muckraker*. Segundo Protesse et al (1991, p. 6), o então presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt é o grande responsável pela utilização do termo, ao se referir aos jornalistas de sua época dessa forma durante um discurso em 1906. O presidente fez uma comparação entre os jornalistas e um personagem do livro *Pilgrim's Progress*. Na ocasião, Roosevelt reconheceu a necessidade da divulgação e exposição de práticas negativas na política, nos negócios e na vida social, mas

¹¹ “[...] it distracted attention from the scrutiny of public policy abuses, the hallmark of investigative journalism”. Tradução Livre.

¹² “In sum, the historical pendulum swung toward muckraking as two mutually reinforcing phenomena converged: the demand for information about societal ills from an alienated, literate population of consumers; and a fiercely competitive national media sought to supply it”. Tradução Livre.

alertou os jornalistas de que era necessário saber hora de parar de “fuçar na lama”, por isso a utilização do termo.

Ao contrário do que se poderia subentender pelo discurso do presidente, o jornalismo investigativo, ou melhor, o *muckraking* que se praticou no período não tinha como principal objetivo investigar a corrupção do governo. Antes, os *muckrakers* estavam interessados em investigar grandes empresários e grandes negócios, bem como injustiças sociais. Como os autores explicam, “na fórmula *muckraking*, os grandes negócios corrompiam políticos poderosos, o que resultava em injustiça social. Mas o setor corporativo frequentemente recebia a maior parte da culpa” (PROTESS et al, 1991, p. 37)¹³.

As revistas nacionais foram as principais protagonistas da era do jornalismo de serviço público, como também ficou conhecido o período. Em 1902, a revista mensal *McClure's* publicava a primeira reportagem de 18 da série *History of the Standard Oil Company*, na qual Ida Tarbell investigava a ascensão de Rockefeller. A série da jornalista seguia um padrão da época: a história de um monopólio representativo. Em seguida, outras companhias foram investigadas. *Cosmopolitan*, *World's Work*, *Collier's* e *Hampton's* denunciaram, entre outros, corrupção na indústria de seguros, na indústria ferroviária, no sistema bancário, nas companhias elétricas e o oligopólio do açúcar.

Outros *muckrakers*, como Upton Sinclair, também se engajaram em explorar questões de cunho social, envolvendo as condições de trabalhos nas indústrias e ou os maus tratos às minorias. De fato, conforme apontam os autores, há uma tendência no jornalismo da época em pensar em termos de vilões e vítimas: “As cruzadas contra o governo e a venalidade corporativa foram acompanhadas por uma luta pela justiça social na medida em que cães de guarda jornalísticos assumiram a causa dos social e economicamente oprimidos” (PROTESS et al, 1991, p. 38-39)¹⁴. Dentre os jornalistas dessa época, se destacam os já citados Tarbell e Sinclair, bem como Steffens, Jacob Riis, Edwin Mar e Ray Stannard Baker.

Por volta de 1912, a era dos *muckrakers* tinha acabado. Além do fim da instabilidade competitiva entre os veículos de comunicação e mesmo de um relativo declínio nos seus números a partir de 1910, muitos dos jornalistas haviam sido cooptados pelo governo. Durante os períodos de guerra, os autores defendem que outros fatores também explicam a carência de reportagens investigativas. O princípio da objetividade adotado no processo de

¹³ “[i]n the muckraking formula, big business corrupted powerful politicians, which resulted in social injustice. But the corporate sector usually received the lion's share of the blame”. Tradução Livre.

¹⁴ “The crusades against government and corporate venality were accompanied by a fight for social justice as journalistic watchdogs took up the cause of social and economic underdogs”. Tradução Livre.

profissionalização do jornalismo, por exemplo, teria relegado os ataques e críticas ao governo e aos funcionários públicos às páginas editoriais. Nesse mesmo sentido, também era mais complicado fazer críticas, pois o ônus da prova exigido para denúncias de má conduta era muito mais alto em tempos de guerra.

Somente no final dos anos 1960, os dois principais fatores responsáveis pela Era de Ouro do *Muckraking* reaparecem. O crescente sentimento antiguerra era uma das faces da insatisfação. Movimentos feministas, contraculturais e por direitos civis desafiavam os valores sociais. Organizações de consumidores e a preocupação com o meio ambiente estavam em crescimento. Todos esses movimentos convergiam para levantar sérias questões quanto à legitimidade do sistema de governo americano. Mesmo com esse terreno fértil para o jornalismo investigativo, a mídia hegemônica continuou preferindo cobrir apenas os problemas já manifestos a revelar dimensões ocultas. Dessa forma, é atribuído ao jornalista *free-lancer* Seymour Hersh o pioneirismo em um novo momento do jornalismo investigativo. Hersh ganhou o Pulitzer, em 1970, pelas reportagens em que revelava atrocidades da Guerra do Vietnã encobertas pelo exército, como o massacre de MyLai e outro massacre de civis similar em um vilarejo próximo.

Em junho de 1971, o jornal *New York Times* começa a publicar uma série expondo documentos confidenciais do governo, os *Pentagon Papers*¹⁵, que revelavam que altos funcionários do governo tinham mentido repetidamente sobre a intervenção no Vietnã. Em 1972, outra reportagem viria marcar a história do jornalismo investigativo moderno. Em junho desse ano, cinco homens foram presos enquanto tentavam invadir e instalar equipamentos de vigilância no Comitê Democrático Nacional, situado no prédio Watergate. A primeira reportagem do *Washington Post*, feita por Bob Woodward e Carl Bernstein, publicada no dia seguinte às prisões, começava a traçar um longo caminho de investigações que revelaria a relação entre os invasores e o governo americano.

Protess et al (1991) acreditam que a despeito de um público receptivo para as denúncias faltava ainda um dos componentes presentes na era dos *muckrakings*: a competitividade entre os veículos jornalísticos. Para os autores, a fragilidade de muitos jornais que estavam lutando para sobreviver explica o porquê de nenhum outro veículo ter investido na cobertura de Watergate no seu primeiro ano. No entanto, surgiria um novo agente na

¹⁵ *Pentagon Papers* foi o nome dado pelo *New York Times* aos documentos do governo dos Estados Unidos que tratavam das estratégias políticas e dos relatórios de atuação do país na Guerra do Vietnã. Em 1971, o documento foi entregue ao jornal, que começou a publicá-lo em junho do mesmo ano.

competição entre os veículos que ajudaria a avançar a cobertura do escândalo. Este novo agente era a televisão e seu crescimento como um veículo de notícias no final dos anos 1960.

A partir de 1973, a televisão teve um papel grande em reviver a história de Watergate assim que mais evidências do envolvimento da Casa Branca surgiam. Em 1974, após várias investigações, Richard Nixon renunciou à presidência dos Estados Unidos. No entanto, os autores ressaltam que essa renúncia não está diretamente relacionada com o jornalismo investigativo:

O papel do jornalismo investigativo em Watergate era trazer o escândalo à luz em sua infância, ocasionalmente revelar novas informações em 1973 e 1974, para os responsáveis políticos investigarem mais, e ajudar a enquadrar a questão como uma irregularidade nos mais altos níveis do governo. [...] Estas, aliás, foram contribuições vitais. Mas o impacto da mídia *muckraking* sobre a opinião pública foi, no máximo, indireta, e sua conexão com a renúncia definitiva do presidente foi ainda mais tangencial (PROTESS et al, 1991, p. 52)¹⁶.

Para os autores, é possível que os maiores efeitos da cobertura de Watergate tenham se dado no jornalismo. O fortalecimento da reportagem investigativa, que começou no final dos anos 1960, estava em pleno vigor por volta de 1975. Além disso, a teoria de responsabilidade social da mídia – a ideia de que o jornalismo pode expor a verdade e denunciar injustiças sociais – se tornou consenso no jornalismo moderno. Os novos jornalistas investigativos, segundo os autores, eram similares aos antigos *muckrakers*: predominantemente homens, caucasianos, que trabalhavam em cidades grandes. Os novos, entretanto, eram menos engajados politicamente ainda que continuassem sendo reformistas e tinham sido educados durante a Guerra do Vietnã. O jornalismo investigativo moderno, ainda de acordo com os autores, toma emprestado muito da fórmula dos *muckrakers*, mas também desenvolveu um estilo distintivo devido à profissionalização do jornalismo. Portanto, o jornalismo investigativo moderno usa mais fontes para embasar suas reportagens e apresenta uma forma mais sutil de apelar para valores sociais e sugerir mudanças. Uma das maiores diferenças, porém, é a ênfase do jornalismo investigativo moderno em investigar a corrupção e os desvios no governo. No caso norte-americano, os autores acreditam que isto pode ser devido ao crescente caráter comercial da mídia e a mudanças nas leis que garantiram mais liberdade aos jornalistas para investigar o governo.

¹⁶ “The role of investigative reporting in Watergate was to bring the scandal to light in its infancy, to occasionally disclose fresh information in 1973 and 1974 for policy makers to investigate further, and to help frame the issue as one of wrongdoing at the highest levels of government. [...] These indeed were vital contributions. But the impact of media muckraking on public opinion was at most indirect, and its connection to the President’s ultimate resignation was even more tangential”. Tradução Livre.

3.2. Imprensa inglesa

Dos autores utilizados nesse estudo, Burgh (2008) é o único que não traça uma história do jornalismo investigativo a partir dos Estados Unidos. O autor trabalha, sobretudo, com a emergência do gênero, forma como ele reconhece o jornalismo investigativo, no Reino Unido. Para traçar essa emergência, Burgh recorre a história do jornalismo como todo desde antes do século XIX. Assim, vamos acompanhando as transformações no jornalismo a partir dos fatos propostos pelo autor. Esta revisão é relevante para localizar jornalistas investigativos ou discursos semelhantes ao do jornalismo investigativo ao longo da história. É o caso do panfletário Cobbett, que após 11 anos de serviço ao exercício inglês, em 1791, retorna da América e denuncia seus superiores por desvio de dinheiro. Este é o início de uma longa trajetória de denúncias. Posteriormente, Cobbett funda a revista *Cobbett's Weekly Political Register*, onde atacava a corrupção e a malversação do dinheiro público, as leis discricionárias, baixos salários e a omissão do clero (BURGH, 2008, p. 34).

Burgh continua esse exercício ao longo do século XIX, ao aproximar a prática profissional jornalística investigativa com o jornalismo praticado por escritores como Dickens, que serão identificados pelo realismo naturalista. “Se o método é o que define o jornalismo investigativo, pode-se dizer que os realistas naturalistas foram os primeiros jornalistas investigativos; eles também compartilhavam da obsessão pelas condições de pobreza”, (BURGH, 2008, p. 40).

Para o autor, a emergência do ideal da objetividade no início do século XX a partir das mudanças políticas, econômicas, tecnológicas e institucionais no jornalismo, bem como a ideia de evidência são caminhos necessários a se percorrer para entender o discurso do jornalismo investigativo. Além desses ideários, também emerge a ideia de investigação, personificada na atuação do jornalista W. T. Stead. Stead se tornou editor do então influente *Pall Mall Gazette* em 1883. Foi nesse veículo que realizou, em 1885, uma das reportagens pelas quais seria citado internacionalmente (CHRISTOFOLETTI e KARAM, 2011; NASCIMENTO, 2010): *The Violation of Virgins, The Report of Our Secret Comission*. O jornalista ficou especialmente famoso por essa reportagem devido aos métodos que empregou. Para comprovar a existência de uma rede de prostituição infantil, Stead contratou os serviços de uma garota de 12 anos. Como consequência, o jornalista foi preso, julgado e condenado.

De acordo com Burgh (2008, p. 45), Stead teve um papel muito importante no jornalismo investigativo, pois começou a conciliar uma moral elevada com uma linguagem

mais popular e sensacionalista. Por isso, o autor defende que o “jornalismo investigativo foi inventado no momento exato em que o jornalismo era pressionado a realizar importantes mudanças”.

Burgh continua a construção do seu panorama histórico apontando o surgimento dos “empresários da informação”, homens de negócios que diferiam dos antigos editores, pois viam a mídia sobretudo como um negócio. O exemplo britânico é Alfred Harmsworth, que em 10 anos de carreira conseguiu lançar mais de 11 publicações e que, a partir de 1886, se lança no mercado dos diários para em poucos anos se tornar o primeiro grande magnata da mídia moderna.

A atuação desses novos agentes no campo midiático teve fortes consequências para a concepção e forma de construção das notícias, como já estudado por vários autores (Chalaby, Habermas, entre outros). Essa configuração moderna das notícias, o enfraquecimento de um compromisso com a “verdade” e o fortalecimento do entretenimento, para Burgh, podem ser fatores que diferenciam o jornalismo noticioso do jornalismo investigativo.

Pode-se dizer que o jornalismo investigativo, impelido por sua vocação moral, encontra-se num nível muito diferente do jornalismo noticioso altamente condicionado [...], circunscrito pelas demandas do formato que é resultado direto das pressões comerciais. Talvez o jornalismo investigativo seja uma relíquia do século XIX de Chalaby e Habermas, com seus distintos métodos de pesquisa; talvez, por outro lado, seja apenas um produto (satisfazendo um desejo de indignação prazerosa) ou, simplesmente, uma técnica mercadológica para vender o produto principal, como qualquer outro artigo da mídia (BURGH, 2008, p. 50-51).

Como podemos observar, o autor também levanta outras hipóteses sobre o surgimento do jornalismo investigativo. Se, por um lado, ele pode ser uma espécie de jornalismo noticioso na sua forma ainda não modificada pelo mercado da informação, por outro, ele pode ser parte de um fetichismo da notícia ou uma estratégia de mercado. Burgh propõe que para escolher entre as opções desejadas, no entanto, é necessário se debruçar sobre a prática do jornalismo investigativo.

Na Grã-Bretanha, como o autor conta, a partir da década de 1960, os jornais tiveram que enfrentar a competição com a televisão. Para atrair mais anunciantes, os jornais aumentaram de tamanho e reportagens mais longas começaram a ser veiculadas. Além disso, também havia na época, segundo alguns autores (DOIG, 1997 apud BURGH, 2008), uma atmosfera que inspirava o ceticismo e a irreverência.

Para Burgh (2008), a tradição de expor fatos ao público sempre existiu na imprensa britânica, mas, desde a época vitoriana, tinha caído em desuso e sido relegada aos veículos mais

populares como o *Sundays*. Em 1963, duas reportagens vão alterar esse cenário e fomentar o jornalismo investigativo. A primeira foi a reportagem de Peter Earle para o jornal *News of the World*, que expunha um triângulo amoroso envolvendo um ministro do governo, um agente secreto russo e uma garota de programa. O caso ficou conhecido como *Scandal '63*. A segunda reportagem foi publicada pelo *Sunday Times Insight* e consistia em uma entrevista exclusiva com o repórter Ron Hall que revelava os métodos usados “por um locatário inescrupuloso, Rachman, para aterrorizar seus inquilinos” (BURGH, 2008, p. 53). Ao longo da década de 1960, surgiram novos veículos voltados para o jornalismo investigativo, mas dentre eles se destacam o próprio *Sunday Times*, a revista *Private Eye* (1961) e o programa televisivo *World in Action* (1963).

Esta onda de reportagens investigativas foi influente até pelo menos metade da década de 1970, quando alguns fatores levaram a uma diminuição desse tipo de reportagem. Conforme explica Burgh:

Em meados da década de 1970, o Reino Unido mergulhou em declínio econômico; com a mídia impressa dando destaque para a cobertura da crise política, econômica e financeira, o número de reportagens de jornalismo investigativo aparentemente diminuiu. [...] Por volta de 1980, o jornalismo investigativo parecia ter migrado para a televisão (BURGH, 2008, p. 57).

A partir de 1979 até 1997, o governo conservador assume o poder com Margaret Thatcher. O período é importante para a história do jornalismo investigativo britânico, pois representa uma época de muito conflito entre a mídia e o governo. Para dimensionar o receio que a mídia sentia de Thatcher, Burgh relembra que, nos três anos em que Jonh Major lhe sucedeu como primeiro-ministro, 15 ministros foram obrigados a renunciar após reportagens sobre casos amorosos e corrupção. A atmosfera de constantes embates que predominou no Thatcherismo, para Burgh, parece ter estimulado o ressurgimento do jornalismo investigativo. A partir de 1990, o jornalismo investigativo britânico experimenta um boom, principalmente na TV. Em 1995, por exemplo, um levantamento sobre a televisão no Reino Unido revelou que existiam pelo menos 300 programas que poderiam ser classificados como investigativos. Só nesta década, foram lançados nove programas¹⁷ que se autodenominavam como exclusivamente investigativos.

¹⁷ São eles: ITV *The Cook Report*; C4 *Countryside Undercover*; BBC *Taking Liberties*; ITV *Beam and Da Silva*; ITV *Disguises*; C4 *Undercover Britain*; BBC *Here and Now*; BBC *Rough Justice*; BBC *Private Investigations* (BURGH, 2008, p. 62).

Para o autor, a atuação desses programas assim como de outros veículos, contribuíram para criar uma “imagem da vida pública britânica” para o público. E isso só foi possível graças à evolução da imprensa, às novas demandas de consumo e à regulamentação da radiodifusão, no caso da televisão.

3.3. Imprensa francesa

O jornalismo investigativo na França foi objeto de estudo de autores como Marchetti (2000), Chalaby (2004) e Hunter (1997), entre outros autores que de certa forma trataram do tema em pesquisas relacionadas às elites dos jornalistas (Rieffel, 1984) e à construção da profissão jornalística (Delporte, 1999). Para dar um panorama do desenvolvimento da reportagem investigativa na França, porém, usaremos como base os dois primeiros autores acima citados.

Tanto nos trabalhos de Marchetti quanto de Chalaby, os anos 1980 são apontados como o período de desenvolvimento da reportagem investigativa francesa. A partir desta década e, principalmente, na década de 1990, periódicos como *L'Express*, *Le Canard Enchaîné* e *L'Événement Du Jeudi* passaram a revelar casos políticos e investigar eventos suspeitos.

Um dos principais aspectos diferenciadores entre o jornalismo investigativo francês e o anglo-saxão é justamente o período em que se desenvolveram. Segundo Chalaby (2004), a reportagem investigativa teve um desenvolvimento frágil e tardio na França em decorrência de uma série de fatores internos e externos ao campo jornalístico. Dentre os acontecimentos internos, o autor argumenta que as influências literária e política do jornalismo francês atrapalharam o desenvolvimento de um jornalismo orientado para a notícia (*news*). Diferentemente do contexto inglês e norte-americano, na França, as qualidades literárias eram exigidas entre os jornalistas e o jornalismo representava um meio de consagração literária. “Literary values and literary capital had a tremendous importance in the journalistic field, and many journalists courted these honors rather than journalistic prizes”, (CHALABY, 2004, p. 1201). Isso explica porque os gêneros jornalísticos predominantes na França eram a polêmica, o comentário e a crônica (CHALABY, 2004). A influência política partidária é uma constante na história do jornalismo de vários países. Porém, enquanto nos Estados Unidos, a *pennypress* foi responsável por romper com essa tradição ao buscar um público mais amplo, por volta da década de 1830 (SCHUDSON, 1978), na França, antes da década de 1980, a orientação política dos principais veículos ainda era bem conhecida pelo público.

Outro fator interno ao campo jornalístico dizia respeito à baixa concorrência no campo midiático francês. Na França pré-1980, o governo detinha o monopólio da rádio e televisão nacional. Na mídia impressa, vigorava uma série de medidas que também tornava essa área pouco competitiva:

Em primeiro lugar, o quadro jurídico em que a imprensa francesa operava foi completamente reestruturado na sequência da Segunda Guerra Mundial, com os objetivos de aumentar o controle estatal e proteger jornais da influência corruptora do dinheiro (Bellanger, Godechot, Guiral, & Terrou, 1975). Duras regulamentações foram introduzidas sobre as duas principais fontes de receita dos jornais: vendas e espaço publicitário. Até 1967, os preços de capa dos jornais diários eram definidos pelo governo. Além disso, monopólios estatais foram estabelecidos em áreas-chave da indústria de jornais, incluindo a de papel jornal, a distribuição de jornais, bem como a venda de espaços publicitários (CHALABY, 2004, p. 1203)¹⁸.

A concorrência do mercado é um aspecto bastante frisado por Chalaby, pois, para o autor, a reportagem investigativa procede da necessidade dos jornais de se distinguir em um mercado competitivo. A explicação de Chalaby é providencial para o contexto francês, onde se observa que há, a partir de 1980, um aumento na competição entre as revistas semanais, como *L'Express*, *Le Nouvel Observateur*, *Le Point* e *L'Événement Du Jeudi*, e que são essas mesmas revistas que encabeçam o desenvolvimento da reportagem investigativa.

O terceiro fator interno ao campo que atrasou o desenvolvimento do jornalismo investigativo na França, de acordo com Chalaby, foi a venalidade dos jornalistas franceses. Sobre isso, há relatos de que, durante a Segunda Guerra Mundial, os jornalistas recebiam grandes quantias de dinheiro do governo, dos partidos políticos, de instituições financeiras e etc. O comprometimento dos jornalistas com políticos tornava menos propícia a publicação de escândalos.

É pouco provável que todos os jornalistas tenham sido pagos para silenciar. No entanto, se as alegações contra um político vinham à tona na imprensa, muitos jornalistas estavam contemplados nas folhas de pagamento do ministério para instigar um escândalo e agitar a opinião pública buscando mais informações e alimentando o caso com novas revelações. As alegações não eram sustentadas, e logo habitariam o submundo de boatos (CHALABY, 2004, p. 1204)¹⁹.

¹⁸ “First, the legal framework in which the French press operated was completely restructured in the aftermath of the Second World War, with the objectives of increasing state control and protecting newspapers from the corrupting influence of money (Bellanger, Godechot, Guiral, & Terrou, 1975). Tough regulations were introduced regarding the two main sources of revenues of newspapers: sales and advertising space. Until 1967, daily newspapers’ cover prices were set by the government. In addition, state monopolies were established in key areas of the newspaper industry, including newsprint, newspaper distribution, and the sale of advertising space”. Tradução Livre.

¹⁹ “It is unlikely that all journalists were bought into silence. However, if allegations against a politician surfaced in the press, too many journalists were on ministry payrolls to instigate a scandal and stir public opinion by seeking

Com relação aos fatores externos ao campo jornalístico, o trabalho de Marchetti (2000) é referência no estudo do jornalismo investigativo francês. Segundo a autora, o aumento dos casos e revelações reportados na imprensa francesa se deveu a mudanças, principalmente, nos campos político e judiciário. O campo político é apontado pela pesquisadora como um dos principais campos de mudança. Marchetti defende que é necessário compreender como o enfraquecimento da oposição política entre a esquerda e a direita transforma a disputa política em uma disputa moral entre os personagens políticos. O aumento dos escândalos políticos a partir dos anos 80 está fortemente relacionado com essa necessidade de se destacar moralmente. Para a autora, é necessário ainda entender o papel que o aumento dos custos da atividade política e o desenvolvimento de novas técnicas de sondagem, marketing e comunicação política desempenham na relação que o campo político estabelece com o campo judiciário. O desenvolvimento do jornalismo investigativo na França, de acordo com Marchetti (2000), só é possível na medida em que as mudanças de concorrência no seio do campo político encontram, por sua vez, transformações nos campos judiciário e midiático. A mesma autora aponta que a partir do final dos anos 1960, o recrutamento no campo judiciário é marcado pela chegada de uma nova geração de juízes de instrução, oriundos da classe média e mais sensíveis aos direitos dos homens. É esse grupo, seguido por outra geração de juízes nos anos 1980, que vai lutar pelo crescimento da autonomia do campo judiciário em relação ao campo político e que, como consequência, vai promover uma maior politização da vida judiciária.

4. Alguns problemas

4.1. Entre as definições e os símbolos

Quando se procuram as raízes da tradição investigativa no jornalismo, o ponto germinal geralmente é atribuído aos *muckrakers* que atuaram na imprensa norte-americana no início do século XX. O que ficou conhecido como Era de Ouro do *Muckraking* (PROTESS et al, 1991), no entanto, seria visto somente como o início da construção dos alicerces para o que

more information and feeding the case with new revelations. Allegations were not sustained, and they would soon join the underworld of rumors”. Tradução Livre.

mais tarde se tornaria o jornalismo investigativo moderno, cujo principal marco seria a cobertura do caso de Watergate.

As consequências do escândalo Watergate o tornaram um exemplo obrigatório em livros de jornalismo investigativo e em estudos sobre o impacto da imprensa. Segundo Schudson (1995), Watergate é visto pelos críticos da imprensa como o evento moderno que teve o maior impacto na maneira e na substância da imprensa. À cobertura do *Washington Post* é atribuída a proliferação do jornalismo investigativo e a inspiração de uma nova geração de jornalistas disposta a cavar além da superfície, conforme podemos observar em Protess et al (1991).

No artigo *Watergate and the Press*, Schudson (1995) se propõe a desafiar o que ele chama de mito Watergate, seja no sentido do “Jornalismo em Watergate” ou de “Watergate no Jornalismo”. No primeiro sentido, o autor procura questionar a prática jornalística que teve lugar na cobertura do escândalo; enquanto no segundo, ele questiona os mitos dos impactos de Watergate para as práticas profissionais jornalísticas que o sucederam.

De acordo com Schudson (1995), é possível desafiar o mito Watergate no sentido da sua cobertura jornalística em três aspectos. Em primeiro lugar, é necessário indagar se a imprensa como uma instituição única ou apenas um jornal solitário agiu corajosamente para manter o poder em cheque. Em relação a este aspecto, é interessante perceber que o *Washington Post* agiu como um veículo solitário na cobertura do evento. Dentre mais de 400 correspondentes em Washington, no máximo 15 trabalharam exclusivamente na cobertura do caso entre a data das prisões e as eleições presidenciais de 1972. E é necessário ainda fazer a ressalva que, dentro do *Washington Post*, Woodward e Bernstein eram os únicos que acreditavam no potencial da história.

Para Schudson (1995), em segundo lugar, é necessário questionar se a imprensa atuou sem ajuda, ou se foi apenas uma em uma série de várias instituições, como o Congresso e as cortes, enquanto outras instituições de investigação faziam contribuições igualmente importantes. Por fim, em terceiro lugar, o autor também defende ser necessário saber se a imprensa foi moralmente neutra na sua cobertura.

Apesar de considerarmos importante a discussão de se houve uma cobertura tendenciosa ou não no caso, o aspecto que nos parece mais revelador e instigante dos desafios elencados por Schudson é o segundo aspecto.

Em seu artigo, Schudson argumenta que a imprensa não agiu sozinha na sua cruzada para expor o crime em Watergate. Para o autor, o relato das descobertas relativas ao escândalo presente no livro e no filme *Todos os homens do Presidente* omite a atuação de procuradores

federais, do grande júri e das investigações do FBI, e destacam apenas a atuação dos dois jornalistas do *Washington Post*. No ano da renúncia de Nixon, 1974, o jornalista investigativo Edward Jay Epstein já chamava atenção para esse fato no artigo *Did the Press Uncover Watergate?*. Nele, Epstein argumenta que a imprensa tem sustentado o mito de que os grandes escândalos políticos são descobertos por jornalistas e negligenciado o papel das próprias instituições governamentais em expor a corrupção. Para o autor, o caso Watergate é a melhor ilustração dessa tendência:

Mantendo uma visão mítica do jornalismo, no entanto, o livro [Todos os homens do Presidente] não descreve as investigações "de bastidores" que, na verdade, "trouxeram o escândalo de Watergate à tona" -isto é as investigações conduzidas pelo FBI, pelos procuradores federais, pelo grande júri, e as comissões do Congresso. O trabalho de quase todas essas instituições, que desenterraram e desenvolveram todas as verdadeiras provas e revelações de Watergate, é sistematicamente ignorado ou minimizado por Bernstein e Woodward. Em vez disso, eles simplesmente se concentram nas partes das investigações dos procuradores e do grande júri, e dos relatórios do FBI que foram vazadas para eles. (EPSTEIN, 1974, s. p.)²⁰.

Epstein continua o seu artigo expondo a versão das investigações de Watergate documentada pelos procuradores Earl Silbert, Seymour Glazer e Donald E. Campbell. Assim, o autor descreve as investigações do FBI e a atuação dos procuradores na busca por mais provas e testemunhas, enquanto pontua quais das informações (ou parte de algumas delas) foram vazadas pelos próprios investigadores para os jornalistas do WP – o autor explica, por exemplo, que os cheques que chegaram às mãos de Woodward e Bernstein foram rastreados pelo FBI e já haviam sido entregues ao grande júri um mês antes da sua publicação no jornal.

Para entender as consequências do que Schudson (1995) e Epstein (1974) defendem, precisamos, no entanto, retomar a história do jornalismo investigativo norte-americano e uma definição corrente de jornalismo investigativo.

Na breve revisão da tradição investigativa no jornalismo referenciada neste trabalho, Protess et al (1991) defendem que a publicação dos *Pentagon Papers* pelo *New York Times* e o escândalo Watergate são eventos decisivos na história do jornalismo investigativo moderno. Esses eventos são símbolo de uma nova era de jornalismo investigativo. Desde os anos 1910, especialmente após o início da Primeira Guerra Mundial, o jornalismo americano experimentou

²⁰ “In keeping with the mythic view of journalism, however, the book [Todos os homens do Presidente] never describes the "behind-the-scenes" investigations which actually "smashed the Watergate scandal wide open"-namely the investigations conducted by the FBI, the federal prosecutors, the grand jury, and the Congressional committees. The work of almost all those institutions, which unearthed and developed all the actual evidence and disclosures of Watergate, is systematically ignored or minimized by Bernstein and Woodward. Instead, they simply focus on those parts of the prosecutors' case, the grand-jury investigation, and the FBI reports that were leaked to them”. Tradução Livre.

um período de escassez de reportagens investigativas, ou melhor, o arrefecimento da Era de Ouro do *Muckraking*. A partir de 1970, segundo os autores, dois fatores fortes para o desenvolvimento de uma era investigativa reaparecem: de um lado, um público incrédulo, consequência da Guerra do Vietnã e dos pronunciamentos governamentais; de outro, a competição entre os veículos midiáticos, acionado pelo crescimento da televisão como um veículo de informação jornalística a partir dos anos 1960.

Destarte, a publicação dos *Pentagon Papers* pelo *New York Times* e, posteriormente, pelo *Washington Post* tem papel decisivo e funciona como reforço da incredulidade popular em relação às políticas externas dos Estados Unidos no caso específico da Guerra do Vietnã, que já havia sido acionada com as reportagens investigativas de Hersh sobre o massacre de MyLai. Dito isto, é necessário atentar ainda para o fato de que, apesar de estar no bojo das condições sociais que teriam promovido o jornalismo investigativo moderno, a divulgação dos *Pentagon Papers* pode não ser considerada jornalismo investigativo dependendo da definição com que se trabalha.

Se tomarmos o manual de reportagem da *Investigative Reporters and Editors* (IRE), lançado em 1983, por exemplo, veremos que são listados três pré-requisitos para que uma reportagem seja considerada investigativa:

Os três elementos básicos são que a investigação deve ser o trabalho do repórter, não uma reportagem de uma investigação feita por outra pessoa; que o assunto da história envolva algo de importância razoável para o leitor ou espectador; e que outros estejam tentando esconder estas questões do público (IRE apud PROTESS et al, 1991, p. 5)²¹.

Como pudemos constatar anteriormente, esses três elementos básicos são recorrentes na maior parte da literatura sobre jornalismo investigativo, seja internacional – Nascimento (2010) cita Fleeson (2000), Santoro (2004) e Secanella (1986) que repetem, com modificações ou não, os mesmos elementos – ou nacional (FORTES, 2012; LOPES e PROENÇA, 2003; NASCIMENTO, 2010; SERQUEIRA, 2005).

Podemos compreender, a partir da definição que emerge desses três pré-requisitos, que, se é necessário corresponder a uma investigação feita por um jornalista para que se possa ter uma reportagem investigativa, a atuação do *New York Times* na publicação dos documentos secretos do governo americano sobre a Guerra do Vietnã, entregue ao jornal por uma fonte em 1971, não constitui jornalismo investigativo. Ainda que se tente classificar esse tipo de

²¹ “The three basic elements are that the investigation be the work of the reporter, not a report of an investigation made by someone else; that the subject of the story involves something of reasonable importance to the reader or viewer; and that others are attempting to hide these matters from the public”. Tradução Livre.

cobertura jornalística como reportagem investigativa interpretativa – isto é, uma reportagem que não parte de fatos completamente desconhecidos, mas que estabelece ligações novas para reunir os fatos em um novo e mais complexo contexto (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004) –, a investigação em si não foi feita pelo jornalista, que, nesses casos, geralmente atua verificando a validade da investigação recebida e tomando decisões editoriais quanto a forma de publicação.

Alguns autores, como Protess et al (1991), já problematizavam essa definição em relação ao supramencionado caso dos *Pentagon Papers*. No entanto, o artigo de Schudson (1995) e os relatos de Epstein (1974) nos levam a pensar essa mesma contradição em relação ao maior símbolo do jornalismo investigativo moderno. Se levarmos em conta que grande parte das matérias publicadas pelos jornalistas do *Washington Post* se baseavam em investigações oficiais deliberadamente vazadas e que, nas suas próprias “investigações”, os jornalistas tenham percorridos caminhos errôneos (como na afirmação do envolvimento do jovem advogado Donald H. Segretti com o escândalo), a exposição do caso Watergate não poderia ser considerada jornalismo investigativo, de acordo com esse entendimento da IRE. Poderia, pelo contrário, se enquadrar no que Nascimento (2010) propõe como jornalismo sobre investigação.

Tomando como parâmetro Watergate e os *Pentagon Papers*, acreditamos que é possível perceber uma contradição entre a prática profissional do jornalismo investigativo e o seu discurso.

Temos observado, ao longo de nossa revisão bibliográfica de obras nacionais e internacionais que buscam definir o jornalismo investigativo, que na maior parte das definições são enfatizadas majoritariamente questões técnicas, relativas à forma de apuração e à coleta de informações. Com igual frequência, aparecem referências quanto ao tempo dedicado ao trabalho e ao espaço dedicado às reportagens investigativas. Neste último caso, ainda tratamos exclusivamente das práticas, no sentido de que o tempo e o espaço de publicação estão diretamente relacionados à forma de apuração e ao grande volume de dados que dela resultam.

No Brasil, Sequeira (2005) tem uma proposta sutilmente diferente quando busca conceituar o jornalismo investigativo a partir dos métodos e estratégias utilizados pelos repórteres, assim como pelo *conteúdo* de reportagens. Sua conclusão – de que o jornalismo investigativo se define pelo seu conteúdo, que deve ser fruto de um olhar diferenciado e da leitura nas entrelinhas para desvendar o oculto –, no entanto, volta a mencionar processos de aquisição de informação. Há ainda menções às funções do jornalismo investigativo, nas quais observamos novamente referência a definição da IRE, no sentido de que é função do jornalismo investigativo revelar aquilo que alguém está tentando esconder/ocultar do público.

Como vimos, em 1991, Protess et al reconhecem essa tendência a se definir o jornalismo investigativo pelos seus métodos de coleta de informação. No entanto, para os autores, essas definições são incompletas ao passo em que não conseguem capturar um panorama completo da reportagem investigativa, deixando de lado importantes contribuições da imprensa como a cobertura dos *Pentagon Papers* no *New York Times*. Dessa forma, partindo em busca de uma definição mais voltada para os resultados socialmente relevantes de reportagens investigativas, os autores defendem:

Jornalismo investigativo é "o jornalismo de indignação". Mais do que um processo de coleta de notícias, o jornalismo de indignação é uma forma de contar histórias que investiga os limites da consciência cívica da América. [...] Denúncias jornalísticas que desencadeiam a indignação do público ou dos responsáveis políticos ratifica os padrões societários de má conduta (PROTESS et al, 1991, p. 5)²².

Nessa pequena citação os autores sintetizam a forma pela qual querem definir o jornalismo investigativo. O “jornalismo de indignação”, em tradução livre, seria aquele jornalismo que obedece ao modelo de Mobilização. Segundo este modelo, as investigações da mídia são publicadas para atingir o público e, como consequência, produzir mudanças na opinião pública. E, a partir dessas mudanças, espera-se que se chegue a reformas nas políticas públicas. Neste modelo, o jornalista investigativo é caracterizado pelo seu caráter reformador (não revolucionário) e pela sua atuação, apontando falhas, erros e negligências.

Acionando esta definição, Protess et al acreditam que é possível definir como jornalismo investigativo aquelas reportagens que tiveram como resultado uma mudança nas políticas públicas ou, acrescentamos, aquelas que de alguma forma serviram para produzir mudanças na opinião pública, gerar investigações nos órgãos especializados do governo ou ajudar nas investigações já existentes.

A partir desta proposta de definição, acreditamos que é possível expandir a definição de jornalismo investigativo tomando como parâmetro seus efeitos e a função de mobilização social que o jornalista realiza. Destarte, algumas contradições são solucionadas, como as contradições supramencionadas envolvendo Watergate e os *Pentagon Papers*. No entanto, o modelo dos autores norte-americanos também não é suficiente para resolver todas as questões referentes a esta especialidade jornalística, especialmente àquelas referentes à sua história.

²² “Investigative reporting is “the journalism of outrage”. More than a news-gathering process, the journalism of outrage is a form of storytelling that probes the boundaries of America’s civic conscience. [...] Journalistic exposés that trigger outrage from the public or policy makers affirm society’s standards of misconduct”. Tradução Livre.

4.2. Entre as definições e a história

No tópico dedicado à história do jornalismo investigativo, apresentamos curtos panoramas históricos sobre o contexto norte-americano, britânico e francês. Neste primeiro momento, optamos por não fazer o mesmo exercício em relação ao Brasil, pois a história desta especialidade em nosso país aparece de forma ainda mais diluída nos livros até então disponíveis e, também, porque acreditamos que a partir da análise e crítica dos contextos acima apresentados, podemos contribuir de forma mais construtiva no delineamento do contexto brasileiro de emergência e prática do jornalismo investigativo, ou seja, das suas **condições de possibilidade**.

A escolha de pelo menos três histórias da emergência do jornalismo investigativo também não foi feita ao acaso. Além da história do jornalismo investigativo norte-americano, que obrigatoriamente deveria ser mencionada em qualquer trabalho sobre o tema, a história dos casos britânico e francês nos ajuda a observar e pontuar alguns problemas referentes à construção de um discurso sobre a tradição investigativa no jornalismo.

A partir dos três casos, podemos observar de antemão que a própria construção da história do jornalismo investigativo pode se alterar de acordo com a definição ou com o aspecto que se elege como identificador da especialidade. É o que acontece com a história do jornalismo norte-americano traçada por Protess et al (1991) que, por caracterizar o jornalismo investigativo como o jornalismo reformador que procura causar a indignação no leitor, localiza esse tipo de prática jornalística já no século XVII. Este fato pode ser interpretado de pelo menos duas formas. Podemos perceber essa busca de origens longínquas como uma tentativa de afirmação das raízes históricas do jornalismo investigativo (os próprios autores falam em “tradição investigativa”), ou como uma tentativa de justificar ou mesmo comprovar a existência de um jornalismo que se diferencia do jornalismo tradicional ou diário pelo seu apelo de denúncia e demanda por mudanças.

Por outro lado, essa identificação de princípios e características do jornalismo investigativo em séculos anteriores ao século XIX pode gerar obstáculos na constituição da especialidade como campo teórico. Ao compararmos o contexto norte-americano com o contexto britânico, observamos que apesar de se basearem em definições de jornalismo investigativo coincidentes (ambos os autores enfatizam de certa forma um apelo moral nas reportagens), os exemplos originários ou arcaicos dessa prática profissional não se repetem.

Burgh (2008) consegue encontrar o mesmo tipo de exemplo citado por Protess et al (1991) na história do jornalismo britânico.

Essa comparação permite realizar o trabalho negativo proposto por Foucault (2008), ao percebermos os problemas nas relações de continuidade. É comum na história de um determinado campo do saber ou campo profissional buscar mitos fundadores. Esses mitos podem atestar uma “evolução”, a continuidade de uma “mentalidade”, uma “influência” ou, o que mais nos parece apropriado nesse caso, uma “tradição” que continua. Segundo Foucault, a noção de tradição “autoriza reduzir a diferença característica de qualquer começo, para retroceder, sem interrupção, na atribuição indefinida da origem; graças a ela, as novidades podem ser isoladas sobre um fundo de permanência [...], (FOUCAULT, 2008, p.24). Assim, a história do jornalismo investigativo nos EUA bem como no Reino Unido faz esse exercício de retroceder indefinidamente em busca de um enunciado para o qual atribuir a origem. Mas o ponto originário que encontram não coincide e, quando comparados, tornam visível que a tradição investigativa no jornalismo é uma construção.

Além dos dois casos acima trabalhados, a noção de tradição está presente em outras definições de jornalismo investigativo. De uma forma geral, podemos observar um pouco desta relação entre os enunciados sobre o jornalismo e os enunciados sobre o jornalismo investigativo quando não conseguimos estabelecer uma distinção clara entre eles, em virtude de definições de jornalismo investigativo muito amplas, tais como: aquele que deve revelar algo que está oculto, que tem capacidade de gerar indignação moral, que é feito por um jornalista e que deve ser de interesse público, aquele que tem efeito positivo ou de vigilância ao poder, entre outras. Assim, quando o jornalismo investigativo pode ser definido simplesmente como “bom e velho jornalismo” ou “jornalismo de qualidade”, o que se admite aqui também é uma longa tradição no jornalismo de vigilância ao poder, revelações e denúncias.

A noção de tradição, no entanto, nos parece perigosa à medida em que descarta o estudo das condições de possibilidades da emergência do jornalismo investigativo a partir do século XX, uma vez que toma esta emergência como natural.

O contexto francês é providencial, neste trabalho, como exemplo de como se pode traçar uma história do jornalismo investigativo a partir de um método de investigação acadêmica mais voltado para uma análise de condições sociais. O trabalho de Marchetti (2000), brevemente abordado acima, analisa as mudanças no jornalismo francês a partir de mudanças no próprio campo jornalístico (mudança de gerações de jornalistas), bem como nos campos políticos e judiciários.

Utilizando a metodologia da autora, filiada à Sociologia das Profissões, e trabalhos já produzidos no Brasil, principalmente sobre a identidade profissional – a auto-referenciação (LOPES, 2007) e a consagração (CASTILHO, 2010) –, acreditamos que é possível demonstrar parte das disputas discursivas empreendidas em relação ao jornalismo investigativo no Brasil.

5. Considerações

Neste capítulo procuramos reunir algumas definições sobre jornalismo investigativo a partir de bibliografia nacional e estrangeira. Entretanto, a seleção de definições abordadas aqui não esgota o que está registrado nessas obras. Seleccionamos as definições que consideramos predominantes em cada obra ou, em alguns casos em que uma grande quantidade de definições era abordada, seleccionamos aquela que parecia mais original tendo como referência o que já havia sido coletado nas outras obras. Portanto, essa seleção foi relacional, em relação ao conjunto das obras aqui estudadas.

Tomamos cuidado para não eliminar as repetições das definições em cada obra, apesar de mantermos o intuito de expor o maior número de definições ou abordagens diferentes. Esperamos que isso tenha sido alcançado pela indicação das definições mais recorrentes, como foi o caso da definição da IRE. No entanto, acreditamos que o que deve emergir com mais força para o leitor – que condiz com o que podemos experimentar ao longo da leitura das obras supracitadas – é que as definições de jornalismo investigativo são constantemente reformuladas, seja revisando ou parafraseando definições de outros, seja criando (ou tentando criar) novos critérios para definir jornalismo investigativo. Porém, essa aparente imprecisão ou falta de consenso na definição da especialidade, que é apontada por HUNTER (2011), não nos direciona a muitas definições que se opõem, apesar de apontarem a carência de uma proposta definicional que reúna e resolva esse problema. De fato, acreditamos que é possível, a partir das obras analisadas, estabelecer três eixos em que as definições se dividem:

- 1) **O jornalismo investigativo é aquele que desvenda ou revela o oculto/a verdade escondida.** Nas definições que podem ser classificadas nesse eixo, encontram-se todas aquelas que enfatizam a natureza da informação (escondida, de difícil acesso, etc.) apurada pelo jornalista. E também que enfatizam o papel ativo do jornalista no sentido de revelar a informação oculta ou das técnicas diferenciadas para obtê-

la. Aqui também fica subentendido o componente de informação “exclusiva” que as reportagens investigativas reivindicam.

- 2) **O jornalismo investigativo é aquele que denuncia desvios e causa indignação moral.** Aparentemente, este eixo e o anterior parecem semelhantes, mas possuem diferenças significativas. Nesse, não há necessidade de que a reportagem revele algo oculto, mas enfatiza-se que a reportagem investigativa faz uma denúncia. A indignação moral é fruto dessa denúncia de más condutas, bem como de uma construção narrativa que explore o vilão e a vítima (ETTEMA e GLASSER, 1988). As definições situadas nesse eixo tendem a enfatizar mais os resultados do jornalismo investigativo.
- 3) **O jornalismo investigativo é um pleonasmo/um rótulo.** Apesar de não aparecer tão recorrentemente nesta breve seleção que fizemos, essa ideia é citada em praticamente todas as obras aqui utilizadas. Com frequência Gabriel García Márquez é citado como um dos grandes jornalistas que defendem a indistinção entre jornalismo e jornalismo investigativo²³. Outros autores, como FORTES (2012) chamam mais atenção para o caráter de marca ou rótulo como definição dessa especialidade, sugerindo também que excluída essa distinção de nomeação, não existe outra diferença.

Neste trabalho, não temos como objetivo escolher ou apontar a definição que possui menos problemas conceituais e que consegue definir o jornalismo investigativo de uma maneira mais completa. Tampouco temos como principal meta comparar as definições com a prática profissional no Brasil para avaliar a coerência de cada uma delas. Pretendemos, de fato, avaliar as condições de possibilidades da emergência desses discursos sobre o jornalismo investigativo. Ou seja, as configurações (contexto político, econômico, tecnológico) que deram lugar a essas formas diversas de definições.

²³ "Any training in schools of journalism must be based on three fundamental principles: first and foremost, there must be aptitude and talent; then the knowledge that “investigative” journalism is not something special, but that all journalism must, by definition, be investigative; and, third, the awareness that ethics are not merely an occasional condition of the trade, but an integral part, as essentially a part of each other as the buzz and the horsefly", (MARQUEZ, 1997. Disponível em: <http://www.indexoncensorship.org/2014/04/best-job-world-gabriel-garcia-marquez-journalism/>. Acessado em: 30/05/2014)

Capítulo 2 – Jornalismo investigativo como discurso profissional: condições de possibilidades

1. Preâmbulo

Para realizar o que pretendemos neste trabalho, isto é, analisar as condições de possibilidades (de acordo com a denominação foucaultiana) dos discursos autorreferenciais do jornalismo investigativo no Brasil, utilizaremos, em grande medida, a metodologia que Bourdieu apresenta em *As Regras da Arte*²⁴. Faremos, então, uma apropriação das três operações que o autor defende para a constituição de uma ciência das obras culturais.

Para Bourdieu (1996), a ciência das obras culturais está necessariamente ligada a três níveis da realidade social:

[P]rimeiro, a análise da posição do campo literário (etc.) no interior do campo do poder, e da sua evolução no decorrer do tempo; em segundo lugar, a análise da estrutura interna do campo literário (etc.), universo obedecendo às suas próprias leis de funcionamento e de transformação, quer dizer, a estrutura das relações objectivas entre as posições que aí ocupam indivíduos ou grupos colocados em situação de concorrência em torno da legitimidade; por fim, a análise da génese do *habitus* dos ocupantes destas posições, ou seja, os sistemas de disposições que, sendo produto de uma trajectória social e de uma posição no interior do campo literário (etc.), acham nessa posição um ensejo mais ou menos favorável de actualização (BOURDIEU, 1996, p. 246).

O autor sempre acrescenta “(etc.)” após “campo literário” para indicar que o mesmo procedimento pode ser aplicado a diferentes campos, como o artístico, filosófico, científico e, em nosso caso, também o aplicamos ao jornalístico. Ainda segundo Bourdieu, a partir dessas operações, conseguimos inverter o procedimento frequentemente utilizado pelos analistas: não perguntamos como um certo escritor (jornalista, intelectual, etc.) chegou a ser o que foi/é, pois isso poderia nos dar uma ilusão retrospectiva de coerência (ou continuidade); perguntamos como “dada a sua origem social e as propriedades socialmente constituídas que lhe ficou a dever, pôde ocupar ou, em certos casos, produzir as posições já feitas ou por fazer oferecidas por um determinado estado do campo literário (etc.)”, (BOURDIEU, 1996, p. 247).

Em ambos os trechos supracitados, o autor está se referindo ao estudo de obras literárias inovadoras de grande impacto, como as obras de Flaubert. Nesse estudo, não vamos nos deter precisamente na obra de um jornalista investigativo, mas, como foi apresentado no

²⁴²⁴ BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Lisboa: Presença, 1996.

primeiro capítulo, nos vários discursos sobre o jornalismo investigativo: suas definições e alguns temas ou agendas que o atravessam (Capítulo 3). Dessa forma, o que nos interessa principalmente na metodologia do autor é identificar as tomadas de posições (em relação à definição de jornalismo investigativo e aos temas e problemas legítimos dessa especialidade) que estavam inscritas em estado potencial no campo.

Para utilizar a metodologia de Bourdieu (1996) descrita nas três operações de análise acima citadas, precisaríamos, em um primeiro momento, analisar a posição do campo jornalístico no interior do campo do poder. Segundo o autor, o “campo do poder é o espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocuparem posições dominantes nos diferentes campos”, (BOURDIEU, 1996, p. 247). A partir desse tipo de análise se observa o grau de autonomia de um campo, isto é, o grau em que ele consegue impor suas normas e sanções próprias mesmo para agentes que ocupam uma posição dominante no campo do poder. Esse nível de análise dentro da metodologia bourdiana é importante, a nosso ver, por tornar manifesta a relação de campos englobantes (como o econômico) até com campos que parecem ser bastante autônomos. As reflexões do autor nesta obra em particular estão mais voltadas para o campo literário, cuja posição (dominada) e cujos princípios heterônomos e autônomos já estão identificados pelo próprio autor.

À primeira vista, esta proposta metodológica não parece ser apropriada para uma investigação do nosso objeto de interesse. De fato, o jornalismo investigativo em nada parece ser comparável ao campo literário e seria problemático sequer tentar trabalhar o jornalismo investigativo enquanto campo. Mas o problema é facilmente contornável, visto que em qualquer tipo de abordagem, seria impossível isolar o jornalismo investigativo do jornalismo em sentido geral. Portanto, não é a partir do jornalismo investigativo que nossa investigação se inicia, mas do campo jornalístico.

A definição de campo em Bourdieu “designa um espaço social relativamente autônomo, estruturado por jogos de rivalidade cujo limite é uma adesão comum dos participantes ao que ela implica e a seus valores” (NEVEU, 2006, p. 65). E, por mais que a autonomia do jornalismo seja posta em questão, Neveu (2006) acredita que é possível entender o jornalismo como campo devido a existência de um certo consenso entre diferentes agentes nesse espaço (da atividade a serviço do público, por exemplo), além de institucionalizações por quadros jurídicos e regras pragmáticas (como os critérios de seleção de fatos, personagens e imagens). Para o mesmo autor, recorrer à noção de campo no jornalismo é uma ferramenta para pensá-lo interna e externamente:

Ele convida a pensar o espaço do jornalismo como um universo estruturado por oposições ao mesmo tempo objetivas e subjetivas, a perceber cada publicação e cada jornalista dentro da rede de estratégias, de solidariedades e de lutas que o ligam a outros membros do campo. Ele chama a pensar o campo jornalístico na sua relação com outros espaços sociais. (NEVEU, 2006, p. 63).

De acordo com o proposto por Neveu (2006), é preciso avaliar a oposição entre “empresas de produção de informação” e “empresas de jornalismo”, em relação às pressões comerciais. Alguns dos indicadores para essa investigação são: o “peso dado às informações que visam à audiência (violência, esportes) e ao das informações que atraem publicidade [...], em detrimento das editoriais ‘não rentáveis’, que não atraem nem anunciantes nem público maciço” (NEVEU, 2006, p. 72); o peso da publicidade nas receitas dos jornais, que pode ser indicador da pressão da audiência e do rendimento; entre outros. Em relação às pressões políticas e, possivelmente, econômicas, outro fator de oposição sugerido por Neveu (2006) é a distância das fontes. Esse indicador opõe aquelas publicações que procuram preservar sua autonomia na produção da informação e aquelas que estão suscetíveis aos discursos institucionais. Entretanto, em virtude da nossa proposta e dos estudos já disponíveis sobre o campo jornalístico (NEVEU, 2006; BOURDIEU, 1997, CHAMPAGNE, 2000), nos referiremos aos aspectos referentes à posição do campo jornalístico no interior do campo de poder quando forem necessários para elucidar, de forma mais ampla, o contexto em que as definições de jornalismo investigativo podem ocorrer.

A segunda operação de análise proposta por Bourdieu é o estudo da estrutura interna ao campo. Segundo o autor, o campo é uma rede de relações objetivas entre posições. Cada posição reflete espécies de capital (ou poder) que seus ocupantes detêm e determinações que lhes são impostas, que podem lhes permitir ou não ganhos específicos (títulos, prestígio) postos em jogo no campo. Para o autor, é nos interesses específicos que podem estar ligados a diferentes posições no campo que se pode procurar o princípio norteador das tomadas de posições de seus agentes. Mas a relação entre uma posição específica no campo e uma tomada de posição não se dá de forma direta.

A ciência da obra de arte tem pois por objecto próprio *a relação entre duas estruturas*, a estrutura das relações objectivas entre as posições no campo de produção (e entre os produtores que as ocupam) e a estrutura das relações objectivas entre as tomadas de posição no espaço das obras (BOURDIEU, 1996, p. 267).

Em suma, Bourdieu defende que o princípio de transformação de uma obra ou produto se encontra no campo de produção, isto é, na luta entre os seus agentes e suas instituições, que, em virtude de seus interesses e das posições ocupadas em relação à distribuição de um capital

específico, podem querer a permanência de um modelo convencional ou a alteração deste. Ele vai além: defende que as estratégias de lutas internas por subversões ou permanências estão determinadas também pelo espaço que se impõe entre as posições ocupadas no campo e as tomadas de posições: o espaço dos possíveis. Semelhante às condições de possibilidades de Foucault, o espaço do possível é um espaço orientado, o espaço onde se encontram as tomadas de posições em estado potencial, “coisas a fazer”, “movimentos” a lançar, etc.

A herança acumulada pelo trabalho colectivo apresenta-se assim a cada agente como um espaço de possíveis, quer dizer, como um conjunto de *imposições* prováveis que são a condição e a contrapartida de um conjunto circunscrito de *usos possíveis*. [...] É uma só e mesma coisa entrar num campo de produção cultural, cumprindo um direito de entrada que consiste essencialmente na aquisição de um *código específico* de comportamento e de expressão, e descobrir o universo finito das *liberdades sujeitas a imposições* e das potencialidades objectivas que o campo propõe, problemas a resolver, possibilidades estilísticas ou temáticas a explorar, contradições a superar, ou até rupturas revolucionárias a operar (BOURDIEU, 1996, p. 268-269).

No entanto, o campo e suas lutas internas nunca podem ser tomados isoladamente. Para o autor, o desfecho das lutas internas depende sempre de uma correspondência com lutas externas. As transformações internas estão geralmente associadas com mudanças das condições de acesso ao campo (exigência de um diploma ou o fim da exigência deste, etc.), enquanto as transformações externas podem ser rupturas políticas que alteram relações de força dentro do campo ou, ainda, o aparecimento de novas categorias de consumidores.

Mais uma vez, a revisão bibliográfica específica sobre o jornalismo pode dar conta, em grande medida, desse segundo eixo. Sobretudo, os três elementos de estruturação do campo jornalístico que Neveu (2006) destaca: (1) a oposição entre publicações “estabelecidas” – aquelas que podem mobilizar uma herança de recursos, como sua imagem, redes de relações com fontes e especialistas, prestígio acumulado e furos inscritos na memória social – e *outsiders* – aquelas que devem criar a sua imagem do zero, recorrendo a estratégias de risco; (2) oposição entre as editorias em relação ao peso de legitimidade de cada uma; (3) hierarquização segundo a sociologia dos leitores, isto é, o prestígio social de uma publicação depende do perfil social de seus consumidores. As disputas no campo jornalístico podem se expressar, ainda, em visões conflitantes de excelência profissional, seja entre os diferentes meios de comunicação, entre as editorias ou entre os gêneros e especializações do jornalismo.

Essas oposições vão nos permitir analisar dentro de quais desses múltiplos posicionamentos e lutas, o jornalismo investigativo se insere no campo jornalístico, por meio da observação, por exemplo, das publicações onde ele é produzido ou anunciado (como furo ou “exclusivo”), das editorias onde se produzem reportagens investigativas, da dificuldade de

acesso ao cargo de “repórter investigativo” ou “repórter especial”, entre outros. Além disso, também poderemos analisar se a variedade de definições de jornalismo investigativo, não representaria, por sua vez uma concorrência pela legitimidade entre os próprios jornalistas investigativos. Portanto, é possível uma análise em dois níveis: da posição dos jornalistas investigativos em relação aos jornalistas “tradicionais” e da posição de jornalistas investigativos em relação a outros jornalistas investigativos.

Por fim, no terceiro eixo de análise, analisa-se a gênese do *habitus* dos ocupantes das posições no campo. Para Bourdieu, a biografia construída é a última etapa da investigação jornalística. Nessa etapa, se constrói a trajetória social dos agentes, isto é, se identifica a série de posições sucessivas ocupadas por um agente ou por um grupo em espaços sucessivos. Porém, ao contrário da biografia, que tende a criar um efeito de linearidade e coerência em relação aos acontecimentos na vida de alguém ou de um grupo, a noção de trajetória social pressupõe que:

É por referência aos estados correspondentes da estrutura do campo que se determinam a cada momento o *sentido* e o valor social dos acontecimentos biográficos, entendidos como *colocações* (*placements*) e *deslocações ou deslocamentos* (*déplacements*) nesse espaço, ou, mais precisamente, nos espaços sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que se encontram em jogo no campo (BOURDIEU, 1996, p. 296).

Para entender esta última fase de investigação da ciência das obras culturais, é preciso entender o que o autor concebe como *habitus*: “sistema de disposições, matriz de esquemas de julgamentos e de comportamentos” (NEVEU, 2006, p. 66). Ou seja, o *habitus* seria fruto das origens sociais (que em grande medida geram disposições) e de um processo de socialização dentro do campo, ao mesmo tempo em que funciona como “princípio organizador das práticas e das atitudes” (Ibidem, loc. cit.). O *habitus* funciona como princípio organizador, em virtude da relação dialética que se estabelece entre as disposições e as posições. Isto é, as disposições só se realizam em relação a uma estrutura socialmente marcada e ao espaço dos possíveis que essa estrutura produz; por outro lado, são as disposições que permitem a realização desta ou daquela potencialidade inscrita nesse espaço dos possíveis.

De uma forma geral, os principais conceitos trabalhados por Bourdieu – *illusio*²⁵, *habitus* e capitais – não podem ser pensados sozinhos, apartados da estrutura do campo, onde podem indicar uma adequação ou inadequação ao cargo ocupado ou um maior ou menor potencial de subversão das regras do jogo.

²⁵ *Illusio* se refere a um investimento emocional e cognitivo do agente nas estruturas de um campo específico, ou simplesmente, a crença no jogo (ver BENSON e NEVEU, 2005, p. 3).

Revisados os principais conceitos e esboçados alguns caminhos metodológicos, resta fazermos algumas considerações sobre o estudo do jornalismo investigativo e seus discursos. Em primeiro lugar, e como já advertido acima, em um estudo do jornalismo investigativo não estamos trabalhando com um campo de produção cultural, mas com um subcampo (MARCHETTI, 2002). Isto é muito importante, pois, de acordo com a metodologia adotada, o sentido e os valores das tomadas de posição que possamos observar em relação ao jornalismo investigativo se alteram quando se altera o universo de comparação. Portanto, nesta pesquisa, procuraremos sempre definir esses sentidos e esses valores em relação ao campo jornalístico, visto, para fins de análise e quando aplicável, como uma estrutura única, isto é, sem estabelecer as possíveis relações entre o jornalismo investigativo e outros subcampos como jornalismo literário, político, esportivo, etc.

Dito isto, cabe acrescentar que também foram feitas escolhas de níveis de análise a serem privilegiados em virtude da grande abrangência da metodologia proposta e do material que nos propusemos a analisar: livros e manuais sobre jornalismo investigativo, produções da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), dados biográficos de jornalistas investigativos e listas de vencedores de prêmios de jornalismo. De forma que acreditamos ser mais viável nos concentrarmos em observar sua posição no seio do campo jornalístico, sem implicar, no entanto, na desconsideração das transformações externas (políticas, sociais e tecnológicas) nas lutas internas do jornalismo investigativo.

Marchetti (2002) apresenta uma proposta de estudo comparado dos subcampos especializados do jornalismo. A autora sugere que se comparem as propriedades de cada um desses sub-universos com base em seis variáveis: (1) a posição ocupada no campo jornalístico, (2) a estrutura de relações de forças internas para explicar como os pesos das diferentes mídias variam de uma especialidade a outra, (3) o grau e as formas de concorrência e colaboração, (4) a circulação de jornalistas especializados no mercado de trabalho jornalístico, (5) as propriedades dos jornalistas e (6) os mecanismos de socialização profissional.

Destas variáveis, acreditamos que a posição ocupada no campo jornalístico, o grau e as formas de concorrência e colaboração e as propriedades dos jornalistas são as que mais podem enriquecer o nosso trabalho. Em conjunto, acreditamos que essas variáveis dão conta de apontar as condições de possibilidades de emergência dos discursos (ou tomadas de posições) do jornalismo investigativo. Em relação à posição ocupada pelo jornalismo investigativo no campo jornalístico também levaremos em conta outros dois fatores: os veículos que produzem reportagens investigativas (estabelecidos ou *outsiders*) e, quando for possível identificar pelos

livros e manuais, a relação dos jornalistas investigativos com fontes institucionais/governamentais (dependência ou autonomia).

Para analisarmos essas variáveis, utilizaremos, em grande medida, os discursos coletados nos livros sobre jornalismo investigativo e nas discussões que emergem sobre fontes, métodos de trabalho e propriedades necessárias ao bom repórter investigativo.

2. O jornalismo no interior do campo do poder: o caso brasileiro

Em comparação com outros campos de produção cultural, como o campo da literatura, da arte e da educação, os estudos de Bourdieu em relação ao campo do jornalismo são menos aprofundados e, apesar de sua metodologia ser sobretudo relacional e defender a alteração de campos de análise de acordo com o local de estudo, têm uma certa tendência universalista. Conhecido por sua crítica à mídia em *Sobre a televisão*, Bourdieu também coordenou uma pesquisa sobre jornalismo que resultou em duas edições da revista acadêmica *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (101-2, em 1994 e 131-2, em 2000). A partir desses trabalhos, é possível sublinhar quais as propriedades que o sociólogo identifica no campo e, como consequência, sua posição no interior do campo do poder.

Em primeiro lugar, Bourdieu (1997) defende, em um artigo inicialmente publicado em 1994 e posteriormente incluído no livro *Sobre a televisão*, que o campo jornalístico é homólogo aos outros campos por ele estudados. Isso quer dizer que neste campo também encontramos a oposição entre um polo comercial (heterônomo), que orienta a prática profissional com fins comerciais, e um polo cultural, que corresponde ao polo dos saberes “puros”, da prática do jornalismo ideal e autônomo. No entanto, como o autor logo ressalta, uma das diferenças do campo jornalístico é que seu polo comercial é muito mais influente em relação aos outros (literário, artístico, científico, etc.). Em outro texto, Bourdieu (2005, p. 41-42) ainda descreve o campo como “cada vez mais heterônomo” (“increasingly heteronomous”) e afirma que o peso da economia no campo está em constante crescimento.

Para o autor, o campo se constituiu como tal no século XIX, em torno da oposição entre jornais que ofereciam “todas as notícias” e que possuíam um caráter mais sensacionalista e jornais que ofereciam análises e comentários e que tentavam marcar a sua distinção afirmando os valores da objetividade (1997, p. 105). Portanto, como os outros, o campo jornalístico também é o lugar de uma lógica específica, designada sob a forma de “deontologia” e de acordo

com a qual se julgam os méritos profissionais. Mas, a exemplo do campo político e econômico, o jornalismo está sujeitado aos veredictos do mercado, seja de forma direta, através dos anunciantes, seja de forma indireta, através dos índices de audiência. Bourdieu ressalta, então, que quanto mais elevados na escala profissional (chefe de redação, diretor, etc.), mais os jornalistas se inclinam para o critério do mercado na produção da notícia (escrita simples, textos curtos, notícias que podem gerar receitas publicitárias, etc.).

Podemos, então, a partir dessa pequena revisão da produção de Bourdieu sobre o jornalismo, observar que o sociólogo localiza o campo em uma posição dominada em relação ao campo do poder, já que aquele está constantemente coagido pela pressão de campos externos, como o campo político e econômico e, como um reverso da mesma moeda, apenas em pequeno grau consegue impor sua lógica interna para agentes em posições dominantes no campo do poder.

Apesar de falar de uma pressão do campo econômico e político (2005), o autor parece, na verdade, frisar apenas os constrangimentos econômicos do jornalismo, tanto que sua metodologia sugere que o grau de autonomia de uma empresa jornalística pode ser mensurado a partir das receitas que provêm da publicidade e da ajuda do estado, assim como do grau de concentração dos anunciantes (1997, p. 102-103). Mesmo quando fala da ajuda do estado, o autor está mais inclinado a ver como uma espécie de “censura econômica” (BENSON, 2005). Outra ressalva que pode ser feita é que no modelo “universalista” – já que parece se aplicar ao campo jornalístico global – os tipos de pressões econômicas não são especificados. E, como Benson (2005) demonstra, a partir de uma especificação maior dos fatores econômicos e da “ecologia” de cada país é possível entender melhor as diferenças no jornalismo praticado em diferentes países. Diferenças que, pela simples constatação da heteronomia do campo jornalístico e da pressão do polo econômico, não poderiam ser explicadas.

Com o propósito de situar em que posição do campo jornalístico os discursos sobre o jornalismo investigativo emergem e, ainda, com o propósito de justificar o entendimento de jornalismo que apresentamos no início deste trabalho, a seguir apresentaremos as características atuais do campo jornalístico brasileiro. Estas características serão apreendidas após a observação de quatro aspectos, de acordo com a proposta de Benson: 1) a organização econômica; 2) relação com o estado; 3) formação histórica e nível de autonomia; e 4) morfologia interna e demografia.

2.1. Organização econômica

O cenário econômico midiático no Brasil, como veremos um pouco também adiante em relação à sua formação histórica, pode ser caracterizado por sua concentração empresarial, em decorrência de fatores econômicos (como a crise do papel na década de 1960) e políticos (como os sucessivos governos ditatoriais e a censura econômica infligida à imprensa). Para ilustrar melhor esse cenário e suas particularidades em comparação a outros países (BENSON, 2005), procuramos dados sobre diversos indicadores econômicos da mídia no Brasil. Houve grande dificuldade em encontrar os dados, pois, em muitos casos eles estavam dispersos ou simplesmente indisponíveis. Muitos dos que conseguimos não se referem aos diversos tipos de mídia (jornal, revista, canais de TV, estações de rádio, etc.), mas tentaremos esquematizá-los de forma a delinear também uma “ecologia estrutural” (BENSON, 2005), em livre tradução. Isto é, observar se o campo jornalístico brasileiro é centralizado ou fragmentado, bem como a intensidade da competição organizacional e individual.

De acordo com dados do projeto *Donos da Mídia*²⁶, o Brasil contava com um total de 9.477 veículos de comunicação, segundo sua última atualização em 2008. Destes, 2.421, ou mais de 25%, estavam vinculados a redes de comunicação²⁷. As 5 grandes redes nacionais de TV – Globo, SBT, Band, Record e EBC –, por exemplo, controlavam 938 veículos.

Outra informação importante em relação ao cenário brasileiro diz respeito aos maiores grupos de mídia do país (TABELA 03). A partir da tabela abaixo, podemos perceber que os 9 maiores grupos de mídia em faturamento detêm uma grande quantidade de veículos próprios. Além disso, a tabela também demonstra que esses grupos poderosos estão situados predominantemente no Sudeste do país (São Paulo e Rio de Janeiro). A constatação pode ainda ser reforçada pela informação de que dos 183 grupos de mídia nacionais identificados pelo projeto, 45 deles estão situados em São Paulo.

Tabela 03: Maiores grupos de mídia do Brasil

Nome da empresa	Veículos próprios*	Estado sede	Faturamento	Data dos dados
Organizações Globo (Globo)	69	Rio de Janeiro	R\$ 12,7 Bilhões	2012
Grupo Abril	74	São Paulo	R\$ 4,7 Bilhões	2011

²⁶ Disponível em: <http://donosdamidia.com.br/inicial>. Acessado em: 13 nov. 14.

²⁷ Segundo o projeto, rede é o conjunto de “emissoras de rádio ou de TV que transmitem, de forma simultânea ou não, uma mesma programação gerada a partir de uma ou mais estações principais (cabeças-de-rede). Redes nacionais são aquelas presentes em mais de duas unidades da federação. Redes regionais são aquelas presentes em até dois estados. Não são considerados redes de TV, os canais que operam exclusivamente nos serviços de TV por assinatura”, (DONOS DA MÍDIA, 2008, s/p).

Nome da empresa	Veículos próprios*	Estado sede	Faturamento	Data dos dados
Central Record de Comunicação (Record)	27	São Paulo	R\$ 3,5 Bilhões	2012
Grupo Folha	6	São Paulo	R\$ 2,7 Bilhões	2010
Grupo Bandeirantes (Band)	47	São Paulo	R\$ 1,4 Bilhão	2011
Grupo RBS	57	Rio Grande do Sul	R\$ 1,3 Bilhão	2011
Grupo OESP	8	São Paulo	R\$ 872,1 Milhões	2010
Grupo Silvio Santos (SBT)	10	São Paulo	R\$ 773,0 Milhões	2010
Diários Associados	19	Distrito Federal	R\$ 550,6 Milhões	2008

*Dados são oriundos do projeto *Donos da Mídia*.

Fonte: Wikipédia – Maiores Grupos de Mídia do Brasil.

Em relação exclusivamente à mídia impressa diária, os nomes dos maiores jornais do Brasil com circulação paga não se alteraram muito de 2002 para 2013. As novidades na última lista ficam por conta de *Super Notícia*, *Daqui* e *Aqui*. O tabloide mineiro *Super Notícia* começa a aparecer na lista dos maiores jornais brasileiros a partir de 2006 e, desde 2008, se reveza entre a segunda e a primeira posição no ranking. O jornal *Aqui* aparece entre os dez maiores jornais a partir de 2010, somando a circulação de suas edições em Minas Gerais, Maranhão, Distrito Federal e Pernambuco. O jornal *Daqui*, de Goiás, aparece entre os dez primeiros a partir de 2011, onde permanece até 2013, ocupando ora a sétima, ora a oitava posição.

Comparativamente com a tiragem média dos principais jornais diários da França e dos Estados Unidos, o Brasil tem uma tiragem mais modesta. Enquanto *Le Parisien/Aujourd'hui en France* possui uma tiragem média de 513.000 exemplares e o *USA Today*, de 2.136.000 (BENSON, 2005, p. 112), o maior veículo brasileiro em circulação possui tiragem de 302.472 exemplares (TABELA 04).

Tabela 04: Maiores jornais do Brasil em circulação paga nos anos de 2002 e 2013

2002		2013	
TÍTULO	CIRCULAÇÃO (EXEMPLARES/DIA)	TÍTULO	CIRCULAÇÃO (EXEMPLARES/DIA)
FOLHA DE S.PAULO	346.333	SUPER NOTÍCIA	302.472
EXTRA	286.655	FOLHA DE S.PAULO	294.811
O ESTADO DE S.PAULO	268.433	O GLOBO	267.542
O GLOBO	266.185	O ESTADO DE S. PAULO	234.863
O DIA	210.499	EXTRA	225.622
CORREIO DO POVO	183.077	ZERO HORA	183.839
ZERO HORA	169.669	DAQUI	162.013
DIÁRIO GAUCHO	125.43	DIÁRIO GAÚCHO	159.485

2002		2013	
TÍTULO	CIRCULAÇÃO (EXEMPLARES/DI A)	TÍTULO	CIRCULAÇÃO (EXEMPLARES/DI A)
GAZETA MERCANTIL	118.488	CORREIO DO POVO	140.189
DIÁRIO DE S.PAULO	99.644	AQUI (CONSOLIDADO DAS EDIÇÕES DE MG, MA, DF E PE)	129.455

Fonte: Instituto Verificador de Circulação (IVC) – circulação média diária no período de jan a dez de cada ano correspondente.

No ranking dos jornais de maior circulação de 2013, também podemos observar a predominância de veículos do Sudeste (SP, RJ e MG) e a presença de três veículos do Rio Grande do Sul. Esta simples constatação demonstra que a concentração do mercado jornalístico não se alterou muito, pois, como descreveu Ribeiro (2007, p. 57), nos anos 50, “a maioria dos jornais e revistas do País se concentrava no Distrito Federal e nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas e Rio Grande do Sul, locais de maior expressão econômica”.

Nesse aspecto, o jornalismo brasileiro se aproxima do caso francês identificado por Benson (2005): assim, Rio de Janeiro e São Paulo concentrariam a produção jornalística a exemplo do que acontece com a região metropolitana de Paris. Enquanto isso, a produção jornalística dos Estados Unidos é partilhada entre Nova York, Washington (DC), Los Angeles e, em menor escala, Boston e Chicago.

Em relação à TV, também há uma concentração da audiência brasileira. A Rede Globo, ainda que registrando quedas em relação aos anos anteriores, teve média diária de 14,3 pontos em 2013, cada ponto equivalendo a 62 mil domicílios da Grande São Paulo. O valor é mais que o dobro dos pontos arrecadados pela segunda colocada, Record, com 6,1 pontos.

O cenário de regionalização midiática, a grande setorização (mais de 1000 canais locais de TV em 2003) e a grande importância das assinaturas na venda dos jornais diários nos Estados Unidos torna este mercado menos competitivo, já que, segundo Benson, os veículos não parecem competir exatamente pela mesma audiência. No caso francês, bem como temos observado até agora no caso brasileiro, os veículos possuem uma competição econômica mais direta entre si. Uma característica que parece particular ao nosso país, no entanto, pode ser observada na porcentagem de vendas e assinaturas dos jornais diários brasileiros.

De 2002 a 2013, o perfil de venda dos jornais diários (TABELA 05) era predominantemente via assinaturas. Apenas no período de 2009 a 2011, a venda de jornais avulsos excedeu o percentual de assinantes. Mas, de uma forma geral, em 12 anos, a média de

vendas avulsas é de 46,21%, enquanto a média de assinaturas representa mais de 53% das vendas totais. O cenário, portanto, parece de certa forma equilibrado.

Tabela 05: Perfil de vendas dos jornais diários por ano (%)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Venda Avulsa	41.30	39.10	39.1	41.30	44.80	48.50	49.40	50.82	50.50	51.10	49.90	48.70
Assinatura	58.70	60.90	60.90	58.70	55.20	51.50	50.60	49.18	49.50	48.90	50.10	51.30

Fonte: Associação Nacional de Jornais; IVC – Instituto Verificador de Circulação.

No entanto, a tabela apresenta uma média do mercado e não uma configuração que pode ser utilizada para a compreensão dos casos particulares. Segundo o IVC menciona²⁸, no setor dos jornais, bem como no setor de revistas, o segmento popular depende basicamente de vendas avulsas e não possui quase nenhuma participação de vendas por assinatura. O crescimento médio de venda de jornais entre 2005 e 2010 foi de 3,34%, sendo 13,3% referente à evolução das populares, o que pode ser observado pelo aumento gradual no número de venda avulsa a partir daquele ano.

Portanto, ainda que o Brasil não tenha uma porcentagem de assinaturas no total de vendas tão significativa como a dos Estados Unidos (as assinaturas representavam mais de 80% das vendas em 1987), ele apresenta um cenário menos diretamente competitivo que o francês (com apenas 28% em 1998). Pode-se ainda especular se a competição direta, no Brasil, não é mais intensa entre os veículos populares que dependem principalmente de vendas avulsas.

Quando pensa no cenário de competição do jornalismo, Benson (2005) analisa, sobretudo, a competição entre o mesmo tipo de veículos. Entretanto, é possível analisar também a competição entre diferentes veículos a partir da divisão dos rendimentos com publicidade.

Para analisar o volume de investimento publicitário em mídia no Brasil, recorreremos aos dados do *Projeto Inter-Meios*, que dispõem de informações a partir de 1996 até os dias atuais. Dessa forma, reunimos em uma tabela comparativa o faturamento bruto de todas as mídias com publicidade em janeiro de 1996 e janeiro de 2014 (TABELA 06). O que podemos perceber é que, desde 1996, a televisão já concentrava a maior parte dos investimentos em publicidade e, de 1996 para 2014, conseguiu aumentar o seu percentual de participação no faturamento total. O jornal continua a ocupar o segundo lugar no percentual de participação, mas o aumento no investimento em relação a 1996 é muito pequeno se comparado ao aumento

²⁸ Disponível em: http://www.ivcbrasil.org.br/conteudos/pesquisas_estudos/estudo_revistas_set2011.pdf. Acessado em: 13 nov. 14.

no faturamento da TV. Como consequência, se antes ele representava mais de 20% dos investimentos publicitários, hoje, representa apenas 8%. Assim como no jornal, os anúncios em revistas também sofreram quedas no percentual de participação, enquanto no rádio a queda foi mais sutil.

Tabela 06: Faturamento bruto de todas as mídias com publicidade (1996 – 2014)

MÍDIA	JAN / 1996	% DE PARTICIPAÇÃO	JAN / 2014	% DE PARTICIPAÇÃO
TELEVISAO	197,683,689.20	56.64	1,532,379,497.50	68.95
JORNAL	96,640,664.57	27.69	196,103,947.90	8.82
INTERNET	-	-	102,470,819.02	4.61
TV POR ASSINATURA	-	-	101,250,907.41	4.56
RADIO	17,778,005.20	5.09	99,355,724.38	4.47
MÍDIA EXTERIOR	11,726,430.70	1.19	97,810,845.45	4.4
REVISTA	25,216,345.02	7.22	79,617,271.06	3.58
CINEMA	-	-	6,860,722.50	0.31
GUIAS E LISTAS	-	-	6,683,078.39	0.3
TOTAL	349,045,134.78	100	2,222,532,863.10	100

Fonte: Relatórios de Investimento – Projeto Inter-Meios.

2.2. Relação com o estado

De acordo com a proposta de estudo de Benson (2005) para uma teoria generalizável das relações entre o campo jornalístico e o político, é preciso classificar e analisar as várias formas do poder coercitivo do estado sobre as mídias. Em seus próprios estudos, e partindo da observação da legislação relacionada à imprensa nos países estudados, o autor encontrou duas tendências opostas: 1) quando o estado desempenha um papel restritivo; 2) quando ele desempenha um papel permissivo (“*enabling*”).

A formulação da primeira versão da Lei de Imprensa no Brasil se deu em 22 de novembro de 1823, com um decreto de D. Pedro I. A partir de então, ela passou por diversas reformulações – principalmente, Lei de 20 de setembro de 1830; Constituição Federal de 24 de fevereiro 1891; Decreto nº 24.776, de 14 de julho de 193; Lei nº 2.803, de 12 de novembro de 1953; Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967 – até ser integralmente revogada em 2009.

O Decreto de 22 de novembro de 1823 apresentava um caráter nitidamente repressor e tinha como objetivo defender o modelo monárquico de possíveis ataques. Neste decreto, autores, tradutores e impressores podem ser responsabilizados por uma publicação considerada

abusiva, para isso, o nome do impressor, o local e o ano de publicação passam a ser obrigatórios. A Lei de 20 de setembro de 1830 vem detalhar os abusos à Lei de imprensa, que a Constituição de 1824, art. 179 § 4º previa. Nela, mantêm-se as disposições do decreto anterior: são considerados abusos, ataques ao Sistema Monárquico, incitação de rebelião ou desobediência das leis, ataques às verdades fundamentais da existência de Deus, calúnias ou injúrias à religião do Império, ofensas e injúrias ao Imperador e sua família, entre outros²⁹. De acordo com Magalhães (2011, p. 193), considerando “a motivação política de execução da lei, interpretamos a organização legal até então como um movimento sociodiscursivo de luta pela manutenção dos privilégios monárquicos, e não de cuidado com a expressão responsável na imprensa”.

No período republicano, a Lei de imprensa sofrerá modificações com a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891. De acordo com o Art. 72 § 12: “Em qualquer assunto é livre a manifestação de pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato” (BRASIL, 1891). A inovação da lei republicana é o fim da salvaguarda dos privilégios da monarquia e da família real.

No governo de Getúlio Vargas, o Decreto nº 24.776, de 14 de Julho de 1934, faz uma mudança significativa na tendência que vinha prevalecendo no governo republicano. No parágrafo único do Art. 1º, decreta-se que a censura é permitida na vigência de estado de sítio “nos limites e pela forma que o Govêrno [*sic*] determinar” (BRASIL, 1934). Com esse decreto, além do anonimato permanecer proibido, a matrícula de jornais, periódicos e oficinas impressoras é obrigatória.

Alguns anos após a promulgação da Constituição de 1946, é promulgada a Lei nº 2.083 de 12 de novembro de 1953. Logo no seu primeiro artigo, percebemos que se mantém lógica semelhante ao do Decreto nº 24.776. No entanto, é incluído um parágrafo que proíbe a circulação de veículos clandestinos ou que ataquem a moral e os bons costumes:

Art. 1º É livre a publicação e a circulação no território nacional de jornais e outros periódicos.

§ 1º Só é proibida a publicação e circulação de jornais e outros periódicos quando clandestinos, isto é, sem editôres [*sic*], diretores ou redatores conhecidos, ou quando atentarem contra a moral e os bons costumes.

²⁹ Só é admitido aos responsáveis a prova das declarações às injúrias contra corporações e empregados que possuam autoridade pública, que lhe imputem crimes políticos e infrações à lei no desempenho de seu ofício (BRASIL, 1830).

§ 2º Durante o estado de sítio, os jornais ou periódicos ficarão sujeitos a censura nas matérias atinentes aos motivos que o determinaram, como também em relação aos executores daquela medida (BRASIL, 1953).

Nessa lei, também é ressaltado que a propriedade de empresas jornalísticas é vedada a estrangeiros e sociedades anônimas.

Durante a ditadura militar brasileira, uma nova reformulação da Lei de imprensa entra em vigor com a Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967. O Art. 1º ganha nova reformação, incluindo em seu primeiro parágrafo que não “será tolerada a propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe” (BRASIL, 1967). O segundo parágrafo explica que espetáculos e diversões públicos, no entanto, estão sujeitos à censura e mantém a possibilidade de censura na vigência de estado de sítio. A lei também mantém a necessidade de registro de jornais e oficinas impressoras, bem como inclui, no Art. 2º § 1º, que a “exploração dos serviços de radiodifusão depende de permissão ou concessão federal, na forma da lei”. Além disso, o segundo artigo também contempla as agências de notícias, revelando um cenário midiático mais complexo. Na compreensão de Magalhães (2011, p. 199):

Na Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967, foi explicitada, além da responsabilidade criminal (ou penal como passa a ser chamada na legislação), a responsabilidade civil. Entender que o abuso da liberdade de imprensa pode não constituir crime em certos casos, mas gerar prejuízos de cunho patrimonial ou pessoal implica admitir a amplitude que a imprensa conquistara.

Implica, também, imputar mais responsabilidades à atividade da imprensa, que poderia também ter que reparar danos morais e materiais, sem possibilidade de prova de verdade em várias situações³⁰.

³⁰ Os Art. 20 e 21 legislam sobre calúnia e difamação e prescrevem os casos em que a prova de verdade é admissível:

“Art. 20. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena: Detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região.

§ 1º Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, reproduz a publicação ou transmissão caluniosa.

§ 2º Admite-se a prova da verdade, salvo se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

§ 3º Não se admite a prova da verdade contra o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, Chefes de Estado ou de Governo estrangeiro, ou seus representantes diplomáticos.

Art. 21. Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Pena: Detenção, de 3 (três) a 18 (dezoito) meses, e multa de 2 (dois) a 10 (dez) salários-mínimos da região.

§ 1º A exceção da verdade somente se admite:

a) se o crime é cometido contra funcionário público, em razão das funções, ou contra órgão ou entidade que exerça funções de autoridade pública;

b) se o ofendido permite a prova.

Mesmo após o fim da ditadura e com a Constituição de 1988, a Lei de Imprensa continuou em vigor. Em 2008, com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 130), foram suspensos 20 dos 77 artigos da Lei nº 5.250/67. A censura foi suprimida bem como as penalidades específicas discriminadas na lei para crimes e delitos via imprensa. Em 30 de abril de 2009, o Supremo Tribunal Federal julga definitivamente o caso e revoga integralmente a lei, encerrando um processo de restrição à imprensa que havia se iniciado em 1823.

A partir dessa breve descrição da legislação brasileira relativa à imprensa, parece claro que o estado brasileiro desempenhou por muito tempo um papel restritivo em relação à imprensa. Esse caráter restritivo pode ainda ser confirmado a partir de uma análise do controle da importação e do pagamento de taxas do papel-jornal pelo Estado presente na obra de Ribeiro (2007).

A revogação integral da Lei de Imprensa é um primeiro passo em defesa da liberdade de expressão e demonstra um papel menos repressor por parte do Estado. No entanto, conforme demonstra o Relatório de Atentados à Liberdade de Expressão 2013, produzido pela ONG *Article 19*, a ONG encontrou uma grande incidência de processos judiciais contra comunicadores no ano analisado. A análise detalhada de todos os processos não foi publicada junto ao relatório, mas a ONG ressalta a importância de se entender os processos penais e civis, a fim de evitar que se tornem formas de censura econômica ou de autocensura.

2.3. Formação histórica e nível de autonomia

Em um artigo de 1996, o sociólogo Jean K. Chalaby defende que o jornalismo é uma invenção anglo-americana. O objetivo do autor é não apenas situar o jornalismo como uma invenção do século XIX, mas demonstrar que a emergência do jornalismo é historicamente e culturalmente marcada. Para isso, Chalaby compara o jornalismo praticado nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França, durante o período de 1830 a 1920.

Nesse exercício de comparação, o autor consegue demonstrar algumas distinções entre os modelos anglo-americano e o francês. A principal delas, portanto, é o discurso centrado no fato que se desenvolve juntamente com a profissionalização do jornalismo nos Estados Unidos e na Inglaterra. Enquanto nesses dois últimos países, por volta de 1830, a imprensa já conseguia

§ 2º Constitui crime de difamação a publicação ou transmissão, salvo se motivada por interesse público, de fato delituoso, se o ofendido já tiver cumprido pena a que tenha sido condenado em virtude dele”. (BRASIL, 1967).

se desvincular da política e da literatura, na França, os primeiros passos seriam dados no fim do século XIX e, com mais força, durante a I Guerra Mundial (CHALABY, 1996).

A observação de Chalaby é digna de lembrança, pois em muito remete à formação histórica do jornalismo brasileiro. Na tradição francesa descrita pelo autor, por exemplo, é notado que personalidades da literatura estiveram tradicionalmente envolvidas com o jornalismo. Durante o século XIX, praticamente todos os escritores da época tiveram carreiras jornalísticas. Com a industrialização da imprensa no final do século, os escritores abandonaram os cargos de chefia ou propriedade dos jornais, mas até o entre guerras esses intelectuais eram largamente contratados pelos veículos.

A presença desses profissionais, no caso francês, foi um grande fator de resistência ao discurso jornalístico americano centrado no fato. O comentário e a crônica ainda eram muito cultivados e serviam como vitrine das qualidades literárias do autor.

No âmbito político e econômico, segundo Chalaby, alguns fatores como um bipartidarismo parlamentar, uma disputa política bem codificada e, ainda, um maior desenvolvimento da publicidade, foram fatores primordiais para que o jornalismo desenvolvido nos Estados Unidos e na Inglaterra pudesse ter autonomia em relação à esfera política. Enquanto, na França, leis diversas de controle da imprensa, censura política e o patrocínio de governos e partidos políticos fizeram com que a imprensa francesa não começasse a se desvincular de um caráter publicista até o final no século XIX.

Assim como a França, o Brasil também tem uma formação histórica particular fruto de sua dupla dependência com os campos político e literário. Conforme ilustra Souza (2010, p. 25):

O brasileiro leitor de jornais do século XIX lia, sobretudo, comentários políticos sobre os acontecimentos do Império e das nações europeias. O conteúdo das muitas folhas que aqui circularam, com maior ou menor longevidade, desde 1808, era dominado por assuntos políticos e governamentais. A produção literária do romantismo introduziu novas temáticas nas páginas dos jornais, que publicavam em folhetim romances só depois organizados na forma de livro.

Muitos autores, a exemplo de Souza (2010), enfatizam a profunda imbricação entre jornalismo e literatura no Brasil, durante todo o século XIX e primeira metade do século XX. De acordo com Ribeiro (2007), o jornalismo era considerado um subproduto das Belas Artes e, devido à falta de um mercado editorial bem desenvolvido, consistia na principal forma de acesso dos escritores aos seus leitores. A confluência entre jornalismo e literatura no Brasil poderia ser facilmente observada a partir da Academia Brasileira de Letras, pois “entre os

imortais figuravam grandes nomes da imprensa como Elmano Cardim, Múcio Leão, Raimundo Magalhães Júnior e Assis Chateaubriand”, (RIBEIRO, 2007, p. 221).

Já no final do século XIX³¹, a reportagem como a narrativa de uma observação direta do jornalista começava a se constituir como prática e espaço de luta. Segundo Souza (2010), a “definição do espaço profissional do repórter e o aperfeiçoamento da narrativa que caracteriza o seu ponto de vista entre outros tipos de jornalista são eventos centrais da constituição do moderno jornalismo brasileiro”, (SOUZA, 2010, p. 11). Essa definição do espaço profissional, contudo, não se estabeleceria sem um forte embate entre a lógica jornalística e a lógica literária, que também podia ser resumida como o confronto entre o *lead* e o “nariz de cera”³².

No estudo sobre a reportagem brasileira, Souza enfatiza com frequência as disputas que diziam respeito à linguagem jornalística, demonstrando como a literatura muitas vezes se impôs e ainda se impõe como “parâmetro de comparação e fonte de hierarquização entre jornalistas e modelos de reportar no jornalismo brasileiro”. Para ilustrar isso, ela recorre ao discurso de vários jornalistas sobre as qualidades do texto jornalístico, em que, por vezes, “o bom texto” e a fidelidade aos fatos entram em conflito. Um exemplo é o jornalista Marcos Faerman que afirmou que os manuais de redação estavam “mais ligados a uma visão castradora da imaginação e do texto jornalístico” (FAERMAN, 1998 apud SOUZA, 2010, p. 76).

Mas a análise da influência literária no jornalismo brasileiro, exclusivamente, não dá conta do panorama histórico do desenvolvimento desse campo em nosso país. Como antecipa Chalaby, a história do jornalismo no início do século XIX, seja na França, nos Estados Unidos ou na Inglaterra, está atrelada a um jornalismo partidário. Segundo Schudson (2010), antes de 1830, nos Estados Unidos, jornalistas “eram pouco mais que secretários que dependiam daquela panelinha de políticos, comerciantes, corretores e candidatos a cargos públicos para manter sua posição e emprego”, (PRAY, 1855 apud SCHUDSON, 2010, p. 27). No Brasil, a realidade era praticamente a mesma. Ribeiro (2007) cita dois casos conhecidos de troca de apoio por cargos no serviço público: Prudente de Moraes Neto assumiu a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), em 1955, como recompensa pelo apoio ao político Café Filho; e Danton Jobim foi nomeado presidente do IBGE, em 1956, após ter apoiado o presidente Juscelino Kubitschek.

³¹ Souza (2010) cita a cobertura da Guerra de Canudos, em 1897, pelos jornais *Diário de Notícias* (de Salvador), *O Estado de S. Paulo*, *Gazeta do Rio de Janeiro*, *A Notícia* e *Jornal do Commercio*.

³² “Nariz de cera” foi o nome pelo qual ficou conhecido o início das reportagens que, antes do *lead*, se caracterizava por ser empolado e prolixo.

Além desta relação de interesse que se estabelecia entre a imprensa e o poder público, outros fatores também foram responsáveis pela dependência do jornalismo brasileiro em relação ao Estado.

Podemos identificar cinco formas “legais”, juridicamente reconhecidas, de dependência dos meios de comunicação em relação ao Estado: 1) sistema de concessões públicas; 2) controle oficial das cotas de papel e outros insumos básicos à comunicação; 3) financiamentos, isenções fiscais e subsídios; 4) fiscalização governamental das atividades de comunicação; e 5) publicidade governamental (RIBEIRO, 2007, p. 170-171).

No entanto, se a partir dos anos 1830, a existência de uma sociedade democrática de mercado (SCHUDSON, 2010) garantiu a desvinculação do jornalismo norte-americano dos partidos políticos e o início de transformações que culminariam no modelo moderno de jornalismo, no Brasil, – devido às inúmeras distinções nos âmbitos político, econômico e social – a imprensa só começa a se modernizar e expandir, de forma orgânica, a partir da década de 1950. Porém, a modernização da imprensa não implicou, necessariamente, em um distanciamento político. Em 1954, por exemplo, ainda era possível identificar as posições político-partidárias dos principais jornais cariocas, conforme demonstra a tabela do Anuário Brasileiro de Imprensa (apud RIBEIRO, 2007, p. 61):

Tabela 07: Posição Política dos jornais (1954)

A favor do governo	Contra o governo	Neutros	Partidários
A Noite	Correio da Manhã	O Jornal	Imprensa Popular
Última Hora	Diário Carioca	Diário da Noite	
Correio da Noite	Diário de Notícias	O Globo	
O Radical	O Dia		
	O Popular		
	O Mundo		
	A Notícia		
	Tribuna da Imprensa		

Fonte: *Anuário Brasileiro de Imprensa*, 1954:100.

Nesta época, os jornais, com exceção do *Imprensa Popular* que estava ligado ao Partido Comunista, não funcionavam mais como veículos oficiais de partidos políticos. Mas, em alguns casos, estavam associados à figura de políticos. O jornal *Tribuna da Imprensa*, por exemplo, foi um dos pioneiros na modernização da imprensa carioca e, de 1949 até 1962, era conhecido como “o jornal do Carlos Lacerda”. Este jornal é um bom exemplo para demonstrar como caminhou a modernização da imprensa e a profissionalização do jornalismo em nosso país: “Ao mesmo tempo em que servia de instrumento para as realizações políticas de seu dono

também comportava em suas redações uma equipe de repórteres de excelente nível técnico-profissional, formados em moldes modernos” (RIBEIRO, 2007, p. 146).

Esta contradição entre a modernização e o velho vínculo político pode ser considerada como resultado de um processo de modernização que não se deu espontaneamente, mas foi fruto da ação de alguns atores. Outra consequência, foi o fraco desenvolvimento empresarial dos veículos de comunicação, que ainda utilizavam técnicas de administração e gestão tradicionais.

O volume de capital publicitário começa a influenciar mais significativamente no mercado a partir de 1947. Como resultado, temos o início de um processo de concentração da imprensa em benefício dos veículos de maior circulação. Processo que se agravaria na década de 1960, em virtude da queda do volume de publicidade, do desenvolvimento da televisão e da inflação no preço do papel-jornal.

Outro aspecto importante na formação histórica do jornalismo brasileiro é o período da Ditadura Militar (1964 – 1985). Novamente o jornalismo brasileiro sofreu com a censura e com outras formas de intervenção estatal:

O regime militar [...] interveio diretamente na atividade jornalística, por meio da censura aos jornais e mediante a regulamentação da atividade jornalística (via leis de imprensa e de profissionalização) e de impostos, subsídios e preços de insumos e matérias-primas. Além disso, o Estado manipulava as verbas publicitárias dos órgãos do governo e pressionava os anunciantes a recusarem determinados veículos, não simpáticos ao regime (RIBEIRO, 2007, p. 208).

Como veremos adiante, a partir do trabalho de Castilho (2010), o período de regime militar também influenciou a emergência do discurso do jornalismo investigativo no Brasil.

2.4. Morfologia interna e demografia

Para entender um pouco mais sobre as disputas e relações internas ao campo jornalístico brasileiro, por fim, é necessário tentar traçar um breve panorama da demografia e morfologia desta categoria. Neste tópico, recorreremos ao trabalho de Mick e Lima (2013), mas, posteriormente, também traremos dos estudos de Travancas (2011), Pereira (2011), Lopes, (2013), Fígaro et al. (2013), entre outros.

De acordo com a pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro* (MICK e LIMA, 2013), realizada em 2012, os jornalistas brasileiros podem ser caracterizados em linhas gerais como

uma categoria feminina, jovem e branca, visto que 59% dos jornalistas têm até 30 anos, 63,7% são mulheres e 72,2% se declararam brancos. A pesquisa ainda revela a distribuição dos jornalistas por regiões do Brasil. Neste caso, o estado de São Paulo foi separado da região Sudeste por apresentar um número muito maior de registros profissionais e, sozinho, representar o local de residência de 36,1% dos jornalistas, enquanto os demais estados do Sudeste representam 23,8%. Em relação, a São Paulo, a pesquisa ainda constatou que quatro em cada dez jornalistas que trabalham na mídia (isto é, em jornais, revistas, internet, TV, rádio e cinema) residiam e trabalhavam nesse estado.

A pesquisa também mostrou que o jornalismo no Brasil possui grande rotatividade (dos jornalistas que trabalham na mídia, 53,9% estavam no emprego atual há no máximo três anos). E que pode haver um abandono da carreira a partir de uma certa idade, já que 74,2% dos jornalistas possuía até dez anos de carreira. Jornalistas mais jovens e mulheres representavam a maior porcentagem dos jornalistas com até cinco salários mínimos. No caso das mulheres, apenas 31,9% tinham salários superiores a este valor.

Outra questão importante é da distribuição dos jornalistas em relação à sua atividade principal: 54, 5% atuavam na mídia; 40,3% em atividades jornalísticas fora da mídia (como assessoria de imprensa e comunicação, etc.), enquanto 5,2% atuavam como docentes.

Dos jornalistas que trabalham na mídia, 59,8% trabalham com carteira assinada e 26,8% já representa a porcentagem de jornalistas *freelancers*, com contrato de prestação de serviços e contrato de pessoa jurídica (jornalistas conhecidos como PJs). Esse dado pode representar uma precarização da profissão, juntamente com os dados que demonstram o acúmulo de funções entre esses profissionais, que já incluíam entre suas tarefas tradicionais de produção de reportagem, outras como a fotografia (35,4%) e a diagramação (18,1%). O local de atuação desses profissionais ainda era predominantemente as mídias clássicas, que respondiam por 63,9% do trabalho realizado cotidianamente por jornalistas (41,8% em jornais e 22,1% em revistas). A TV respondia por 21,4%, enquanto rádio e cinema por 11,6% e 0,6%, respectivamente. Ainda, 76% desses jornalistas tinham o seu trabalho total ou em grande parte publicado na internet.

Além das questões relativas à constituição demográfica do jornalismo brasileiro, uma questão que parece ser importante para esse estudo sobre as condições de possibilidade da emergência do discurso do jornalismo investigativo no Brasil é a da distribuição do trabalho jornalístico. O que a pesquisa de Mick e Lima (2013) é bem sucedida em diagnosticar é também a relação das atividades jornalísticas nas mídias com outras atividades, desenvolvidas em assessorias de imprensa e comunicação. É sintomático que 40,3% dos jornalistas brasileiros

estejam atuando em funções jornalísticas fora da mídia – 68,3%, destes, contratados como assessores de imprensa –, mas é ainda importante notar que, dos jornalistas que trabalham na mídia, 12,8% também atuam em assessorias de imprensa e comunicação como segunda fonte de renda. Os autores refletem sobre algumas implicações desses dados:

Os indicadores aqui publicados parecem confirmar a existência de um *habitus* profissional comum à ampla maioria dos jornalistas brasileiros, que tende a se expressar em relações de colaboração, não de conflito, dentro do campo, reforçados pelo trânsito entre atividades de um tipo e de outro ao longo da carreira (MICK e LIMA, 2013, p. 87).

Portanto – e como também pode ser observado no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que serve como deontologia tanto para jornalistas quanto para assessores – no Brasil, observamos uma fronteira nebulosa entre as atividades de reportagem e assessoria de imprensa, em que se pode passar de uma à outra sem confrontos graves.

3. O jornalismo investigativo no interior do campo jornalístico brasileiro: por uma emergência histórica e culturalmente marcada

Como pudemos observar no primeiro capítulo, um estudo do jornalismo investigativo enfrenta vários obstáculos, em virtude (1) da diversidade de definições para a especialidade jornalística ou, poderíamos até mesmo dizer, da ausência de uma definição legítima e reconhecida pela maior parte dos jornalistas investigativos; e, em decorrência do primeiro obstáculo, e (2) da dificuldade de se pensar uma história do jornalismo investigativo quando seus limites ainda são tão imprecisos.

Nascimento já apontava essa dificuldade:

A exemplo do que ocorre com a história do jornalismo em outros países, não é fácil definir o momento exato em que as reportagens investigativas começam a aparecer no Brasil. Isso exigiria um levantamento profundo, uma espécie de arqueologia do jornalismo brasileiro, para determinar se antigas reportagens carregavam os elementos cruciais do jornalismo investigativo (NASCIMENTO, 2010, p. 32).

Neste trecho, o autor não especifica quais os “elementos cruciais do jornalismo investigativo”, mas sua obra toma como ponto de partida a definição da *Investigative Reporters and Editors* (IRE), segundo a qual existem três pré-requisitos para que uma reportagem seja considerada investigativa: 1) A investigação deve ser fruto do trabalho de um jornalista; 2) O

tema da investigação deve ser relevante para o leitor; 3) O assunto deve ser algo que alguém está tentando ocultar do público. Dessa forma, Nascimento se enquadraria entre os autores que defendem uma definição que enfatiza o papel ativo do jornalista na investigação de malfeito.

Outros autores, guiados ou não por essa definição, se lançaram na busca por uma história do jornalismo investigativo no Brasil, sem, no entanto, problematizar esse exercício de “retroceder, sem interrupção, na atribuição indefinida da origem” (FOUCAULT, 2008, p. 23).

O próprio Nascimento (2010) chama atenção para uma matéria publicada em novembro de 1923, pelo jornal *Correio da Manhã*, que acusava o ex-presidente da República Epitácio Pessoa de ter obtido uma joia em troca de benefícios para exportadores de açúcar. O episódio teria sido chamado de “O Caso do Colar”.

Na bibliografia nacional específica sobre jornalismo investigativo, entretanto, situa-se a origem do jornalismo investigativo no final da década de 1970 (após o fim da censura prévia) ou após a redemocratização do Brasil.

Sequeira (2005), questionando a classificação de Marques de Melo entre jornalismo informativo e jornalismo opinativo, defende que o autor ignora a prática jornalística em meados de 1970, quando a censura havia abandonado as redações. Para ela, nesta época, era possível encontrar reportagens que denunciavam os atos do governo.

Duas dessas, na época, deixaram bem claro que o jornalismo investigativo estava sendo praticado no Brasil: a primeira foi a série de reportagens publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, “Assim vivem os nossos superfuncionários”. [...]

Outra reportagem investigativa publicada na época, pela revista *Veja*, obteve repercussão nacional e deixou os brasileiros estarelecidos. De autoria do repórter Antonio Carlos Fon, a matéria, editada em fevereiro de 1979 e intitulada “Descendo aos porões”, esmiúça um tema até então proibido no Brasil, a tortura, em pleno governo Geisel (SEQUEIRA, 2005, p. 19-20).

Em seu livro, a autora também usa como referência o trabalho de Alberto Dines (1986). Ao tentar analisar as transformações do texto jornalístico entre os anos de 1960 e 1970, Dines identificou dois novos tipos de reportagens na rotina produtiva do *Jornal do Brasil* dos anos 1960: as investigativas e as interpretativas. Na mesma obra, Dines também tratava do abandono do jornalismo investigativo, que ocorria à medida que os jornais optavam por uma linha empresarial.

Dines afirma que o regime autoritário pós-1964 é culpado por trazer a imprensa nacional para a chamada era da nota oficial. De acordo com ele, “esta comunicação às avessas vai levar as fontes de informação a se fecharem, ao invés de se abrirem ao trabalho individual de cada repórter, deixando apenas um guichê por onde são liberadas as informações que lhes convêm” (SEQUEIRA, 2005, p. 23).

Ainda sobre as transformações no jornalismo, Sequeira também lança mão do trabalho de Ciro Marcondes Filho (2000 apud SEQUEIRA, 2005). O autor, por sua vez, vai defender que as mudanças nos processos produtivos na área vão ocorrer a partir dos anos 1970, com o crescimento da atuação das assessorias de comunicação, e se intensificam com a era tecnológica, nos anos 1980. A mediação das assessorias de imprensa no fazer jornalístico, para o autor, é o primeiro passo na acomodação das equipes de reportagem.

Apesar de defender a existência de reportagens investigativas na década de 1970, em oposição ao regime militar, a autora ao mesmo tempo recorre a trabalhos que atribuem o fim ou o desaparecimento do jornalismo investigativo ao crescimento do número de assessorias de comunicação públicas e privadas. Processo que também é localizado na década 1970. Outras fontes utilizadas pela autora, como o jornalista Antonio Carlos Fon, também anunciam a morte do jornalismo investigativo, esta, na década de 1980, em decorrência da implantação do Projeto Folha.

Nascimento (2010) partilha da mesma opinião que Sequeira. Para ele, as dificuldades impostas pelo regime militar, não impediram a realização de reportagens investigativas, como o atestam as reportagens vencedoras do Prêmio Esso, a experiência da revista *Realidade*, que existiu durante a ditadura (1966-1976), e, ainda, a coletânea “10 reportagens que abalaram a ditadura”, organizada por Fernando Molica.

No livro organizado por Dirceu e Proença (2003), a única referência histórica do jornalismo investigativo no Brasil está no texto de Mariângela Haswani, quando defende que o jornalismo investigativo ganhou visibilidade no país “com a suíte sobre mordomias, da lavra de Ricardo Kotscho”, (2003, p. 204). A autora se refere às três reportagens publicadas, de 1º a 4 de agosto de 1976, no *O Estado de S. Paulo*, também citadas por Sequeira (2005).

Para Fortes (2012, p. 10), até o fim da ditadura militar, a imprensa estava sufocada pela censura e pela força da repressão (“Vivia, aqui e ali, de iniciativas pontuais”). Somente com a redemocratização, houve o “boom” da investigação jornalística, quando os jornalistas começaram a fugir do noticiário oficial.

Foi na Era Collor, no entanto, que os métodos de investigação tornaram-se organizados dentro das redações. Os sucessivos escândalos ocorridos entre 1990 e 1992, durante a gestão do presidente Fernando Collor de Mello, resultaram em uma febre investigatória francamente disseminada na imprensa nacional. Pode-se dizer que o *impeachment* de Collor é o marco zero do jornalismo investigativo no Brasil (FORTES, 2012, p. 10).

Para o autor, guardada algumas proporções, a imprensa brasileira durante a Era Collor experimentou uma exaltação profissional semelhante àquela deflagrada pela cobertura de Watergate, nos Estados Unidos. O autor ainda defende que a “ascendência simbólica” do escândalo americano, que culminou com a renúncia do presidente Nixon, tornou-se fato em nosso país durante o governo Collor e inspirou uma geração inteira de jornalistas, com menos de trinta anos de idade: “Essa geração, de onde saíram tanto embustes como profissionais brilhantes, deu cara e tamanho ao conceito de jornalismo investigativo no país” (FORTES, 2012, p. 21).

O argentino Waisbord (2000) afirma que os jornalistas brasileiros frequentemente citam a reportagem de Jânio de Freitas para a *Folha de S. Paulo*, *Concorrência da ferrovia norte-sul foi uma farsa*, vencedora do Prêmio Esso Principal em 1987, como a primeira grande reportagem investigativa pós-ditadura militar. Mas também defende que as mais celebradas investigações foram aquelas vinculadas ao Presidente Fernando Collor de Mello, cujos principais atores foram as revistas *Veja* e *IstoÉ*, bem como o jornal *Folha de S. Paulo*.

Até aqui, tentamos situar as origens do jornalismo investigativo brasileiro tal como são relatadas na bibliografia nacional, de maneira mais ou menos problematizada, por cada autor. De uma forma geral, queríamos constatar que, para a maior parte dos autores brasileiros, o jornalismo investigativo começa a ser praticado no Brasil no período de distensão política do regime militar e, no caso de Fortes (2012) e Waisbord (2000), com ainda mais intensidade, após a redemocratização. As datas, no entanto – além de serem contraditas por pesquisadores que ora falam de uma origem, ora de um fim – raramente³³ vêm acompanhadas de uma análise conjuntural que busque responder o que motivou o desenvolvimento e a prática da reportagem investigativa no país.

Segundo o nosso entendimento, ao analisarmos datas, fatos e documentos históricos, é necessário encará-los enquanto monumento, nos termos de Le Goff (2003):

[P]orque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (LE GOFF, 2003, p.538).

Dessa forma, o que se pretende é desestruturar alguns dos alicerces que mantiveram a história do jornalismo investigativo no Brasil inquestionada ou, ainda, simplesmente

³³ Sequeira (2005) vai defender que a necessidade de ampliar a informação para um leitor cada vez mais exigente esteve por trás do desenvolvimento da reportagem investigativa.

negligenciada. Tentaremos delinear o contexto em que a reportagem investigativa passa a ser adotada no Brasil a partir de algumas das pistas deixadas pelos autores brasileiros e dos dados reunidos para a caracterização do campo jornalístico brasileiro, tomando como ponto de referência o modelo americano de jornalismo investigativo.

O resgate das condições de produção do jornalismo americano, do seu processo de profissionalização e da emergência da *Era dos Muckrakers* até o desenvolvimento do moderno jornalismo investigativo se faz necessário como quadro de referência do jornalismo brasileiro. Retomar o surgimento da *penny press*, nos relatos de Schudson (2010), nos ajuda a pontuar a compreensão sociológica de que a imprensa americana se desenvolve no modo como hoje conhecemos em virtude da existência, a partir de 1830, de uma “sociedade democrática de mercado”, uma expressão cunhada pelo autor para marcar uma transição na cultura política (de uma política regida por uma aristocracia para outra regida pelo ideal da democracia de massas), na cultura econômica (que agora favorecia os interesses próprios) e na organização dos espaços (urbanização e novas relações pessoais na vida moderna).

Apesar de nascer como uma imprensa partidária, no sentido de que os jornais representavam os ideais dos partidos políticos do país, o jornalismo norte-americano migra, ainda no século XIX, para um jornalismo não-partidário e orientado para o mercado. A partir das contribuições de Ribeiro (2007), que examinam o momento de modernização do jornalismo brasileiro, o que também significa um maior encaminhamento em direção ao modelo americano, a partir da década de 1950, podemos afirmar que o contexto brasileiro era consideravelmente distinto.

[...] como aconteceu com sua formação econômica, também no caso do jornalismo ele [Brasil] se insere num modelo sem que no interior da sociedade houvessem realizado as condições que, nos EUA, tornaram lógico o aparecimento desse tipo de jornalismo e não de outro (SILVA, Carlos Eduardo Lins da, 1991, p. 58).

O trabalho de Silva, desde inícios da década de 1990, chamava atenção para a falta de condições na economia brasileira que sustentassem a incorporação dos valores do jornalismo americano tal qual praticado nos EUA. E as diferenças não ficavam restritas apenas aos fatores econômicos, a história política do Brasil, marcada por graves atentados à compreensão liberal de liberdade de imprensa que caracteriza a constituição americana, também foi responsável pelas divergências no modelo de jornalismo aqui praticado. No âmbito político, cabe ainda ressaltar que a própria concepção de jornalismo em nosso país esteve ligada à uma ideia de participação política, como pode ser observado no próprio processo de modernização da

imprensa, em que jornais pioneiros na modernização como *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa* ainda apresentavam posicionamentos políticos bem marcados.

Dessa forma, podemos, a exemplo de Silva, concordar que a grande influência americana no jornalismo brasileiro é inquestionável. O resultado desta influência, no entanto, é um jornalismo que se diferencia do modelo original ao entrar em contato com o contexto político, econômico e cultural brasileiro. O mesmo processo ocorre com o jornalismo investigativo brasileiro. Apontar indícios desse fato, é o nosso objetivo.

3.1. Dois momentos, dois jornalismo

Ainda que muitos estudiosos encontrem raízes do jornalismo investigativo em diferentes momentos da história e em diferentes países, muitos deles concordam que o jornalismo investigativo moderno deve muito ao jornalismo americano praticado pelo *Washington Post* e pelo *New York Times*, entre outros veículos, no fim da década de 1960 e início da década de 1970. Este jornalismo investigativo, por sua vez, é apontado pelos estudiosos americanos (Protess et al, Hillstrom) como herdeiro da *Era dos Muckrakers*, que representa o período, durante a primeira década do século XX, em que a imprensa norte-americana, especialmente as revistas nacionais, revelou casos de corrupção e desvios em grandes corporações e no governo.

O trabalho de Protess et al (1991), como vimos anteriormente no tópico dedicado à história do jornalismo americano, é fundamental no que diz respeito a lançar luzes sobre esse movimento. Para os autores, o movimento *muckraker* surge no início dos anos 1900 como consequência de vários fatores que envolvem a própria cultura da imprensa no país (a ausência da concepção de responsabilidade social do jornalismo, por exemplo). No entanto, dois fatores são apontados como fundamentais para o desenvolvimento do período de revelações: 1) o aumento da competição entre os veículos jornalísticos (jornais e revistas); 2) a existência de uma sociedade insatisfeita com o governo, com o crescimento desenfreado de algumas corporações sem regulamentação governamental e com as difíceis condições de vida nos grandes centros urbanos.

Com estas condições favoráveis e incentivados pelo movimento progressista que também ganharia eco na administração do presidente Theodore Roosevelt, as revistas nacionais foram as protagonistas das grandes revelações, cujo marco é frequentemente atribuído à primeira reportagem de Ida Tarbell, publicada na revista mensal *McClure's* em 1902, sobre a

ascensão de Rockefeller e da *Standard Oil Company*. A obra de Hillstrom (2010) sobre o período defende que os *muckrakers* foram responsáveis por revelações em diferentes âmbitos. Além das histórias sobre os monopólios e malfeitos das grandes corporações e trustes, as revelações também contemplavam questões sociais, como condições de trabalho nas indústrias, trabalho infantil, vida nos cortiços, entre outros. A corrupção política também foi alvo das investigações jornalísticas, mas os principais alvos das revelações foram as grandes empresas. Quando a Primeira Guerra Mundial se inicia na Europa, a *Era dos Muckrakers* chega ao fim. Para Hillstrom (2010), o ataque do presidente Roosevelt aos jornalistas, o esgotamento da sociedade americana em relação às denúncias e o crescimento das funções de relações públicas são alguns dos fatores que contribuíram para esse fim. Protess et al, por sua vez, indicam outros fatores, como o fim da instabilidade competitiva entre os veículos e a cooptações dos jornalistas-reformadores pelo governo. O próprio período de guerra também serve como justificativa pelo fato de exigir um maior ônus da prova nas denúncias.

Segundo a lógica das condições que contribuíram para a *Era dos Muckrakers*, Protess et al afirmam que somente no final dos anos 1960, elas reaparecem. Em síntese, com o crescimento da insatisfação popular com o governo, manifestada em vários movimentos sociais, e com o crescimento da televisão como veículo de notícias acirrando a competição no jornalismo, emergiu o jornalismo investigativo moderno, eternizado nas reportagens de Hersh sobre a Guerra do Vietnã (1970), na publicação dos *Pentagon Papers* (1971), e na cobertura de Watergate (1972).

Apesar de irem um pouco além e identificarem condições semelhantes para a emergência dos dois tipos de jornalismo investigativo – identificando o primeiro como “a tradição” de investigação do jornalismo investigativo moderno –, Protess et al (1991) não apresentam nenhuma reflexão sobre as mudanças de denominação que envolvem os dois períodos.

Ao estudarmos a *Era dos Muckrakers*, é possível perceber que as reportagens fruto do trabalho dos *muckrakers* raramente são definidas como reportagens investigativas. Apesar da definição de jornalismo investigativo ter passado a ser usada retrospectivamente para caracterizar aquele jornalismo americano da primeira década do século XX, na bibliografia, encontramos palavras como “*exposés*” ao invés de “*investigative reporting*”. A ação do *muckrakers*, por exemplo, é descrita com o uso do verbo “*to expose*” e, não, com o uso dos verbos “*to investigate*” ou “*to reveal*”.

É difícil precisar quando a expressão “jornalismo investigativo” teria sido usada pela primeira vez. A partir da bibliografia consultada, encontramos apenas o dado de que a categoria

Jornalismo Investigativo teria sido implantada no Prêmio Pulitzer a partir de 1964. A categoria não foi uma invenção, mas a modificação do nome de uma categoria já existente. De 1953 a 1963, existiu a categoria *Local Reporting* (que por sua vez era subdividida em *Edition Time* e *No Edition Time*). Em 1964, como a bibliografia registra, a categoria passa a contemplar o jornalismo investigativo e recebe o nome de *Local Investigative Specialized Reporting*, com o qual permanece até 1984. A partir de 1985, a categoria finalmente recebeu o nome atual, *Investigative Reporting*.

A partir dessas informações, analisamos as descrições dos vencedores do prêmio norte-americano, nessas diferentes categorias, de 1959 a 2014, a fim de constatar as presenças, ausências e mudanças nas descrições dos textos contemplados. Para os fins desta análise, decidimos não utilizar uma contagem de palavras tradicionais, mas apenas destacar os substantivos ou gerúndios (como no caso de “For exposing...”) utilizados para descrever os textos como vencedores ou justificar a sua escolha.

De 1959 a 1963, quando a categoria contemplava reportagens locais com as subdivisões *Edition Time* e *No Edition Time*, observamos que os textos são caracterizados de formas diversas sem que possamos afirmar com precisão a presença de um padrão. Na primeira subdivisão, predomina uma descrição mais geral, com o uso de termos como “*reporting*” e “*coverage*”; na segunda, a palavra “*exposure*” aparece uma vez, bem como uma variante, “*exposing*”.

Tentamos observar em seguida se, quando o prêmio muda de denominação e passa a contemplar o jornalismo investigativo, as palavras relacionadas a “to expose” continuam aparecendo. Quando analisada como um todo, observamos a presença constante dessas palavras na categoria. Mas, ao dividirmos por décadas (1964-1969/1970-1979/1980-1984), percebemos :1) As expressões oriundas de *expose* estão presentes nos dois primeiros anos da década de 1960, cedendo espaço (3 ocorrências) para *investigation/investigative*; 2) na década de 1970, as palavras relacionadas a *exposure* aparecem na descrição em cinco anos diferentes, a maior parte até 1975. Nesse ano em particular, a descrição também descreve o trabalho como *investigative reporting*. Na década, aparecem ainda outros substantivos interessantes como *uncovering* (2 ocorrências) e *disclosures* (1); 3) Nos quatro anos analisados da década de 1980, *investigation* é a única palavra com dupla ocorrência.

Quando a categoria recebe o nome de *Investigative Reporting*, o que observamos é: 1) De 1985 a 1989, palavras ligadas à *expose* têm duas ocorrências, o mesmo número de palavras ligadas à *to reveal*. Em 1986, a descrição utiliza *revelation* bem como *expose*. Há ainda a ocorrência de *investigation* em 1989; 2) Na década de 1990, as palavras ligadas à *expose* têm

apenas duas ocorrências. A palavra *revelead* aparece 3 vezes, todas a partir de 1995, associada às palavras *reporting*, *series*, *stories*. Há, ainda, a ocorrência das palavras *disclosed*, *uncovered* e *investigation*; 3) Na década de 2000, há ocorrência recorde das palavras ligadas à *expose*, com seis delas. As palavras relacionadas à *reveal* têm apenas duas ocorrências. A palavra *analysis* é utilizada pela primeira vez; 4) Finalmente, de 2000 a 2014, *expose* e *investigation* têm apenas uma ocorrência. *Examination* e *spotlighting* passam a aparecer na lista.

Como um observador poderia facilmente ponderar, não há uma efetiva substituição dos vocábulos (*exposure*, *exposé*, *exposes*) relacionados ao verbo *to expose* por vocábulos mais diretamente ligados à investigação e revelação. Apesar de podermos datar que “investigação” e “reportagem investigativa” só aparecem nas descrições da categoria a partir de 1966. Poderíamos afirmar, a partir dessa divisão por décadas, que a partir desta data, a incidência de palavras ligadas à “exposição” tenderia a ser mais discreta, com a exceção das décadas de 1970 e 2000.

No Oxford Dictionary of English, é possível encontrar as seguintes explicações para a palavra *expose* no sentido em que é aplicada ao jornalismo: revelar a verdade, a repreensível natureza de (alguém ou alguma coisa); tornar (algo embaraçoso ou danoso) público³⁴. Enquanto *reveal* é definida nos seguintes termos: tornar (informação secreta ou previamente desconhecida) conhecido por outros; causar ou permitir (algo) de ser visto. Recorrer ao significado das palavras é útil para nos ajudar a compreender o uso de cada uma delas em um determinado momento.

Retornando à *Era dos Muckrakers*, percebemos que o significado de uma exposição se enquadra melhor ao período de movimento progressista norte-americano. A imprensa, vale lembrar, ainda não se encontrava comprometida com o ideal da objetividade, de acordo com o estudo de Schudson (2010), mas os jornalistas, engajados na luta por reformas políticas, se incumbiram do papel de tornar públicos os desvios. O uso de “expor”, mesmo em língua portuguesa, quando relacionado a crimes e malfeitos, também é responsável por acrescentar uma forte carga moral ao discurso. De forma semelhante, outros autores já haviam identificado o forte apelo moral das reportagens dos *muckrakers*, no sentido de construir uma história em termos de vilões (grandes empresários) e vítimas (o povo, o trabalhador explorado, etc.).

Na década de 1960, o jornalismo americano já profissionalizado e identificado com o ideal da objetividade passava por novas atribulações. É nesta época que Schudson (2010)

³⁴ Tradução livre.

identifica o crescimento e a popularização das críticas ao jornalismo. Nesta época também se observava um novo conflito geracional entre os jornalistas, descrito nos seguintes termos:

Na década de 1960, no entanto, a rebelião geracional era parte de uma crise cultural generalizada. Jovens repórteres ainda desejavam expressar sua paixão e estilo pessoal na imprensa, mas a sua insubordinação às práticas relativas à “notícia convencional” emergiu mais como um sério desafio político do que como um estágio adolescente na passagem para o profissionalismo. Os jovens repórteres não apenas exigiram um jornalismo mais ativo, um jornalismo “participante” e cético a respeito dos relatos oficiais dos assuntos políticos; eles também alegaram incisivamente que o jornalismo tinha sido há muito tempo participante *demais* (SCHUDSON, 2010, p. 190, grifos do autor).

Na passagem acima, o autor faz referência ao conflito que havia se estabelecido entre editores e jornalistas em meados de 1890, os primeiros em defesa dos fatos e os últimos, da opinião. Este novo conflito, segundo defende o autor, era mais amplo, pois não estava baseado apenas em um descompasso profissional, mas tinha a ver com uma “crise cultural generalizada”, representada pela “contracultura”, e com uma desconfiança em relação ao governo.

Quando identifica o desejo por um jornalismo mais ativo e mais cético a respeito das fontes oficiais, Schudson nos ajuda a compreender o aparecimento das palavras (ou suas derivadas) *investigation*, *revelation*, *disclosure* e *uncover* a partir de 1960. Todas elas reforçam a ideia de papel ativo do repórter na investigação jornalística. Ao passo que o jornalista-reformador expõe a verdade, o jornalista investigativo revela, descobre, escava segredos que alguém (geralmente o governo) quer que permaneçam ocultos. O mérito do jornalista não é atribuído pela capacidade de causar a indignação pública, mas pela de desenterrar informações de difícil acesso³⁵.

É necessário retornar à citação de Schudson para analisarmos o outro lado do conflito geracional entre jornalistas jovens e veteranos nos anos 1960, que diz respeito à alegação dos jovens jornalistas de que o jornalismo norte-americano convencional havia sido participante demais. No contexto do trabalho do autor norte-americano, essa participação do jornalismo “convencional” dizia respeito à entrada em uma lógica de “administração da notícia” pelos gabinetes de relações públicas do governo. Desde as décadas de 1920 e 1930, as relações públicas do governo se expandiam. A partir de 1945, surge o “estado de segurança nacional”,

³⁵ O volume de informações utilizado pelo repórter nas reportagens também ganha destaque no final do século XX, como podemos observar pelas descrições dos prêmios de 1999 (“For its detailed reporting that revealed”), 2000 (“For revealing, with extensive documentation”) e 2010 (“For their resourceful reporting that exposed”), entre outros.

sob o pretexto de preparar o país para um conflito internacional. No contexto da Guerra Fria, a imprensa raramente questionava os pressupostos dessa doutrina de segurança. O cenário permaneceria dessa forma até a metade dos anos 1960, quando uma série de fatores³⁶ (especialmente a Guerra do Vietnã) alteraria o cenário e faria a imprensa lutar para recuperar o seu papel de “quarto poder”.

Na década de 1970 – período no qual é identificado o ponto alto do jornalismo investigativo moderno –, novamente, os vocábulos derivados de “expor” reaparecem com frequência nas descrições dos textos premiados com o Pulitzer. Apesar de podermos recorrer à história norte-americana de insatisfação popular manifestada em abundantes movimentos contra culturais a partir da década de 1960 para justificar a existência de um tom moralista nos textos jornalísticos premiados, também podemos pensar na hipótese de que os jornalistas locais recorriam ao imaginário dos *muckrakers* do início do século como tentativa de recuperar a credibilidade e o público leitor jovem. É necessário sublinhar, no entanto, que os grandes nomes do jornalismo investigativo americano da época não aparecem na lista. Isto se deve ao fato de a categoria premiar reportagens investigativas locais. O prêmio de Hersh, por exemplo, foi na categoria Reportagem Internacional, em 1970, e o do Washington Post, em Serviço Público, 1973.

Até aqui³⁷, tentamos apontar, a partir de uma análise das palavras utilizadas nas descrições dos textos premiados com o Pulitzer na categoria dedicada ao jornalismo investigativo (em suas várias variações), algumas distinções entre os jornalismo investigativos – ou se preferirmos entre o jornalismo *muckraker* e o jornalismo investigativo propriamente dito. A intenção, no entanto, não era apenas fazer coro aos estudiosos que já haviam encontrado distinções (como a mudança de enfoque de desvios dos grandes empresários para os desvios do governo, por exemplo), mas regressar um pouco nos contextos de emergência dos dois movimentos para que ficasse claro ao leitor que haviam cenários políticos, econômicos e sociais muito divergentes em cada momento, ainda que em alguns aspectos pareçam análogos, e, não menos importante, que havia uma concepção diferente de jornalismo em cada época. Os *muckrakers* do início do século já estavam atrelados à lógica da notícia e da fidelidade aos fatos, mas este jornalismo ainda não estava comprometido com o ideal da objetividade, que, mais que uma crença ingênua na realidade, representa uma prática desenvolvida em resposta à constatação de que a realidade é uma construção. Se a partir da década de 1960, as críticas ao

³⁶ Ver Schudson, 2010, p. 200.

³⁷ Deixaremos a análise da ocorrência das palavras dos anos 1980 aos anos 2010 para uma exploração futura.

jornalismo convencional ganham força e, ao criticar a falta de participação do jornalismo, retomam a tradição dos *muckrakers* engajados e militantes, ao mesmo tempo, elas acusam o jornalismo convencional de cumplicidade silenciosa com o poder, demonstrando que, ali, já se tratava de um cenário mais complexo de atuação profissional, onde as assessorias de imprensa assumiam um papel de oposição central. Em um célebre artigo, a autora Gaye Tuchman (1993) analisa a forma como a objetividade é usada como um discurso estratégico que salvaguarda o jornalista de algumas pressões da profissão, através de procedimentos consagrados como: a) apresentar versões diferentes de uma mesma realidade; b) apresentar provas suplementares para fundamentar um fato; c) utilizar aspas para indicar que o repórter não está emitindo uma opinião; d) apresentar os fatos mais importantes primeiro; e e) separar cuidadosamente os fatos das opiniões. Tuchman e Schudson (2005) já apontavam como essas práticas profissionais não apenas não garantiam um resultado objetivo, como favorecem que o ponto de vista comum à classe média e o uso de fontes oficiais prevaleçam no noticiário convencional.

É possível perceber pelo discurso dos jornalistas investigativos da década de 1960 e nos discursos subsequentes que o jornalismo investigativo não se encaminhou em uma direção contrária ao ideal da objetividade, conforme observa Schudson sobre o discurso de Woodward e Bernstein:

Produzem [Woodward e Bernstein] um caso de jornalismo fiel a um ideal de objetividade e infiel às falsas convenções justificadas em nome dele. Não é um jornalismo pessoal e nem um jornalismo de defesa; se existe um elemento pessoal nisso, não é a opinião ou a convicção, mas a energia. Enquanto o jornalismo literário contrapõe a paixão à objetividade “fria”, a tradição investigativa distingue sua agressividade da passividade da reportagem objetiva. (SCHUDSON, 2010, p. 220).

Dito isto, pretendemos pontuar que o que atualmente chamamos de jornalismo investigativo é uma construção social iniciada nos Estados Unidos por volta da década de 1960, em decorrência, entre outros fatores: a) da existência de uma imprensa bem desenvolvida enquanto empresa, marcada pela existência de diferentes tipos de empreendimentos (jornais, revistas, rádios e TVs) e cujo mercado vinha se centralizando desde o início da Primeira Guerra Mundial; b) dos desdobramentos políticos da época que deram margem para a emergência de uma “cultura de oposição” observada na proliferação de movimentos sociais reivindicatórios; c) de um estremecimento das relações entre o governo e a imprensa, que se sentia cada vez mais manipulada pelas relações públicas oficiais; e d) da existência de um jornalismo profissionalizado e fundamentado pelo ideal de objetividade, que permitia o desenvolvimento

de um discurso relacionado à ação do repórter como investigador e, não, como militante/reformador.

A emergência do jornalismo investigativo moderno no EUA não parece estar ligada a uma reportagem ou trabalho inaugural, mas está envolto por alguns desdobramentos institucionais. O discurso do jornalismo investigativo é gradualmente construído a partir da década de 1960 por meio do estabelecimento de equipes investigativas ou especiais dentro dos principais jornais nacionais, da criação de categorias específicas em prêmios (como é o caso do Pulitzer e a categoria renomeada a partir de 1964) e de instituições diversas, como a IRE (*Investigative Reporters and Editors*, fundada em 1975) e o Fundo para Jornalismo Investigativo (*Fund for Investigative Journalism*, fundado em 1969).

3.2. O discurso investigativo no Brasil

Retomando as reflexões de Silva (1991) sobre as distinções entre o cenário brasileiro e o norte-americano, podemos começar a pensar que prática jornalística se estabelece em nosso país a partir da metade dos anos 1970 sob a denominação de jornalismo investigativo. Nos anos 1960, enquanto os Estados Unidos passavam por um momento de grande efervescência (contra) cultural, em 1964, o Brasil entrava em um regime ditatorial que duraria mais de 20 anos. A imprensa brasileira havia iniciado seu processo de modernização há poucos anos e as empresas de comunicação ainda eram economicamente frágeis para sobreviver sem o amparo do governo. Durante o regime militar, algumas empresas conseguiram crescer e amadurecer o seu negócio, enquanto, outras, especialmente as publicações que apresentavam um forte cunho político e que se opunham aos militares, desapareçam. Como compreender a emergência do jornalismo investigativo no Brasil no período de abertura da ditadura militar, então? Sua prática, no Brasil, se deu de maneira idêntica à prática norte-americana? Ou a própria concepção de jornalismo investigativo deve ser revisada tendo em vista as particularidades locais?

O pesquisador argentino Waisbord (2000) defende que, na América do Sul, o jornalismo investigativo é exceção, devido à concorrência de vários fatores, como instabilidade política e violência, que impediram a duplicação do modelo norte-americano de jornalismo. Na citação seguinte, ele resume os fatores políticos, econômicos e culturais que impediram a criação de uma tradição moderna de jornalismo:

Recapitulando, nenhum dos factores que originaram a moderna tradição do jornalismo dos EUA existia na América do Sul. A antena econômica dos jornais estava sintonizada para o estado em vez de para o mercado. Não houve um movimento político-cultural determinado a tornar o jornalismo menos partidário. E juntas militares e violência política impuseram condições que negavam os princípios fundamentais do jornalismo norte-americano. A eliminação dos direitos democráticos básicos, o controle das redações com punho de ferro, a perseguição a jornalistas críticos, e a imposição de terror e medo eram contrárias à criação e afirmação de uma imprensa liberal-democrática que, mesmo dentro das limitações de um sistema capitalista, pudesse desnudar desvios. (WAISBORD, 2000, p. 23)³⁸.

A despeito dos fatores adversos, os autores brasileiros (SEQUEIRA, 2005; NASCIMENTO, 2010; CASTILHO, 2007) identificam reportagens brasileiras publicadas na década de 1970, em grandes veículos nacionais (*O Estado de S. Paulo*, *Veja*, etc.), que denunciam a corrupção política e, até mesmo, a tortura praticada pelo governo. Castilho (2007) esboça uma explicação para a existência dessas reportagens. Para este autor, com o fim da censura prévia em meados de 1975, se evidencia uma lacuna identitária como herança dos anos de repressão à imprensa brasileira.

A reportagem de polícia ganha um novo impulso, passa a ser mais investigativa e menos submissa às versões oficiais dos militares. O profissional, por sua vez, tenta se desvencilhar da imagem de intimidade e até promiscuidade com o aparelho policial (CASTILHO, 2007, p. 7).

Nesse contexto, o fortalecimento da reportagem investigativa serve para reposicionar o papel social dos jornalistas, a exemplo do que também ocorrera, de certa maneira, com o jornalismo norte-americano. Apesar de coerente, a justificativa de Castilho parece explorar apenas um aspecto da reportagem investigativa nacional. Ela não chama atenção para a ausência, no contexto nacional, de um dos pilares fundamentais do jornalismo, e especialmente do jornalismo investigativo: a autonomia. Enquanto a imprensa norte-americana desfrutava de um regime democrático e contava com uma constituição que defendia a liberdade de imprensa, os jornalistas brasileiros ainda enfrentavam censura, a violência e a dependência econômica do governo. Ainda que a correlação entre regime democrático e jornalismo investigativo não seja imediata, foi observado (WAISBORD, 2000) que em governos democráticos a prática investigativa é mais recorrente. Por este fator, o próprio Waisbord e Fortes (2012) defendem

³⁸ “To recapitulate, none of the factors that originated the modern tradition of U.S. journalism existed in South America. The economic antenna of newspapers was tuned to the state rather than to the market. There has not been a political-cultural movement determined to make journalism less partisan. And military juntas and political violence imposed conditions that negated the fundamental principles of U.S. journalism. The elimination of basic democratic rights, the iron-fist control of newsrooms, the persecution of critical journalists, and the imposition of terror and fear were contrary to the creation and affirmation of a liberal-democratic press that, even within the constraints of a capitalist system, could lay wrongdoing bare”. Tradução Livre.

que o jornalismo investigativo no Brasil é exceção até a redemocratização do país. Como vimos, para o autor brasileiro, a incorporação da prática jornalística investigativa só se intensificaria realmente na década de 1990.

A autonomia também diz respeito à independência econômica dos meios de comunicação de um país. No nosso caso, o governo sempre foi uma das maiores fontes de renda. Além de garantir empréstimos e benefícios na importação de maquinário e papel (RIBEIRO, 2007), o governo também era a maior fonte de receita publicitária até, pelo menos, 1997 (WAISBORD, 2000). Ainda que a receita publicitária em geral tenha crescido na década de 1990, a pressão que o governo brasileiro podia exercer sobre os veículos de comunicação era significativa. No caso da televisão e do rádio, a necessidade de concessões tornava o cenário ainda mais delicado. Este cenário é menos acentuado com o fortalecimento de grandes empresas de comunicação, como é o caso de veículos nacionais como *Folha de S. Paulo* e *Veja*. Não é sem relação que uma das características do nosso jornalismo investigativo, identificada por Waisbord (2000) e por Melo (2014), é o fato dele ser praticado principalmente por veículos *mainstream* ou estabelecidos (NEVEU, 2006).

3.2.1. Os veículos consagrados pela qualidade jornalística

Como registramos, Sequeira (2005) cita duas reportagens investigativas no período de abertura da ditadura militar, ambas publicadas em grandes veículos de comunicação: “Descendo aos porões”, publicada em 1979, na revista *Veja*, e “Assim vivem nossos superfuncionários”, publicada em 1976, no jornal *O Estado de S. Paulo*. Ao tentarmos expandir essa análise dos veículos que aparecem associados a grandes marcos do jornalismo investigativo no Brasil, decidimos optar por uma verificação de reportagens consagradas e reconhecidas pela sua qualidade jornalística (pensamos, aqui, especialmente no polo intelectual do jornalismo, ao qual o jornalismo investigativo aparece relacionado), a partir da análise dos

vencedores do Prêmio Esso³⁹, de 1976 a 2013⁴⁰; do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, de 1979 a 2013; do Prêmio Imprensa Embratel/Claro de 2003, ano da criação da categoria Reportagem de Jornalismo Investigativo (Troféu Tim Lopes), a 2014; e do Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo, criado em 2002 e com sete edições até agora⁴¹.

No Prêmio Esso, os 10 primeiros veículos mais premiados em todas as categorias⁴² de 1975 a 2013 são: 1. *O Globo* (51), 2. *Jornal do Brasil* (43), 3. *Folha de S. Paulo* (35), 4. *O Estado de S. Paulo* (31), 5. *Zero Hora* (24), 6. *Estado de Minas* (22), 7. *Revista Veja* (22), 8. *Correio Braziliense* (21), 9. *O Dia* (17) e 10. *Jornal do Commercio* (15). O somatório das premiações dos dez primeiros veículos mais premiados corresponde a 281 prêmios, ou melhor, aproximadamente 52% de todos os prêmios (incluindo menções honrosas) concedidos pelo Prêmio Esso de Jornalismo, no período. Entre as 39 edições do Prêmio avaliadas, os dez veículos acima citados (excetuando-se o *Estado de Minas* e *O Dia* que, até 2013, nunca ganharam nessa categoria) detêm 35 dos prêmios principais, o que corresponderia a quase 90% dos principais prêmios. Na seguinte ordem: 1. *Folha de S. Paulo* (10); 2. *O Globo* (7); 3. *O Estado de S. Paulo* (5); 4. *Jornal do Brasil* (4); 5. *Revista Veja* (4); 6. *Correio Braziliense* (3); 7. *Isto é* (2)⁴³; Apesar de a ordem dos mais premiados se alterar, nesse ranking permanecem praticamente os cinco primeiros do ranking anterior, com a diferença de que o jornal *Zero Hora* desaparece e a revista *Veja* ocupa o seu lugar.

O Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos foi concebido durante a ditadura militar, como forma de incentivar e premiar os jornalistas que denunciassem a repressão e os abusos de poder no governo. Portanto, sua lista de condecorados é mais

³⁹ Ao contrário do Prêmio Pulitzer, o mais importante para a imprensa americana – que criou uma categoria de premiação denominada Reportagem Investigativa em 1964 (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004) – o Prêmio Esso, que ocuparia uma posição análoga ao Pulitzer em relação à imprensa brasileira, nunca criou uma categoria exclusiva para premiar reportagens investigativas. Para alguns pesquisadores, portanto, esta condecoração não poderia representar a prática jornalística investigativa. No entanto, pela abrangência do prêmio, que em 2013 chegou à sua 58ª edição, e pelo caráter das reportagens consagradas, especialmente aquelas reconhecidas com o prêmio Principal, acreditamos que a premiação é uma fonte riquíssima de dados para um estudo do jornalismo investigativo. Em um artigo (MELO, 2014), nós analisamos melhor essa questão.

⁴⁰ O período foi escolhido em virtude da bibliografia nacional que data a prática jornalística investigativa a partir do período de abertura política da ditadura militar. Mas o Prêmio Esso existe desde 1956.

⁴¹ Os dados, coletados e refinados no *google refine*, referentes aos Prêmios Esso e Vladimir Herzog não foram disponibilizados no corpo do trabalho ou como anexos devido ao grande volume de dados, mas podem ser solicitados a qualquer momento.

⁴² A soma de todos os prêmios em todas as categorias, que variaram bastante ao longo dos anos, do Prêmio Esso de Jornalismo corresponde a 748 prêmios, de 1956 a 2013. Desses prêmios, 5 não foram concedidos: PRÊMIO PRINCIPAL, em 1966; PRÊMIO ESSO DE INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL, em 1986; PRÊMIO ESSO REGIONAL CENTRO-OESTE, em 1988; PRÊMIO ESSO DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA OU TECNOLÓGICA, em 1990; e, finalmente, PRÊMIO ESSO REGIONAL NORTE, em 1992.

⁴³ Os demais veículos premiados no período possuem apenas um prêmio.

diversificada que a do Prêmio Esso, contemplando veículos alternativos, como *Movimento*, *Pasquim*, *Cadernos de Terceiro Mundo*, entre outros, e veículos que se alinham com um pensamento de esquerda, como a revista *Caros Amigos*. A exemplo do Prêmio Esso, o Vladimir Herzog também não apresenta uma categoria dedicada ao jornalismo investigativo, pois, neste caso, as categorias se referem ao tipo de veículo (jornal, rádio, TV, internet, etc.). Consideramos que isso não deslegitima o prêmio como objeto de análise devido ao seu próprio objetivo de incentivar os jornalistas a denunciar abusos, especialmente, aqueles relacionados à liberdade de expressão e aos direitos humanos. A denúncia e a revelação de desvios fazem parte, conforme já pontuado, dos critérios utilizados para se definir o jornalismo investigativo na bibliografia disponível. A distinção em relação ao Prêmio Esso, no entanto, não é tão acentuada na lista dos 10 mais premiados em todas as categorias de 1979 a 2013, em que constam: 1. *Folha de S. Paulo* (36), 2. *TV Globo - São Paulo* (30), 3. *Zero Hora* (21), 4. *O Dia* (18), 5. *TV Cultura* (17), 6. *Caros Amigos* (15), 7. *Correio Braziliense* (15), 8. *Rádio Bandeirantes* (13), 9. *IstoÉ* (13) e 10. *TV Bandeirantes* (12).

Percebemos que permanecem na lista grandes veículos de comunicação. Dos jornais, apenas *O Dia* também não consta na lista de mais premiados do Esso. Quanto ao aparecimento de canais de TV e uma rádio, isto se dá em virtude da própria organização da premiação por tipo de veículo. O Esso, ao contrário, dedicava apenas uma categoria para as reportagens de telejornalismo⁴⁴, o que nos ajuda a entender a ausência de canais de TV entre os mais premiados em todas as categorias.

No Prêmio Imprensa Embratel/Claro, existente há 15 anos, observamos uma forte presença da televisão e do rádio também em razão da organização do prêmio, que permite que reportagens veiculadas em qualquer veículo possa concorrer à maior parte dos prêmios. Como esta premiação possui uma categoria exclusivamente dedicada para reportagens investigativas, restringimos nossa contagem apenas a ela. Assim, dos 11 trabalhos condecorados de 2003 a 2014 (em 2013 não houve premiação), o único veículo de comunicação que se repete é a TV Globo, com reportagens premiadas em 2004, 2007 e 2011 (TABELA 08).

Tabela 08: Trabalhos premiados na categoria Reportagem Investigativa do Prêmio Imprensa Embratel/Claro

ANO	AUTOR	TÍTULO	VEÍCULO
2003	Marconi de Souza e equipe	"Grampos ilegais na Bahia"	Jornal A Tarde

⁴⁴ No regulamento do Prêmio em 2014, todas as categorias são dedicadas apenas a jornais e revistas publicadas em língua portuguesa no Brasil. Disponível em: <http://www.premioesso.com.br/site/regulamentos/jornalismo.aspx>. Acessado em: 02/03/15.

ANO	AUTOR	TÍTULO	VEÍCULO
2004	Eduardo Faustini e Frederico Neves	"Máfia dos Salvados"	TV Globo/Fantástico
2005	Paulo Marqueiro e Elenilce Bottari	"Órfãos da violência"	Jornal O Globo
2006	Giovani Grizotti	"A farra dos vereadores turistas"	RBSTV
2007	Eduardo Faustini e equipe	"Máfia das funerárias"	TV Globo/Fantástico
2008	Fábio Diamante e Thiago Bruniera	"Cocaína - cidade refém"	TV SBT
2009	Lúcio Lambranco, Edson Sardinha e Eduardo Militão	"A farra das passagens"	Site Congresso em Foco
2010	James Alberti, Kátia Brembatti, Karlos Kohlbach, Gabriel Tabatcheik e equipe	"Diários secretos – Assembléia encobre metade de seus atos em diários suspeitos"	Jornal Gazeta do Povo/impresso online/RPCTV
2011	César Tralli, com Pedro Mantoan e Fernando Ferro	"Fronteiras escancaradas"	TV Globo
2012	Repórter Jonas Campos; Cinegrafistas Carlos Rodrigues e Idemar Marcatto; Apoio técnico, Adiel Lima; Arte, Renato Mendes, Cheyla Ferraz e Robson Ricardo Crivelli; Edição de imagem, Alexandre Castanho.	"Madeira Chipada"	TV Centro América
2014	Afonso Monaco	"Moto Fantasma"	Rede Record (Domingo Espetacular)

Fonte: <http://www.premioimprensaembratel.com.br>.

Finalmente, temos o Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo. Fundado em 2002, ano da morte do jornalista que lhe dá nome, o concurso não premia reportagens finalizadas, mas pautas de reportagens investigativas. Como é promovido pela ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância, o concurso se restringe a assuntos relacionados a crianças e adolescentes e, a cada edição, escolhe uma temática especial sobre a qual as propostas que pretendem concorrer nessa categoria devem tratar. Até 2014, o concurso possui 7 edições, ao longo das quais, 45 propostas foram contempladas com auxílio financeiro. Em relação aos outros prêmios, o Concurso Tim Lopes se aproxima mais do Prêmio Herzog em termos de diversificação de veículos. Chama atenção que as duas condecorações estejam voltadas para promover trabalhos jornalísticos relacionados com direitos humanos. Mas, assim como o Prêmio Imprensa Embratel/Claro, por serem mais recentes, este concurso também não apresenta muitas repetições entre os veículos contemplados. Apesar de *O Correio Braziliense* ser o veículo mais incidente na lista, chama atenção a presença de três veículos nordestinos na pesquisa lista de 6 veículos que foram contemplados mais de uma vez pelo concurso (TABELA 09).

Tabela 09: Veículos contemplados mais de uma vez pelo Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo de 2002 a 2014

VEÍCULOS	PAUTAS CONTEMPLADAS
Correio Braziliense (DF)	5
Rádio Jornal 780 AM (PE)	2
TV Verdes Mares (CE)	2
Rádios EBC (Radioagência Nacional, rádios Nacional e MEC de Brasília, Rio de Janeiro, Amazônia e Alto Solimões)	2
Gazeta do Povo (PR)	2
A Tarde (BA)	2

Fonte: <http://andi.org.br/>

Para analisar esses dados, podemos recorrer aos três elementos de estruturação do campo jornalístico que Neveu (2006) destaca: (1) a oposição entre publicações “estabelecidas” – aquelas que podem mobilizar uma herança de recursos, como sua imagem, redes de relações com fontes e especialistas, prestígio acumulado e furos inscritos na memória social – e *outsiders* – aquelas que devem criar a sua imagem do zero, recorrendo a estratégias de risco; (2) oposição entre as editoriais em relação ao peso de legitimidade de cada uma; (3) hierarquização segundo a sociologia dos leitores, isto é, o prestígio social de uma publicação depende do perfil social de seus consumidores.

Tendo em vista especialmente a primeira oposição, entre veículos estabelecidos e *outsiders*, podemos verificar que a maior parte dos veículos cujo trabalho jornalístico é reconhecido e consagrado entre os próprios pares (os jurados dos Prêmios, em geral, também fazem parte do campo jornalístico) podem ser definidos como veículos estabelecidos, isto é, contam com uma tiragem significativa, com uma imagem constituída e com prestígio acumulado devido às histórias que veicularam, como pudemos perceber a partir da breve revisão da história do jornalismo investigativo, na qual alguns dos veículos mais premiados também figuram. O que é ainda mais latente no caso brasileiro é a ausência de qualquer veículo que pudesse ser classificado como *outsider*, veículos que assumem estratégias de risco para entrar no mercado e que, na história do jornalismo investigativo francês (MARQUETTI, 2000), inglês (BURGH, 2008) e americano (na Era progressista, pelo menos), foram espaços onde a reportagem investigativa se desenvolveu como estratégia de mercado.

A predominância de veículos estabelecidos entre os praticantes do jornalismo investigativo no Brasil confirma a ideia de que o fortalecimento econômico das empresas de comunicação é importante para a autonomia profissional e para a prática de um jornalismo que desafia o poder. Apenas o fortalecimento econômico, no entanto, – e também poderíamos

acrescentar a concorrência entre os veículos de comunicação e a hipótese do jornalismo investigativo como estratégia comercial – não explica o desenvolvimento do que chamamos de reportagem investigativa e que parece se restringir a dois tipos de narrativas: as dos abusos de poder ou desvio de recursos públicos por oficiais do governo e as das violações dos direitos humanos infringidas pela polícia e pelo exército.

Na realidade, se compararmos o cenário local com as quatro características que possibilitaram a emergência do jornalismo investigativo moderno nos EUA, percebemos um cenário sensivelmente distinto e, além disso, que pouco se fala sobre a cultura profissional do jornalismo brasileiro na época. De fato, se a nossa imprensa encontrava-se ainda fortemente atada ao governo e se a imprensa enquanto empresa não era tão desenvolvida e não fazia parte de um mercado tão competitivo como o americano, uma das justificativas para a emergência do discurso do “jornalismo investigativo” quase que exclusivamente voltado para as denúncias de corrupção está no próprio histórico de partidarismo na nossa imprensa.

Retomando algumas das nossas reflexões iniciais, a emergência do discurso do jornalismo investigativo nos Estados Unidos a partir da década de 1960 está condicionada a uma série de fatores historicamente marcados. Quando se tenta relacionar este discurso com o movimento *muckracker* do início do século XX, acaba-se apagando alguns desses fatores em nome de se construir uma tradição investigativa no jornalismo. Apesar de podermos encontrar casos de denúncias de desvios em diferentes momentos da história do jornalismo e em diferentes países, reforçamos que são as condições históricas e culturais que participam da construção de determinados discursos em determinados momentos. O movimento *muckracker* e o jornalismo investigativo se aproximam em termos das denúncias de malfeitos e desvios, mas se distanciam em suas particularidades. A partir da análise das palavras utilizadas na descrição dos vencedores do Pulitzer, percebemos que só se começa a destacar o papel ativo do jornalista (por meio de palavras como investigar, revelar, descobrir) – crucial para a definição de jornalismo investigativo mais recorrente – a partir da década de 1960. Em nossa interpretação, isto está condicionado à profissionalização do jornalismo fortemente fundamentada no ideal de objetividade.

Os autores brasileiros que se dedicaram ao estudo do jornalismo investigativo defendem, em sua maioria, que, a partir de 1975, pode-se observar a prática de reportagens investigativas no Brasil. Ainda que tenhamos analisado o cenário local e apontado a existência de muitos fatores adversos a essa prática (nos termos americanos) no período, é seguro falar que, pelo menos a partir da redemocratização, emerge com mais intensidade o discurso do jornalismo investigativo em nosso país. Praticado por veículos estabelecidos e fortemente

voltado para a denúncia de corrupção, o jornalismo investigativo brasileiro ainda é definido no molde do jornalismo investigativo americano. No entanto, a história da nossa imprensa marcada por uma intensa e próxima relação com a política, nos leva a pensar que o jornalismo investigativo no Brasil não pode ser definido, em um primeiro momento, em termos da atuação ativa do jornalista.

Mesmo que a influência norte-americana seja hegemônica e que a modernização e profissionalização do jornalismo brasileiro tenha se dado nos moldes americanos, o cenário local nos leva a identificar o que tem sido chamado de jornalismo investigativo, lembrando os três eixos de definições do capítulo anterior, mais como a denúncia de desvios, que com a revelação da verdade oculta. A diferença entre as duas definições, como vimos, diz respeito mais fortemente à participação ou não do jornalista e à revelação de uma informação nova ou não. A existência de várias reportagens feitas a partir de vazamentos de informações, notadamente da polícia e do Ministério Público, bem como a dificuldade de se conseguir informações⁴⁵, por exemplo, são fatores que reforçam o embaraço de tentar definir nosso jornalismo investigativo nos termos americanos.

Compreender o jornalismo investigativo como denúncia de desvios também nos permite sublinhar outra característica dessa prática no Brasil e na América do Sul: o fato de que ela funciona como “cruzada partidária”, ou seja, como jornalismo investigativo comprometido com causas políticas determinadas ao invés de com o ideal democrático de vigilância e balanço. Mais ainda, como jornalismo comprometido com as orientações políticas de donos de jornais e repórteres, que, portanto, favorecerem agendas específicas.

No próximo capítulo, tentaremos aprofundar a discussão sobre as reportagens produzidas no Brasil e consagradas enquanto reportagens investigativas. Observaremos suas características temáticas (predominância de denúncias de corrupção e de violação dos direitos humanos), bem como aquelas relacionadas aos métodos (fontes utilizadas, técnicas de investigação), e buscaremos colocá-las em crítica a partir de outros discursos que emergem no campo profissional jornalístico, especialmente o das assessorias de comunicação, e com as quais o jornalismo investigativo está em relação. O próximo capítulo também tem a missão de identificar as agendas do jornalismo investigativo brasileiro contemporâneo, como os desafios do jornalismo guiado por dados.

⁴⁵ A Lei Nº 12.527, que regula o acesso às informações públicas só foi aprovada, no Brasil, em 18 de novembro de 2011.

Capítulo 3 – Jornalismo investigativo: uma especialidade que solicita representações

“[A]s mídias não são a própria democracia, mas são o espetáculo da democracia, o que talvez seja, paradoxalmente, uma necessidade” – Patrick Charaudeau, 2007, p. 20.

1. O percurso de apropriação do “jornalismo investigativo” no Brasil

Como pudemos revisar brevemente no capítulo anterior, o jornalismo brasileiro é historicamente atado à política e a modernização da nossa imprensa a partir da década de 1950 não esteve necessariamente atrelada a uma maior independência econômica. Apenas esses fatores já seriam suficientes para defendermos que o mesmo tipo de jornalismo investigativo que se desenvolveu nos anos 60 nos Estados Unidos não poderia ter se desenvolvido no Brasil nos mesmos termos. E, se levarmos em conta o período em que os autores brasileiros defendem a prática da reportagem investigativa em nosso país (década de 1970), esta compreensão parece ainda mais problemática. Mesmo com o fim da censura prévia em alguns veículos de comunicação a partir de 1975, a censura e perseguição política do regime ditatorial minavam ainda mais a autonomia da imprensa brasileira e a possibilidade de investigação de informações ocultas. Com isso, não queremos defender que não houve jornalismo investigativo no período mencionado, visto que a expressão “jornalismo investigativo” já aparecia em livros da época e, portanto, já circulava no campo jornalístico brasileiro. Mas pretendemos apontar que, dado o contexto da prática profissional nacional, o que conhecemos/conhecíamos como jornalismo investigativo difere da vertente norte-americana.

A reunião de discursos e práticas distintos sob o grande guarda-chuva que parece ser a expressão “jornalismo investigativo” cria grandes dificuldades para a compreensão de sua ocorrência em nosso país. É comum, na escrita da história, que se busquem tradições, isto é, origens longínquas que criam a impressão de continuidade. Nos Estados Unidos, como pudemos observar, a identificação da *Era Muckraker* como era de jornalismo investigativo nos parece também uma reinterpretação deste período à luz de um discurso jornalístico que se constrói quase cinquenta anos depois.

No Brasil, o primeiro uso da expressão (que pudemos identificar em nossa revisão bibliográfica) está na obra de Dines, *O papel do jornal*, publicada em 1974. Neste livro e em outras obras teóricas (FARO, 1999), encontramos o uso da expressão “jornalismo investigativo” em referência a um passado de excelência jornalística. Ao tratar da crise do papel jornal por exemplo, Dines defende que:

Uma análise do desempenho passado também pode perfeitamente fornecer as tônicas que servirão de coordenadas para o futuro. Um jornal que sempre se caracterizou por sua *combatividade* pode reencontrar agora sua antiga fórmula e, *dentro das limitações* que o regime impõe, procurar assuntos que permitam o jornalismo investigativo que sempre foi o seu forte (DINES, 1986, p. 87, grifos nossos).

Como podemos perceber, o autor entende o jornalismo investigativo como fórmula antiga ou algo que sempre foi o forte dos jornais combativos. Pela citação, constatamos que o autor não identifica a objetividade – entendida como orientação metodológica que marca a profissionalização jornalística – como condição para o jornalismo investigativo. Pelo contrário, o engajamento parece ser a condição primordial. Tampouco a autonomia é posta em questão. Dines acredita que é possível praticar jornalismo investigativo desde que se procurem os assuntos que passem pelas limitações da censura política do regime ditatorial brasileiro.

Em outra ocasião, Dines reforça novamente essa compreensão do jornalismo investigativo como tradição e forma de luta, ao declarar que o “gênero investigativo foi sendo abandonado, aos poucos, pela imprensa brasileira, justamente quando os grandes jornais preferiram a linha “empresarial”, que consiste basicamente em informar sem *comprometer-se*”, (DINES, 1986, p. 91, grifos nossos). No entanto, apesar de defender que o jornalismo investigativo estava em processo de abandono, o autor não apresenta uma definição exata do que seria esse “gênero investigativo”. Quando tenta caracterizá-lo, Dines acaba por identificá-lo com o que chama de jornalismo interpretativo:

O jornalismo investigativo não é apenas jornalismo de sensações ou de escândalos. Relaciona-se com o jornalismo interpretativo ou analítico, pois, ao inquirir sobre as causas e origens dos fatos, busca também a ligação entre eles e oferece a explicação de sua ocorrência. Ao praticá-lo, necessariamente, não se obriga a postura de denúncia (DINES, 1986, p. 92).

Faro (1999), em seu estudo sobre os três primeiros anos da revista *Realidade*, identifica o jornalismo investigativo com a grande reportagem. O autor procura fundamentar as características do jornalismo praticado naquela revista na própria atividade intelectual do período, que, segundo defende, era inseparável do ativismo político.

Na época indicada [1966-1968], a revista *Realidade* teve condições de ser produzida em toda a sua plenitude, havendo mesmo condições conjunturais, tanto no plano político como no plano cultural, para que se colocasse em prática o estilo de jornalismo investigativo que denunciava as mazelas sociais do país (FARO, 1999, p. 20).

Ao identificar o jornalismo investigativo com a grande reportagem, o autor dá margem para que se interprete a produção de *Realidade* e da imprensa alternativa como exemplos de jornalismo investigativo. Faro não desconsidera que o jornalismo praticado pela revista e pelos veículos alternativos era marcadamente engajado. Para ele, isso contribuiu para que a reportagem tivesse “uma dimensão reveladora, além dos padrões da objetividade informativa” (FARO, 1999, p. 19).

As interpretações dos dois autores brasileiros são interessantes na medida em que indicam a presença do discurso sobre o “jornalismo investigativo” em nosso país já na década de 1970 (visto que o livro de Dines foi originalmente publicado em 1974), bem como a fragilidade definicional que marca esta especialidade até os dias de hoje no Brasil.

Também é necessário destacar o conteúdo associado às reportagens investigativas. Se na fala dos ambos, o jornalismo investigativo está associado com a reportagem de mazelas sociais (pressupondo que esses sejam os assuntos permitidos pelo regime aos quais se refere Dines), posteriormente, nas obras dedicadas ao assunto, ele aparecerá predominantemente relacionado à corrupção política e infração dos direitos humanos pela polícia.

Tomando como referência a bibliografia que utilizamos para fazer este trabalho, é nos anos 2000 que é publicada a maior parte das obras sobre jornalismo investigativo no Brasil, especialmente a partir de 2002, após o assassinato do jornalista Tim Lopes. Também datam desse período, a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em 2002, e a publicação de coletâneas de reportagens para uma coleção de jornalismo investigativo da Editora Record em parceria com mesma associação.

Nesse período, diferentemente do que constatamos na leitura das obras de Dines e Faro, não ocorre a ênfase em uma relação direta entre jornalismo e grande reportagem. Ainda que o trabalho jornalístico investigativo siga sendo associado com a reportagem ou com séries de reportagens, a referência à *Revista Realidade* e aos veículos alternativos se torna cada vez mais rara. Além disso, outras diferenças vão aparecendo. Por mais que não se renegue o jornalismo engajado dos jornalistas pré-profissionalização e por mais que o discurso do jornalismo investigativo sempre apareça atrelado à ideia de uma tradição jornalística, a citação

de métodos e técnicas de apuração e o reforço do papel ativo do repórter, que sempre aparece vinculado com uma discussão de limites éticos, passam a preponderar nas obras.

Esses pequenos deslocamentos nos discursos nos levaram a pensar que o uso da expressão “jornalismo investigativo” no Brasil, pelo menos durante as décadas de 1970 e 1980, não esteve atrelada a uma definição de métodos, conteúdos ou características que permitiriam distinguir facilmente as reportagens investigativas de outros tipos de reportagens, como as reportagens interpretativas ou literárias. Para desenvolver esta hipótese, então, buscamos analisar mais detidamente reportagens de diferentes períodos que foram consagradas enquanto reportagens “investigativas” e, quando foi possível, analisar os discursos dos jornalistas sobre os seus textos. Como *corpus*, selecionamos as duas primeiras coletâneas organizadas pela Abraji com a editora Record, *Dez reportagens que abalaram a ditadura* e *50 anos de crimes: reportagens policiais*, que, além de apresentarem reportagens de décadas diferentes, operam uma consagração dos textos que as compõem sob o selo de jornalismo investigativo.

1.1. O jornalismo investigativo da revista *Realidade* e da imprensa alternativa

Em 2005, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), juntamente com a editora Record, lançou o primeiro livro da coleção Jornalismo Investigativo. Fernando Molica foi o responsável por selecionar 10 reportagens significativas para o jornalismo brasileiro durante o período militar. Segundo o organizador,

Procurou-se oferecer um painel que permitisse uma visão geral do período que vai de 1964, ano do golpe que destituiu o presidente João Goulart, até 1985, quando o último general deixou o poder. Buscou-se também uma certa variedade temática, reportagens que abordassem diferentes aspectos da vida nacional em um período de exceção (MOLICA, 2005, p. 09-10).

Como podemos observar, os critérios de seleção não incluem nenhum método específico de produção jornalística. E, se procurássemos identificar padrões de conteúdo, correríamos o risco de fazer uma análise equivocada, visto que a seleção de Molica busca a diversidade. De fato, na coletânea, há denúncias de tortura (esse é o assunto que predomina no livro), corrupção, negociatas, sequestro e mazelas sociais. O material selecionado, exceto por uma reportagem, é proveniente de jornais de grande circulação (*Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, etc.) e revistas bem estabelecidas no mercado, como *Veja*, *IstoÉ*

e *Realidade*. Esse padrão, pelo menos, não é exclusivo da coletânea, mas pode ser observado no jornalismo investigativo brasileiro como um todo (ver WAISBORD, 2000; MELO, 2014).

Na obra, há um texto, precedendo cada matéria, com explicações do processo de produção jornalístico escrito pelos autores das reportagens. Nesses textos, relembram-se as circunstâncias da escrita e da apuração. Por mais que se trate de uma coletânea de jornalismo investigativo, raramente os jornalistas fazem uso do termo ou tentam enfatizar um papel ativo durante a produção das reportagens. Não que esse papel ativo não existisse, afinal, todos falam da procura de fontes e de coleta de informações. Mas eles não tentam apagar ou diminuir o papel que o testemunho de uma fonte possa ter tido, até mesmo no sentido de ter sido a responsável pela pauta.

As quatro primeiras reportagens apresentadas – originalmente publicadas em 1964, 1968, 1969 e 1975, respectivamente – não parecem se diferenciar muito do estilo jornalístico de sua época. A matéria de *Realidade* sobre a fome em Pernambuco, *Eles estão com fome*, em tudo se assemelha às grandes reportagens produzidas pela revista, que se eternizou por seu estilo mais literário. No breve texto em que fala da produção da reportagem, o jornalista Eurico Andrade explica as motivações da pauta:

“[...] eu queria denunciar, como repórter da principal revista do Brasil, a fome dos trabalhadores rurais da Zona da Mata do meu estado. Comecei no jornalismo escrevendo sobre Ligas Camponesas, ouvindo conferências de Josué de Castro, Celso Furtado, entrevistando Francisco Julião, fazendo campanha para eleger Arraes governador” (ANDRADE, 2005, p. 41).

Como podemos perceber, o jornalista em nenhum momento esconde sua militância. No mesmo texto, ele ainda a reforça quando revela que o editor pediu que a reportagem fosse totalmente reescrita, com a seguinte justificativa: “Eurico, isso é um discurso. Vai pra casa e reescreve tudo”, (ANDRADE, 2005, p. 41). Em relação ao conteúdo do texto, a reportagem traz estatísticas do local, dados de pesquisas científicas da ONU e de institutos locais sobre a questão da fome e, principalmente, apresenta uma grande variedade de personagens, dando indícios da apuração realizada pelo jornalista. O que mais chama atenção, no entanto, não é o caráter inédito das informações ou a sua revelação ao público, mas a construção narrativa primorosa, permeada de descrições e diálogos.

A reportagem “A morte de Vlado”, publicada no jornal *EX-*, um veículo alternativo da época, também não esconde as marcas de um jornalismo engajado e próximo da literatura. Segundo o relato de Mylton Severiano, a reportagem se baseou em “depoimentos, notas oficiais, observações pessoais, frases soltas, documentos, editoriais, laudos e notícias de jornais e

revistas”, (SEVERIANO, 2005, p. 94), resultando em um texto fortemente marcado pela reprodução de diálogos.

Nós não sabíamos de nada. E agora?
 – Olha... você já soube do negócio do Vlado?
 – Não, não tô sabendo de nada.
 – Pois é, você sabe que ele tinha se apresentado, né?
 – Não! Não tô sabendo de nada!...
 – Pois é, infelizmente ele morreu. (MOLICA, 2005, p. 97).

A partir da reportagem “Assim vivem os nossos superfuncionários” – um dos dois trabalhos citados por Sequeira (2005) como exemplo de jornalismo investigativo em 1970 – a consulta a documentos e publicações passa a ter mais destaque no relato dos jornalistas da coletânea. No entanto, é apenas no relato de José Carlos de Assis sobre uma matéria publicada em 1982, na *Folha de S. Paulo*, que há uma menção direta ao jornalismo investigativo:

A *Folha* exigia que, em qualquer denúncia a ser publicada pelo jornal, o outro lado teria de ser ouvido. Isso era uma espécie de reminiscência (na época, ainda vívida) do método de jornalismo investigativo adotado pelo *Washington Post* no escândalo Watergate, quando toda informação tinha que ser checada por pelo menos três fontes independentes (ASSIS, 2005, p. 304).

Assim como na análise de Waisbord (2000) e na observação do contexto norte-americano, na citação, o discurso do jornalismo investigativo aparece vinculado com uma maior profissionalização do jornalismo, representada pelas técnicas prescritas nos novos manuais de redação dos grandes jornais, dos quais o manual da *Folha* adotado na década de 1980 é um grande exemplo. Antes de nos debruçarmos sobre essa questão, entretanto, é imprescindível falar de uma outra apropriação do “jornalismo investigativo”, cuja localização no tempo é difícil de precisar visto que aparece em diferentes épocas e permanece até os dias atuais.

1.2. Jornalismo investigativo e jornalismo policial: entre crimes, pistas, vítimas e vilões

A referência à ação de investigar que compõe o termo “jornalismo investigativo” talvez seja a principal responsável pela associação quase imediata que se faz entre investigação jornalística e crime e, portanto, entre jornalismo investigativo e jornalismo policial. Porém, partindo para um exame mais aprofundado, identificamos que as associações não param por aí. Mais que isso, podem ser encontradas em todas as (tentativas de) definições dessa especialidade

jornalística e compõem a identidade do repórter investigativo. Fernanda Lopes já chamava atenção para o imaginário que se criava do jornalista a partir do jornalismo investigativo: “O trabalho de investigação carrega a imagem de um profissional com o dever de seguir *pistas* para desvendar algo encoberto ou averiguar se outros agentes sociais estão agindo corretamente”, (LOPES, 2013, p. 110, grifos nossos).

A menção a pistas e rastros e a implicação entre investigação e descoberta/revelação levaram alguns estudiosos da Comunicação a identificarem a atuação do repórter investigativo como a de um detetive, atribuindo a ele o mesmo processo de raciocínio encontrado nos personagens de romances policiais, como Sherlock Holmes. Em geral, essas análises estão fundamentadas no pensamento de C. S. Peirce, especialmente na sua tricotomia (abdução, dedução e indução) que descreve a construção do conhecimento científico. Segundo o autor, na escada do raciocínio científico, a abdução ocuparia o primeiro degrau. Após a observação de um caso particular, o indivíduo seria levado a produzir uma suposição, hipótese ou conjectura que o explicasse. Em seguida, deveria tentar comprovar sua hipótese, extraindo suas consequências lógicas (dedução) e tentar experimentá-la (indução).

Esta suposição, hipótese ou conjectura, ou seja, a abdução, é que caracterizaria o método de um bom investigador. Analisando o jornalismo, a partir da semiótica peirceana, Sandra Moura (2002 apud SEQUEIRA, 2005) defende que é desse tipo de raciocínio que o repórter investigativo se vale na busca por novos ângulos para dar conta de sua investigação⁴⁶.

Para entendermos melhor o argumento, é necessário ter em mente o que exatamente se entende por abdução e o que está aí implícito. Embora esteja situada em uma cadeia de raciocínios lógicos, a abdução não abre mão de seu caráter instintivo, que faz a ponte entre a percepção ou experiência individual e os aspectos do mundo (leis naturais), ocupando um espaço subliminar no pensamento. “Os diferentes elementos de uma hipótese estão em nossa mente antes que conscientemente cogitemos dela, ‘mas, é a idéia de reunir aquilo que nunca antes sonhamos reunir que faz brilhar a sugestão nova diante de nossa contemplação’ (5.181)”. (SEBEOK, 1991, p. 22).

De fato, nas definições de jornalismo investigativo encontramos muitas construções que conversam com o modelo de construção do conhecimento proposto por Peirce e com as características da abdução. Ao buscar definir o jornalismo investigativo como uma categoria

⁴⁶ O manual de jornalismo investigativo de Hunter (2011), mencionado no primeiro capítulo, parece estar fortemente amparado nessa compreensão. Na introdução da obra, por exemplo, o autor explica sua abordagem nos seguintes termos: “Também nos referimos a essa abordagem como a investigação a partir de histórias, porque começamos formulando a história que esperamos redigir como uma hipótese que será ou verificada ou refutada”, (HUNTER, 2013, p. 3).

jornalística, por exemplo, Sequeira pretende também delimitar suas características e formas de atuação. Apropriando-se dos estudos de Lage, Sequeira, então, apresenta uma primeira fase do trabalho jornalístico investigativo da seguinte forma:

Lage define, ainda que rapidamente, as fases em que se processa uma reportagem investigativa, da concepção à publicação. A concepção, na sua visão, pode decorrer de várias experiências: pequenos fatos inexplicáveis ou curiosos, pistas dadas por informantes ou fontes regulares, leituras, notícias novas ou a observação direta da realidade. (SEQUEIRA, 2005, p. 25).

Podemos observar no trecho acima que as características que antecedem e que, ao mesmo tempo, compõem a abdução de Peirce estão aí descritas. Assim, o trabalho do repórter investigativo se iniciaria com um fato curioso, cuja identificação, por si só, já exigiria uma certa sensibilidade do repórter.

A associação entre o repórter investigativo e o detetive (ou entre os métodos de investigação que ambos utilizam), porém, não é feita apenas pelos teóricos, mas também pelos próprios jornalistas. Em entrevista a Sequeira, o jornalista Percival de Souza aproxima o trabalho jornalístico do trabalho de um detetive e ressalta que a reportagem deve trabalhar com uma metodologia especial, cuja guia deve ser a sensibilidade.

Nesse caso, o profissional, como um detetive, lança mão de estratégias, às vezes nada ortodoxas, para conseguir as informações necessárias. “Ele precisa batalhar pela informação, descobrir quem pode desvendar algum fato que está sendo escondido da sociedade e, para isso, usar uma metodologia especial (SEQUEIRA, 2005, p. 63).

Percival de Souza não é o único que defende que o repórter investigativo faz uso de “metodologias especiais” e para isso necessita de sensibilidade. Também citados por Sequeira, o jornalista colombiano Geraldo Reys e a teórica Montserrat Quesada possuem posicionamentos semelhantes. O primeiro define o repórter investigativo como um especialista na montagem de um quebra-cabeça, cujas peças estão dispersas e alguém precisa mantê-las escondidas. “Na visão de Reys, o repórter na sua função investigativa busca informações utilizando o que chama de “olfato inquisitivo”, partindo de suposições, que geralmente são levantadas antes do início da fase de apuração” (SEQUEIRA, 2005, p. 67). Já Quesada enfatiza a importância de uma “intuição”, que não se baseia em metodologia precisa ou lógica, mas sem a qual não se avança no processo de investigação.

Como podemos observar, a “sensibilidade”, o “olfato inquisitivo” e a “intuição” elencados nesses discursos também podem ser vistos como nomes alternativos para o conceito de abdução de Peirce.

Outro fato que pode ser pontuado para demonstrar essa associação frequente do jornalismo investigativo com o jornalismo policial (entendido com o jornalismo feito na editoria de polícia dos veículos) é a existência de uma obra inteiramente dedicada à reportagem policial, *50 anos de crimes: reportagens policiais*, dentro da série de Jornalismo Investigativo editada pela Abraji e pela editora Record.

Ao analisar a cobertura do assassinato do prefeito Celso Daniel, Eduardo Correia (2012) desenvolve um argumento que nos ajuda a fornecer uma primeira explicação para esta identificação entre investigação jornalística e policial. Para o autor, esta relação é estabelecida em virtude da grande influência que as histórias policiais exerceram e exercem no nosso pensamento a partir da propagação do paradigma indiciário, que se firma nas ciências e nos outros campos sociais no final do século XIX.

Dessa forma, o autor define como jornalismo indiciário – e, para ele, o subgênero investigativo é, por natureza, indiciário – aquele que é “baseado em índices e/ou sintomas, que possam estabelecer conexões inferenciais na busca da retratação da realidade dos acontecimentos” (CORREIA, 2012, p. 84). Além disso, Correia elenca outras analogias narrativas que poderiam ser feitas entre o romance policial e o jornalismo (investigativo ou não), como: 1) jornalistas e escritores integram a mesma categoria, a saber, a dos profissionais da nova imprensa moderna; 2) partilham do mesmo público-alvo urbanizado; 3) retratam o cotidiano das cidades; 4) utilizam um modelo narrativo retrospectivo (paradigma indiciário); 5) recortam fragmentos da realidade; 6) apresentam narrativas sequenciadas (folhetim e jornal, por exemplo); e 7) utilizam linguagem jurídico-criminal. Todos esses fatores, levam, então, o autor a defender que:

Diante dos seus saberes profissionais, para o jornalista torna-se então mais fácil compor, dramaticamente, a tessitura da intriga da narração do caso pelo modelo das histórias criminais nos moldes da ficção. [...] E nada mais familiar na comunicação de massa do que intrigas costuradas em meio a roteiros policiais (CORREIA, 2012, p. 108).

Chamar atenção para a familiaridade da narrativa policial é providencial para a compreensão da apropriação do discurso do “jornalismo investigativo” como sinônimo de jornalismo policial. Em primeiro lugar, ela dá uma nova perspectiva para a menção recorrente que se faz a “procurar pistas”, “seguir rastros”, “desvendar um mistério” e “revelar o oculto”. Como vimos, os próprios jornalistas reforçam essas ideias como forma de valorização da profissão ou de alguns recursos e conhecimentos acumulados ao longo de suas trajetórias profissionais. No caso de Percival de Souza, por exemplo – citado em pelo menos duas obras

de jornalismo investigativo (LOPES; PROENÇA, 2003, SEQUEIRA, 2005) – isto pode ser ilustrado na defesa de que a técnica policial de investigação é indispensável para se obterem bons resultados no trabalho jornalístico. Levando em consideração que este jornalista em particular é conhecido por anos de atuação como repórter de polícia do *Jornal da Tarde* e que realizou investimentos nessa área (“estudou Direito, Criminologia, aspectos específicos da violência e do Direito Penal, ciência penitenciária, fármaco-dependência...”, (MELO; SILVA, 1991, p. 99).), não surpreende que sua fala tenda a reforçar o imaginário do jornalista como detetive e a valorizar os saberes policiais que ele próprio detém. De forma semelhante, Antonio Carlos Fon, jornalista da mesma equipe de Percival de Souza no *Jornal da Tarde*, defende que:

A confusão entre Jornalismo Investigativo e reportagem policial existe porque, até meados da década de 1960, o Jornalismo Investigativo no Brasil estava, com raras exceções, confinado à reportagem policial. Somente após 1978, com a absorção das técnicas dos serviços de informação, é que o Jornalismo Investigativo se expandiu para as outras editorias (MERKX, 2003, p. 88).

A fala do jornalista, ao mesmo tempo em que marca uma tentativa de valorização profissional, pode ser reveladora de um outro aspecto da herança do romance policial no jornalismo. Como já defendiam Ettema e Glasser (1988), as convenções narrativas do jornalismo servem para indicar os tipos de verdades que podem ser contadas e, analisando mais detidamente a coletânea de reportagens policiais organizada pela Abraji, percebemos que a narrativa jornalística policial veiculada dos anos 1850 até o fim da ditadura militar raramente tem a própria polícia no papel de vilã. Dos 19 casos selecionados para a coletânea, apenas quatro mencionam a polícia ou seus agentes no título e, em uma delas, ela não se encontra no papel de vilã (*Cara de cavalo: a perseguição e a morte do bandido que matou o policial*). O próprio organizador da obra chama atenção para esse fato em sua introdução:

De um modo geral, o crime dos anos 50 e 60 tendia à individualização, o medo tinha nome ou, pelo menos, um apelido. Era como se cada um daqueles episódios fosse considerado um desvio, uma anomalia que poderia ser isolada – com a prisão ou morte do bandido, tudo voltaria ao normal. Essa percepção muda ao longo das décadas seguintes, não há mais o inimigo público número 1, o “Mineirinho”, o “Bandido da Luz Vermelha”, mas os esquadrões, as falanges, os comandos, as milícias (MOLICA, 2007, p. 11).

Para o autor, essas mudanças se devem a complexificação do crime. E acrescenta:

Nesta evolução, outro detalhe fica evidente. A polícia, antes vista pela imprensa – com exceções de praxe – quase como sinônimo do bem e da ordem, passa, ao longo dos anos, a disputar com criminosos comuns o lado de lá do ringue. Uma certa

convivência com práticas irregulares cometidas por policiais é, aos poucos, substituída pela denúncia sistemática dos abusos cometidos por integrantes das diversas corporações (MOLICA, 2007, p. 11).

A proximidade ou a convivência entre jornalistas e policiais também pode ser observada na fala dos jornalistas. Percival de Souza, que aparece como autor de reportagens sobre dois casos selecionados naquela coletânea, por exemplo, ao relembrar a produção da reportagem sobre o esquartejador apelidado de Chico Picadinho, faz várias referências ao seu contato com a polícia, como em “Não demorou muito tempo e o delegado Liberatori, chefe do 3º Distrito Policial, disse-me que o assassino estava identificado” ou em “Ele [o delegado] me telefonou, achando que estavam querendo me ‘derrubar’, e disse que, se eu quisesse, faria a entrevista no dia seguinte, sozinho” (SOUZA, 2007, p. 153-154). Em outra entrevista do mesmo jornalista, ele também faz referência ao seu contato e admiração pela instituição: “Eu admiro o pessoal da Homicídios. Na maioria das vezes, um cadáver é o ponto de partida. Aquilo que eu fiz com o maço de cigarro eu aprendi com o pessoal da Homicídios” (SOUZA apud LOPES; PROENÇA, 2003, p. 44).

A aproximação entre a polícia e os jornalistas também explica o fato de a instituição ser uma das fontes privilegiadas do jornalismo brasileiro, que já contribuiu para inúmeros furos jornalísticos. No entanto, ao longo das apropriações do discurso do “jornalismo investigativo”, percebemos que a utilização das fontes oficiais passa a ser vista com mais suspeita ou, de certa forma, passa a ser negada/minimizada em detrimento da iniciativa do repórter.

Ainda no que diz respeito à reportagem policial, ao citar reportagens brasileiras que se tornaram referência de jornalismo investigativo, Castilho (2010) cita a cobertura do assassinato de Cláudia Lessin pela *Veja*. A reportagem, que foi premiada com um Esso em 1977, teria sido a responsável por mostrar que Cláudia não morreria de overdose, como concluía a polícia, mas fora assassinada pelo milionário Michel Frank. O jornalista Amicucci Gallo, responsável juntamente com Valério Meinel pela cobertura do caso para a *Veja*, faz um pequeno relato desse trabalho na coletânea da Abraji.

Logo no início do texto, o jornalista declara que, quando começaram a apuração, ele e seu parceiro já tinham uma hipótese: “Nosso objetivo era provar que o milionário Michel Frank, um dos suspeitos, era de fato o assassino da jovem e impedir que ele ficasse impune”, (GALLO, 2007, p. 261). Por esta citação, e outros trechos que a seguem, percebemos que os jornalistas se colocavam na mesma posição que os investigadores e tinham por missão não apenas divulgar os detalhes do caso para o público, mas desvendar o verdadeiro culpado do crime. Não fica claro, entretanto, como eles teriam chegado à hipótese de que Frank era o culpado.

Neste mesmo relato – que presumimos ter sido escrito no momento da publicação da coletânea, isto é, por volta de 2007 – o jornalista também chama atenção para a não utilização de fontes policiais, em “Assim foi encerrada uma reportagem que não partiu de suposições, nem contou com fontes na polícia. Um trabalho de integração total entre repórter e repórter fotográfico que pretendeu quebrar a impunidade de um crime”, (GALLO, 2007, p. 263). Porém, ao estudarmos a reportagem, não é preciso ir muito longe para chegar ao trecho em que se lê: “[...] na semana passada, uma importante fonte policial informou a VEJA que o laudo cadavérico revela que Cláudia Lessin Rodrigues realmente foi assassinada por espancamento [...]”, (MOLICA, 2007, p. 266). Este não é o único trecho em que a relação da revista com a polícia é mencionada (“o fato foi confirmado por VEJA junto à polícia”), o que nos leva a fazer uma outra interpretação da apuração da reportagem e do relato da apuração pelo jornalista. O que nos parece é que a hipótese dos jornalistas estava em grande parte fundamentada pelas informações que haviam recebido desta “importante fonte policial”. E que a negação da participação da polícia na resolução do crime e exposição do culpado é uma representação que se constrói a posteriori com vistas a valorizar a atuação dos repórteres nessa investigação.

Outro fator que pode ser pontuado a partir dessa cobertura de *Veja* é o da polarização da narrativa entre vítimas e vilões, como autores estrangeiros já haviam identificado no jornalismo investigativo inglês e norte-americano (BURGH, 2008; ETTEMA & GLASSER, 1988). Em um parágrafo da reportagem, os jornalistas chegam a sugerir que a personalidade de Michel Frank já seria suficiente para que ele fosse considerado suspeito:

As informações que circulam pela noite carioca compõem um personagem violento e imprevisível, conhecido pelo apelido de “Furacão Branco”. Sobrinho do cineasta e produtor Pedro Rovai, Frank parece, aliás, ter saído de uma das pornochanchadas do tio, onde os figurantes são sempre obcecados pelo “embalo” e atrofados emocionalmente. De qualquer forma, no final de semana, a polícia ainda não havia decidido apontá-lo como principal suspeito, por falta de provas (MOLICA, 2007, p. 268).

Nas duas primeiras histórias reunidas na coletânea que datam da década de 1980, *Tiroteio na Ilha*, a “*Falange*” mostra as garras e *Mariel*, sangue nas páginas, as reportagens continuam o modelo: utilizam predominantemente fontes policiais e apresentam um texto que parece apenas relatar os acontecimentos, especialmente no caso do tiroteio. É somente a partir da história *Dona Marta: a guerra acorda a Zona Sul*, de 1987, que se começam a fazer referências mais diretas aos métodos diferenciados de investigação jornalística, como o jornalista infiltrado. No texto em que relembra a cobertura do caso, o jornalista Luarlindo Ernesto conta algumas curiosidades de sua vida como infiltrado na favela Dona Marta, chama

atenção para o perigo da infiltração de um repórter, mas não explica o que a reportagem pretendia revelar. Na reportagem que é apresentada na coletânea, Luarlindo fala brevemente da disputa entre traficantes que sacudia o morro e foca em curiosidades do tráfico (a senha da maconha e da cocaína) bem como em perfis curtos de moradores e dos problemas que enfrentavam com a disputa e a ocupação da Polícia Militar. Nesse caso, o repórter se aproxima mais do ideal do “observador participante” – e, não, do “vigilante do poder” que mais tarde passou a caracterizar o jornalismo investigativo – que marcou o imaginário profissional desde o início do século XX, e ainda traz consigo o ideal de descobrir o Brasil e tornar outros brasileiros conhecidos dos leitores.

A partir dos anos 1990, ocorre a mudança apontada por Molica (2007) e a polícia passa a disputar o papel de vilã juntamente com assassinos, assaltantes de banco e traficantes de drogas. Segundo o autor, isso se deveu a uma complexificação do crime, no entanto, este deslocamento do crime individual para o crime organizado aparece também em histórias dos anos 1980. A inclusão da polícia no lado de lá da narrativa do crime, porém, implica mudanças que, tomando como base a análise dessa coletânea, se refletem na própria prática profissional. Já na primeira história da década de 1990 selecionada, que ainda não veicula denúncias sobre a polícia, o relato do jornalista assume um tom mais profissional, mencionando a diversidade de fontes consultadas e os diferentes momentos de apuração (ida a favela, ida a uma boca de fumo, entrevista de um traficante no presídio). As histórias que vem na sequência, então, passam a relatar as mesmas práticas, com um novo componente: para denunciar a polícia, o jornalista tem cada vez mais que recorrer a fontes fora da instituição. As informações apresentadas na reportagem, portanto, passam a depender em maior grau da própria investigação jornalística, como podemos perceber pelo relato da jornalista Hilka Telles:

Durante um mês dediquei-me exclusivamente a investigar os bens de inspetores e detetives. Concentrei-me nas delegacias especializadas e na chefia de polícia. Trabalho de formiguinha: anotava as placas dos carros de luxo que estacionavam nas imediações e checava com minhas fontes a quem pertenciam (TELLES, 2007, p. 372).

Além de reunir provas com sua ação direta, os jornalistas também relatam as tentativas de acesso a bancos de dados da polícia e suas dificuldades:

[M]ais difícil do que pesquisar foi conseguir a autorização para olhar as ocorrências. Classificados como sigilosos, inquéritos e sindicâncias são mantidos sob segredo e só o conhecimento com sindicantes e chefes de cartórios me possibilitaram abrir as portas e analisar as ocorrências (BARROS, 2007, p. 394).

A extensão dos dados consultados também passa a ser mencionada nos relatos que antecedem as reportagens (“pesquisamos mais de cinco mil registros de ocorrências de 37 delegacias”, AQUINO, 2007, p. 413.).

Como podemos perceber, esses relatos se aproximam muito mais do imaginário de jornalismo investigativo que circula atualmente e que acreditamos ser herança do ideal de jornalismo investigativo moderno norte-americano (isto é, aquele que se desenvolve a partir da década de 1960). As reportagens que denunciam a corrupção policial e, mais frequente, a ação violenta da instituição se aproximam das histórias seguintes da coletânea pelo fato de todas poderem ser caracterizadas como denúncias de infração dos direitos humanos. Esse tema é um dos que, como sugere Waisbord (2000), passa a predominar no jornalismo investigativo sul-americano e, por sua vez, data precisamente da década de 1990, quando os regimes militares haviam acabado na maior parte dos países e, portanto, havia mais autonomia e possibilidade de acesso a informações.

Outra mudança que podemos perceber nesta década, a partir do estudo da coletânea de reportagens policiais da Abraji, está na biografia dos jornalistas. Até os anos 1980, a biografia dos jornalistas cita sua iniciação em jornais com idades de até 14 anos. Entretanto, a partir da biografia de Renato Garcia, responsável por uma série de reportagens sobre o narcotráfico em 1992, as biografias passam a incluir o ano de conclusão da graduação em jornalismo, um dos indicativos dos processos de profissionalização pelos quais o campo passou.

Em suma, a crença e a defesa de que o jornalismo policial foi a primeira forma de prática do jornalismo investigativo no Brasil, localizada em “meados dos anos 1960”, ou a confusão recorrente que se faz entre os dois discursos pode ser explicada por diversos aspectos. Seja pelas influências que estruturas narrativas do romance policial exercem sobre a produção cultural moderna, da qual o jornalismo é parte; seja pelas lutas internas ao campo e as tentativas de seus agentes de valorizar/consagrar determinados saberes; seja, ainda, pela posição de menor reconhecimento profissional que a editoria de polícia ocupava no campo jornalístico no período da ditadura militar, que pode ser ilustrada pelo seguinte comentário de Caco Barcelos:

Eu comecei nos anos mais negros da ditadura militar, durante o governo Médici. Quem quisesse contar a verdade dos fatos, como é nossa obrigação, se debatia com mil dificuldades com a censura. Os censores controlavam sobretudo o noticiário das áreas de Política e Economia. Em poucos meses de trabalho deu para perceber que as notícias policiais não eram controladas com o mesmo rigor. E não só pelos censores. Também os patrões e os próprios jornalistas marginalizavam a atividade, tinham preconceito. E isso representava uma patrulha mínima, quase tudo passava sem cortes. A censura ou autocensura nessa área só era aplicada quando o assunto era repressão política. Dessa relativa liberdade de ação – embora não seja o único motivo – nasceu

meu interesse pelas reportagens sobre violência e injustiça social (PAULICS, 1991, p. 35).

Uma das explicações para a reportagem policial ter desfrutado de mais autonomia durante o período de repressão, novamente, diz respeito às verdades que poderiam ser contadas a partir daquele local de produção jornalística. O reposicionamento da instituição policial nas narrativas dessa área, portanto, marca também o reposicionamento dessas reportagens em relação à esfera do poder. A partir desta constatação, cabe a nós nos indagarmos se são os métodos profissionalizados e especializados do jornalismo que podem definir uma reportagem enquanto investigativa ou se essa definição não estaria profundamente relacionada com a posição da informação/conteúdo em relação às temáticas permitidas ou interditas pela esfera do poder.

1.3.O jornalismo investigativo e a profissionalização

Para nos aprofundarmos na compreensão das apropriações do discurso do jornalismo investigativo no Brasil e entender esses deslocamentos de agendas (da ênfase no engajamento/missão do jornalista para a no método, por exemplo) e até de concepções de jornalismo, é necessário, então, tratarmos um pouco mais detidamente do processo de profissionalização do jornalismo no país.

No capítulo anterior, dissertamos brevemente sobre a formação histórica do jornalismo brasileiro e, sobretudo, sobre o processo de modernização da imprensa a partir da década de 1950. A modernização das empresas de comunicação tem papel fundamental no processo de profissionalização da atividade jornalística, sendo, inclusive, um momento fortemente marcado pelas disputas internas referentes ao saber-fazer específico da atividade. No entanto, podemos considerar que os primeiros passos no processo de profissionalização do jornalismo ocorrem já com a criação de entidades de representação da categoria, como a Associação Brasileira de Imprensa, em 1908, mas se torna mais concreto na década de 1930. Nesta pesquisa, trabalhamos com um entendimento de profissão que articula o conceito do sociólogo Freidson com o de Bourdieu. Segundo o primeiro,

Podemos definir a profissionalização como um processo pelo qual uma ocupação organizada, geralmente mas nem sempre por alegar uma competência esotérica especial e cuidar da qualidade de seu trabalho e de seus benefícios para a sociedade, obtém o direito exclusivo de realizar um determinado tipo de trabalho, controlar o

treinamento para ele e o acesso a ele e controlar o direito de terminar e avaliar a maneira como o trabalho é realizado. (FREIDSON, 1988 apud BARBOSA, s/p).

No entanto, a exemplo de Coradini (2005), acrescentamos à noção de profissão como ocupação organizada as colaborações de Bourdieu. Trata-se, assim, de apreender as estruturas de capital e princípios de legitimação que estão na base da formação e institucionalização de uma determinada atividade.

Se pensarmos em controle de treinamento e condições de acesso a uma atividade, podemos considerar que o processo de profissionalização do jornalismo brasileiro se inicia em 30 de novembro de 1938, com a criação da primeira legislação da profissão pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas. Esse Decreto regulamentava as condições de trabalho no jornalismo, definia as principais funções ocupadas pelos jornalistas e, principalmente, tinha por objetivo, registrar e cadastrar os ‘homens de imprensa’ no Ministério do Trabalho.

De acordo com o trabalho de Petrarca (2008), um dos aspectos centrais que se deve ter em mente para entender o processo de profissionalização do jornalismo no Brasil é a fundamental relação deste processo com a esfera da política, pois, como defende a autora, “[...] as profissões destacaram-se mais pela possibilidade de influenciar o Estado por meio do seu conhecimento especializado do que pela possibilidade de estabelecer um monopólio de mercado”, (PETRARCA, 2008, p. 92). Petrarca argumenta que, enquanto a bibliografia da Sociologia das Profissões aponta que a construção de uma política própria é uma forma de proteção profissional dos interesses específicos do mundo da política, em nosso país, o processo de profissionalização envolveu tanto o Estado (e o corporativismo proposto pelo Estado Novo é um exemplo desta tendência) quanto os seguimentos sociais de elite. Na década de 1930, então, a profissionalização do jornalismo tinha menos a ver com uma reserva de mercado, que com uma tentativa de organização para influenciar na construção política do país.

Os grupos profissionais, e, dentre eles o do jornalismo, reivindicaram uma condição de elite, uma vez que cabia a eles a organização da nação. Essa geração herdou, daquela que a antecedeu, a idéia *[sic]* de que sua missão era, antes de tudo, política, e que era preciso colocar-se a serviço do Estado Nacional. Esse sentido de missão mostra o processo de conversão dos membros de profissões, nesse caso, os jornalistas, em agentes políticos (PETRARCA, 2008, p. 85).

No caso do jornalismo brasileiro, que desde a sua fundação esteve intimamente imbricado à esfera política, a “conversão dos membros de profissões em agentes políticos” a que se refere a autora se justifica pelo próprio cenário do Estado Novo, que delegou funções públicas aos membros de profissões específicas e “traduziu-se ainda em redes institucionais,

permitindo que as elites mais diversas, por meio de conselhos técnicos, entidades, associações e sindicatos, encontrassem uma maneira de atuar na esfera estatal”, (PETRARCA, 2008, p. 88).

Outros decretos são criados após 1938 (como os de 1943, 1944, 1961, 1962, 1963), repetindo as regulamentações daquele primeiro e enquadrando novos agentes no cenário profissional do jornalismo (locutor de rádio, fotógrafo, etc.). O Decreto de 1943 também adicionava a criação dos cursos de jornalismo no ensino superior. A grande mudança veio com o Decreto-Lei Nº 972, de 17 de outubro de 1969, que estabeleceu a obrigatoriedade do diploma de curso superior de jornalismo para o exercício da profissão, o que, por sua vez, teve forte papel de valorização dos cursos de jornalismo.

A formação específica em jornalismo também tem grande importância no processo de profissionalização da atividade e não deixa de refletir as particularidades do cenário nacional. Em 1935 foi criado um curso superior de jornalismo na Universidade do Distrito Federal, logo desfeito com a extinção dessa universidade durante a ditadura do Estado Novo. Em 1943, Vargas cria o curso de jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia, mas o curso só é inaugurado em 1948. De tal forma que o primeiro curso superior de jornalismo é criado por uma instituição particular, a Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, fundada em 1947. Neste período, os cursos de jornalismo criados tinham uma forte tendência humanística e, em seus objetivos, demonstravam o compromisso com a construção do Estado Nacional. É o que podemos observar nos objetivos do curso da Cásper Líbero:

[...] objetivo patriótico, de iniciativas e campanhas por São Paulo, pelo Brasil, pela justiça, pelos nobres ideais, pela cultura e grandeza de nossa Pátria, servindo-se para isso de A Gazeta, do seu auditório, de seu Rádio e dos recursos do patrimônio que a dota; b) objetivo cultural, de criar e manter uma escola de jornalismo e ensinamento de humanidades, particularmente português, prosa, estilo, literatura, eloquência *[sic]*, história e filosofia, em cursos de grandes proporções, a começar pelo secundário e finalizar pelo superior; c) objetivo jornalístico, consistente em assegurar e desenvolver o nome, futuro, prosperidade econômica e prestígio de A Gazeta, mantendo-a órgão da genuína opinião pública e interesses da Pátria, aparelhada dos inventos e aperfeiçoamentos que o progresso for engendrando, fidelíssima da fundação (HIME, 2005 apud PETRARCA, 2008, p. 89).

A formação humanística predomina nos cursos de jornalismo até, pelo menos, 1966, ano de instituição do segundo currículo mínimo. Segundo relata Lopes (2013), o currículo mínimo anterior, de 1962, era alvo de várias críticas devido à escassez de disciplinas mais técnicas. Com o novo currículo, a duração do curso é ampliada para quatro anos e a formação especializada passa a receber mais destaque, o que, por sua vez, gerou críticas por uma

“tendência à tecnificação”, atribuída à crescente influência do jornalismo norte-americano no país⁴⁷.

A consagração da perspectiva de ensino norte-americana, de acordo com a análise de Lopes (2013), se deu no currículo de 1969, que transformou o jornalismo em uma habilitação do curso de Comunicação Social. Este novo currículo também mobilizou muitas discussões e disputas. De um lado, permaneciam as críticas de que o curso de jornalismo tinha um caráter muito teórico e precisava ser complementado pela prática profissional em empresas. De outro, alguns pesquisadores, como Gaudêncio Torquato (1979 apud LOPES, 2013) questionavam a adoção dos parâmetros norte-americanos, especialmente na parte técnica, que pensavam o jornalismo dentro de grandes organizações. Essa visão não era partilhada pelas empresas de jornalismo que, em sua maioria, não pareciam satisfeitas com o ensino nos cursos superiores e, desde os anos 1950, organizavam cursos próprios em suas redações. Além deste currículo mínimo de 1969, outros dois se seguiram durante o regime militar (1977 e 1984). Como explica a autora:

O período [ditadura] é extremamente rico para a história do jornalismo no país no que diz respeito ao reforço e à reorganização de valores, fazeres e saberes que foram cultivados em virtude dos contextos de vivência da profissão naquele contexto. Muito do que o grupo dos jornalistas experimentou naquele período constitui matéria-prima para algumas marcas no *habitus* e na memória desses profissionais (LOPES, 2013, p. 102).

O esforço de reorganização da representação dos jornalistas mencionado por Lopes vai ao encontro da investigação de Petrarca sobre o processo de profissionalização do jornalismo brasileiro. De acordo com esta segunda autora, o conhecimento científico e especializado passa a ser ressaltado entre as profissões, a partir da década de 1960, em detrimento do ideal antigo de construção da Nação.

As estruturas institucionais, como a universidade e as faculdades, cujos investimentos cresceram nesse período, bem como a ideologia profissional e a recorrência ao “discurso competente”, serviram ao mesmo tempo para legitimar posicionamentos em favor da liberdade de participação e da democracia, constituindo-se como uma maneira transfigurada de apoiar abertamente um discurso em defesa da livre expressão e manifestação (PETRARCA, 2008, p. 90).

⁴⁷ A influência norte-americana não se deu apenas de maneira indireta, mas também direta, por meio do Centro de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina (Ciespal) que influenciaram muitos dos parâmetros de ensino de jornalismo nas décadas de 1960 e 1970 (Ver LOPES, 2013).

É nesse contexto que, especialmente após 1968 (PETRARCA, 2008), os princípios de objetividade e neutralidade no trabalho jornalístico passam a ser defendidos, seja por aqueles que defendiam uma postura desengajada e distante de causas políticas quanto por aqueles que defendiam o conhecimento especializado como fundamental para uma visão mais crítica e para a capacitação do jornalista como “formador de opiniões”. No primeiro polo, encontramos os jornalistas que geralmente ocupavam cargos e funções em empresas jornalísticas estabelecidas (“grande imprensa”); enquanto no segundo encontramos os agentes da imprensa alternativa⁴⁸ e sindical, que representou um dos núcleos fundamentais de resistência ao regime ditatorial. É importante notar que a defesa da objetividade e do desengajamento também representou uma forma de resistência dos grandes jornais de circulação nacional às restrições do período, visto que ao enfatizar que o jornalismo se baseava em fatos e, não, em opiniões, eles reivindicavam mais liberdade para a realização do trabalho jornalístico. Dessa forma,

Os manuais de redação, denominados *stylebooks*, fizeram parte das estratégias dos conglomerados jornalísticos nos Estados Unidos para vencerem a concorrência (RIBEIRO, 2003), mas, no Brasil, constituíram-se como uma das estratégias adotadas pelas empresas para vencer as limitações dadas aos jornais no momento do tolhimento da liberdade de imprensa e da ditadura militar (PETRARCA, 2008, p. 91, grifos do autor).

Apesar de observarmos que os ideais de objetividade e neutralidade já vinham ganhando espaço no discurso jornalístico brasileiro – desde a fase do início de sua modernização gráfica e administrativa na década de 1950 e mais ainda com a propagação dos cursos superiores de Jornalismo e a influência do Centro de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina (Ciespal), como relata a bibliografia nacional consultada –, de acordo com a reconstrução histórica que Silva (2005) faz do processo de implantação do Projeto *Folha* (reforma editorial que tinha como objetivo normatizar a prática e o texto jornalístico no jornal *Folha de S. Paulo*), em meados de 1984, a adoção desses ideais na prática jornalística ainda era muito polêmica. Segundo relembra Silva, com o fim da censura prévia na metade da década de 1970, o jornal começa a ampliar sua influência sobre os leitores, se constituindo como um jornal de resistência ao regime militar. Essa ampliação se deveu, em grande parte, à sensibilidade do jornal em perceber o desejo do público. “A consagração desse processo de convergências de opiniões entre a sociedade e a *Folha* se deu entre janeiro e abril de 1984, com a campanha das Diretas-já”, (SILVA, 2005, p. 54). Ainda segundo o mesmo autor, a direção do jornal

⁴⁸ Para um estudo detalhado da atuação da imprensa alternativa na ditadura militar, seus veículos e agentes, ver KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.

adivinhandando que, com a redemocratização, perderia a unanimidade entre os leitores, à época unidos contra o inimigo comum que era o regime militar, decidiu, então, realizar uma reforma editorial que se pautava em uma visão da notícia como mercadoria e que determinava normas a serem seguidas com o objetivo de manter um determinado padrão de qualidade.

Retomar brevemente os conflitos que eclodiram em virtude desse redirecionamento do jornal é um exercício muito rico para observarmos as concepções que o jornalismo que estavam em disputa ainda na década de 1980, mais precisamente, após maio de 1984, período no qual o Projeto *Folha* entrou em vigor. Como é de conhecimento dos estudiosos da área do jornalismo, a *Folha de S. Paulo* tem sua história marcada por muitas disputas com os sindicatos e entidades de representação dos jornalistas, seja por períodos como o da instituição da obrigatoriedade do diploma, a qual ela se opôs declaradamente, seja pelas demissões em massa que a implantação do Projeto *Folha* ocasionou e que ficaram registradas na história desta categoria profissional. Assim, o período que aqui tratamos, o de implantação da reforma editorial, foi marcado especialmente pelo embate entre a direção do jornal e as entidades de representação profissional dos jornalistas. O embate, como justifica Silva (2005), dizia respeito principalmente, à uma visão ideológica do jornalismo, que o jornal tentava extinguir, se não, amenizar.

Os ataques são justificados pelo estilo de administrar a Redação, considerado “desumano”, “burocrático”, “insensível”, e pelo argumento de que a linha editorial obedece não a convicções político-ideológicas, mas sim as razões de mercado, tidas como indignas por boa parte dos jornalistas que condenam a própria existência de uma sociedade de mercado (SILVA, 2005, p. 57).

Como podemos perceber por essa citação, as questões que estavam em jogo, assim como no início da implantação de medidas modernizadoras em 1950, diziam respeito ao texto jornalístico (à liberdade ou não de escrita do jornalista) e ao papel do jornalismo/jornalista (formador de opinião ou mediador). Havia ainda críticas, como a de Medina (1981 apud SILVA, 2005, p. 62), feitas à importação indiscriminada de equipamentos e modelos de organização jornalística dos Estados Unidos, que acabam por expor a leitura que era feita das iniciativas reformadoras: uma iniciativa para “transformar uma Redação de jornal de meio de boêmia e sarau literário em meio de produção industrial”.

Em defesa do jornal e da implantação do Projeto *Folha*, seus idealizadores argumentavam que procuravam independência do estado pelas vias do mercado.

Quem não depende exclusivamente do mercado para sobreviver não precisa aparelhar-se como empresa moderna e, ao mesmo tempo, pode usufruir prestígio entre os profissionais que lhe prestam serviço através de concessões às reclamações de

“respeito à espontaneidade”, “calor humano nas relações” e outras (SILVA, 2005, p. 60).

A busca da independência financeira do estado ou, pelo menos, de uma política editorial apartidária foi um investimento da *Folha de S. Paulo* desde antes da redemocratização. Talvez prevendo a nova configuração de polarização política que a democracia traria, desde o início dos anos 1980, circulavam, na redação, documentos internos do Conselho Editorial, como o de março de 1982, intitulado “A *Folha* em Busca do Apartidarismo, Reflexo do Profissionalismo” (SILVA, 2005).

Atualmente, é possível afirmar que o Projeto *Folha* não foi apenas um sucesso dentro do jornal – que, em março de 1995, “atingiu a circulação paga de 1,6 milhão de exemplares, a maior da história da imprensa brasileira” (SILVA, 2005, p. 29) – mas também fora dele, visto que as normas do projeto se tornaram padrão, foram absorvidos por todos os grandes jornais do país e representam basicamente as práticas do jornalismo profissional relatado por autores como Tuchman (1993) e Schudson (2005).

O fortalecimento do discurso profissional, que durante o processo de implantação do Projeto *Folha* era identificado como a formulação de uma *ideologia propriamente jornalística*, também esteve ligado, como vimos a partir da análise de Petrarca (2008), com o crescimento das instituições de ensino superior em jornalismo. Segundo relembram Kucinski e Lima (2009), o primeiro *boom* das escolas de jornalismo no Brasil ocorre no final da década de 1960 e durante os anos 1970. O que coloca em evidência o fortalecimento de outras forças dentro do campo político:

Além disso, esse período coincide, dentro do regime militar, com a institucionalização das relações públicas, em nível de Estado. É a época da famosa AERP [Assessoria Especial de Relações Públicas, criada em 15 de janeiro de 1968] do coronel Octávio Costa. E os órgãos públicos começam a fazer relações públicas. Com os profissionais de RP, os assessores de imprensa também começam a ser necessários. Surgem, então, as carreiras dentro do funcionalismo público. [...] Esse é o período do *boom* dos cursos de jornalismo, sobretudo nas escolas privadas, que começam a fornecer esses profissionais ao mercado de trabalho. (KUCINSKI; LIMA, 2009, p. 31-32).

O crescimento da figura do assessor de imprensa dentro do campo jornalístico também pode ser ilustrado pelas legislações que marcam o final da década de 1970 e início da de 1980. O Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979, por exemplo – que dá nova regulamentação ao Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969 – faz alterações que acabam por reconhecer as atividades das assessorias de imprensa como jornalísticas. Reservando esse mercado – pelo menos no que diz respeito às tarefas de “redação, condensação, titulação, interpretação,

correção ou coordenação de matéria a ser divulgada” (BRASIL, 1979) entre outras – aos profissionais diplomados em jornalismo. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros em vigor desde 1987 e reformulado em 2007, conforme já apontado por alguns autores brasileiros (KUCINSKI; LIMA, 2009, BUCCI, 2012), também traz em seu texto a particularidade de ser um código de ética que visa a contemplar tanto jornalistas quanto assessores de imprensa.

O fenômeno das assessorias de imprensa ou da “mídia das fontes”, como prefere SANT’ANNA (2006), é muito importante para a compreensão do cenário jornalístico brasileiro, visto que, já em 1986, o setor de comunicação institucional do setor privado era responsável pela contratação de um número equivalente ao total de jornalistas trabalhando nas mídias tradicionais (rádios, TVs, jornais e revistas).

Cerca de dez mil profissionais de cada lado do balcão, alguns dos dois lados, simultaneamente. Jornalistas que no passado foram excelentes repórteres de Saúde, de Educação, especializados em questões jurídicas, ambientais, indígenas e mesmo na área econômica e política, continuaram a atuar na mesma temática, mas do outro lado da notícia (SANT’ANNA, 2006, p. 16).

Dos anos 1980 para cá, diversas práticas de precarização da profissão foram se tornando visíveis (como a cada vez mais rotineira contratação de estagiários, *freelancers* e PJs). Sant’Anna conseguia apontar essa mudança no mundo do trabalho jornalístico já em 2001, com dados do Ministério do Trabalho que demonstravam que, para os 2.245 jornais existentes, para citar um exemplo, haviam 7.715 jornalistas formalmente contratados. Fazendo uma divisão desses números, o resultado é a existência de 3,44 jornalistas por jornal. Em contraposição, fora das redações, o setor privado empregava 7.717 jornalistas (35,96% dos jornalistas formalmente contratados) e o número poderia ser ainda maior:

Mesmo desconsiderando o volume de jornalistas que atuam no setor de forma precária, mas levando em conta uma estimativa das organizações sindicais de que o setor público emprega no Brasil, pelo menos, 20.000 jornalistas, chegaríamos a um volume superior a 27.000 pessoas atuando nos serviços de imprensa, públicos e privados (SANT’ANNA, 2006, p. 23).

Pontuadas essas questões, se somarmos o fortalecimento do “discurso competente” e da busca pela profissionalização – seja por meio do *boom* das escolas de comunicação ou pela modernização e reformulação editorial da imprensa –, o cenário de atuação profissional que contava com um novo e importante agente e as modificações significativas no cenário político nacional encontramos um campo jornalístico estremecido por diversas disputas internas. E é

em relação a essas disputas que o discurso do jornalismo investigativo deve ser situado para caminharmos em sua compreensão.

Este cenário e, neste caso, especialmente os conflitos que se manifestaram em relação ao Projeto *Folha* e a oposição de um jornalismo engajado e outro “empresarial” explicam em grande medida a apropriação feita por Dines (1986) e Faro (1999) do jornalismo investigativo como sinônimo da grande reportagem. Como vimos, a apropriação dos autores não delimita métodos específicos a reportagem investigativa, mas, sobretudo, parecem defender o tipo de jornalismo que acreditavam estar ameaçado pelo novo modelo. O texto de Dines é muito rico nesse sentido, além das citações que utilizamos no primeiro tópico, o autor mobiliza uma série de discursos que dialogam com todas as ebulições que marcaram o jornalismo brasileiro nos anos 1970 e 1980. Ao mesmo tempo em que fala de um jornalismo que luta e se compromete, o autor também faz coro aos ideais de objetividade que circulavam na época: “E desde que o jornalista adote o princípio filosófico de que qualquer questão oferece duas perspectivas [...] e entenda que a boa reportagem é justamente aquela que consegue apresentá-las com equidistância, manter-se-á a objetividade e um bom padrão ético”, (DINES, 1986, p. 92).

O autor também reconhece o impacto das assessorias de imprensa e atribui a ela e ao autoritarismo do regime militar, o fechamento das fontes ao trabalho individual de cada repórter e, de certa forma, o abandono do jornalismo investigativo. Ao mesmo tempo em que diagnostica o fim do jornalismo investigativo, o autor defende que ele pode ser uma das ferramentas “de uma nova atitude profissional”:

Da sua devida utilização, poderemos voltar ao jornalismo *de campo*, em oposição ao jornalismo *de gabinete*, que, na última década, dominou nossas redações. Esse jornalismo ativo representará fatalmente a revalorização do repórter. Isto significa um pouco mais do que creditar suas matérias. Quando tivermos todos os repórteres escrevendo a versão final dos seus textos (o *copy* sendo a última revisão e fiscalização), teremos então o jornalismo personalizado singular (DINES, 1986, p. 95, grifos do autor).

Nesta citação, o autor fala inclusive de um “jornalismo ativo”, reproduzindo um dos discursos mais frequentes nas discussões do jornalismo investigativo. O destaque do papel ativo aqui é explicado pela própria oposição de que se vale o autor entre o “campo” e o “gabinete”. Essa oposição marca um lugar de fala do jornalista em relação, principalmente, às assessorias de imprensa. Aliás, esta associação do jornalismo investigativo com o reforço de um papel ativo do repórter pode ser entendida até hoje como uma relação de oposição à prática das assessorias de imprensa e à proliferação de *releases* e informes institucionais que passaram a predominar no jornalismo. O que sutilmente distingue a fala de Dines da de jornalistas e teóricos que falam

sobre jornalismo investigativo a partir dos anos 2000, é que ela ainda não estava situada em um cenário jornalístico profissionalizado nos moldes do Projeto *Folha*. O seu “jornalismo ativo” estava associado ao jornalismo “personalizado singular”, que, tendo em vista os conflitos do período em que o autor fala, era o jornalismo que preservava a liberdade de escrita do jornalista, além da sua liberdade ideológica. O jornalismo de campo do qual fala o autor, portanto, não estava muito distante da concepção do jornalista como “observador participante”. Uma concepção que não era novidade, visto que “a observação pessoal como fonte principal de um texto jornalístico é um procedimento inseparável da reportagem desde o seu surgimento”, (SOUZA, 2010, p. 84). Isso nos ajuda a explicar a dificuldade em se distinguir a prática do jornalismo investigativo da grande reportagem no discurso de Dines, de Faro e de outros autores ou jornalistas que falam a partir de uma prática jornalística menos marcada por alguns rituais que a profissionalização trouxe. Especialmente no caso desses agentes do campo jornalístico, que já atuavam na imprensa brasileira nos anos 1960, o discurso do jornalismo investigativo ou é defendido como uma forma de revalorização do repórter após o período de intensa censura e opressão da ditadura militar; ou é mesmo negado em sua especificidade.

Na obra de Lopes e Proença (2003), intitulada *Jornalismo Investigativo* e já mencionada no primeiro capítulo dessa pesquisa, vários jornalistas brasileiros foram entrevistados para falar sobre o tema e partilhar sua experiência profissional. Assim, é necessário notar que a própria seleção dos jornalistas que compõem a obra já realiza uma consagração desses agentes como repórteres investigativos. A princípio, acreditávamos que a presença de jornalistas de diferentes gerações e célebres por trabalhos em áreas distintas do jornalismo poderia servir como reflexo dos deslocamentos que se realizaram na apropriação do discurso dessa especialidade jornalística, mas a comparação acabou por revelar raras distinções nas concepções de jornalismo e pequenas diferenças em relação aos métodos de trabalho, que se justificam mais em termos da trajetória profissional de cada jornalista entrevistado.

Enquanto a bibliografia que se dedicou ao estudo das elites se valendo da metodologia de Bourdieu (1996) confirmou a hipótese de que é “a chegada de ‘forasteiros’ que institui a divisão entre os grupos, ou seja, o conflito instalado funda identidades e confere atributos a perfis de jornalistas diferentes” (SOUZA, 2010, p. 70), no estudo do jornalismo investigativo brasileiro não conseguimos identificar uma geração de novos ou jovens jornalistas que marque a apropriação desse discurso. A presença de Raimundo Pereira, Percival de Souza, Antonio Carlos Fon, Audálio Dantas e Ricardo Kotscho entre os jornalistas investigativos entrevistados para o livro é um grande sintoma disso. Nascidos entre as décadas de 1930 (Audálio Dantas) e 1940 (os demais) e com atuação na imprensa desde os primeiros anos da ditadura militar, a

biografia e relato da trajetória desses jornalistas não menciona uma formação superior em jornalismo e, quando menciona formações, estas estão localizadas em outras áreas (Raimundo Pereira na Física; Fon na Filosofia). Com exceção de Percival de Souza e Antonio Carlos Fon que têm uma trajetória jornalística mais marcada pela cobertura da editoria de polícia, Raimundo Pereira e Audálio Dantas apresentam trajetórias bem distintas; a do primeiro, marcada pela intensa militância e atuação na imprensa alternativa, e, a do segundo, por uma trajetória em editorias mais culturais e correspondência no exterior. Essas diferenças de trajetórias e os indícios de que estes jornalistas não teriam sido socializados no campo jornalístico a partir de uma formação escolar, e sim, de uma prática profissional, no entanto, não geram concepções de jornalismo investigativo sensivelmente distintas das dos demais 11 jornalistas (nascidos a partir da década de 1950 e com formação superior em Jornalismo) entrevistados para a coletânea (ver TABELA 10).

No texto do livro dedicado à Raimundo Pereira, para citar um exemplo, o foco se desloca de um discurso sobre jornalismo investigativo para um discurso sobre jornalismo em geral e sobre a investigação jornalística (expressão que poderia facilmente ser substituída por apuração). De fato, quando as autoras do texto expõem o ponto de vista do jornalista, o que ocorre é quase uma negação do jornalismo investigativo enquanto especialidade: “Em seu ponto de vista, o Jornalismo Investigativo cobre um amplo espectro, por isso prefere afirmar que “todo jornalismo é trabalho de investigação”, (SANTOS; SIQUEIRA, 2003, p. 28). Opiniões semelhantes e até mais incisivas também são defendidas por jornalistas como Bob Fernandes e Roberto Cabrini, que começaram a suas carreiras no jornalismo no final da década de 1970. Como relatado em:

Bob se recusa a aceitar o que chama de um rótulo. Para ele, a expressão Jornalismo Investigativo é um instrumento de marketing e de revelação na mídia brasileira. Serve para distinguir o trabalho de alguns veículos em detrimento de outros, ajuda a destacar um profissional, dá um verniz de seriedade às reportagens. [...] A expressão revela uma situação: diante de tanta inoperância e confusão na área, foi necessário criar um rótulo que pudesse separar o verdadeiro jornalismo de tantas outras coisas (CHRISTOFOLETTI, 2003, p. 74).

Tabela 10: Jornalistas e suas definições de jornalismo investigativo

Jornalistas	Nascimento	Definição de Jornalismo Investigativo
Audálio Dantas	1932	"Para ele, o Jornalismo Investigativo tem alguns componentes básicos e imprescindíveis, como o compromisso de ir fundo nas questões, investigar exaustivamente o assunto tratado e trazer o resultado como informação confiável, checada e confirmada", (HERACLITO, 2003, p. 119).

Jornalistas	Nascimento	Definição de Jornalismo Investigativo
Raimundo Pereira	1940	"Em seu ponto de vista, o Jornalismo Investigativo cobre um amplo espectro, por isso prefere afirmar que "todo jornalismo é trabalho de investigação"', (SANTOS; SIQUEIRA, 2003, p. 28).
Percival de Souza	1943	"Considera o Jornalismo Investigativo algo de muita relevância, cujo papel é investigar fatos de interesse da sociedade que estejam submersos, ocultos, disfarçados, sem que ninguém consiga mostrar", (ALMEIDA, 2003, p. 42).
Antonio Carlos Fon	1946	"(...) uma das funções primordiais da imprensa é fiscalizar o Estado, é ser instrumento da sociedade na busca por melhores condições de vida. 'Se o Estado não cumpre com suas obrigações, é o Jornalismo Investigativo que tem a função social de cobrar esclarecimentos, de fazer esse trabalho que a população necessita"', (MERX, 2003, p. 85).
Ricardo Kotscho	1948	"O ramo da reportagem mais difícil e, talvez por isso mesmo, o mais fascinante é o das chamadas matérias investigativas. É você procurar descobrir e contar para todo mundo aquilo que se está querendo esconder da opinião pública", (KOTSCHO, 1995 apud BATISTA, 2003, p. 54).
Bob Fernandes	1955	"Bob se recusa a aceitar o que chama de um rótulo. Para ele, a expressão Jornalismo Investigativo é um instrumento de marketing e de revelação na mídia brasileira. Serve para distinguir o trabalho de alguns veículos em detrimento de outros, ajuda a destacar um profissional, dá um verniz de seriedade às reportagens. [...] A expressão revela uma situação: diante de tanta inoperância e confusão na área, foi necessário criar um rótulo que pudesse separar o verdadeiro jornalismo de tantas outras coisas" (CHRISTOFOLETTI, 2003, p. 74).
José Arbex Jr.	1957	"'Todo jornalismo deveria ser investigativo', afirmou. Disse que essa divisão do jornalismo não se justifica, é um muro de Berlim, um divisor que se revela um problema na concepção do jornalismo. É uma deturpação produzida pela indústria cultural", (PADILHA, 2003, p. 62).
Roberto Cabrini	1960	"'O termo não é redundante? Todo o jornalismo não deveria ser investigativo?'. E completa: 'deveria ser óbvio que os profissionais que trabalham com a notícia checassem os dois lados, desconfiassem sempre e fossem além do lado oficial", (BIAZOTO, 2003, p. 154).
Fernando Rodrigues	1963	"(...) é usado para designar reportagens que exigem um esforço além do normal por parte do profissional envolvido. Nesse sentido, Fernando entende que Jornalismo Investigativo é aquele trabalho de reportagem no qual são necessárias muitas entrevistas, viagens, leituras de livros etc", (MOREIRA, 2003, p. 104).

Fonte: LOPES e PROENÇA, 2003.

Em termos de métodos de trabalho específicos ao jornalismo investigativo (ver TABELA 11), a maior parte dos autores parece falar de métodos que podem ser estendidos à reportagem em geral. Bob Fernandes chega a expressar isso diretamente em sua fala: “Isso vale para qualquer reportagem e para qualquer repórter. Tem que estar ligado, bem informado, ter memória, e aí, quando perceber algo, ir atrás”, (FERNANDES apud CHRISTOFOLETTI, 2003, p. 78). Neste aspecto, no entanto, é que os jornalistas parecem se diferenciar mais em seus discursos. Dos nove jornalistas que escolhemos analisar mais detidamente nesse tópico (os cinco mais antigos e quatro dos mais jovens), Percival de Souza e Antonio Carlos Fon se

destacam por defender a importância das técnicas de investigação policial no trabalho de investigação jornalístico. Não por acaso eles são jornalistas que cobriram a editoria de polícia durante a maior parte de suas carreiras. Raimundo Pereira e José Arbex Jr. também dialogam no sentido de associar a investigação jornalística com a investigação científica. Arbex, que cita Foucault em sua entrevista, chega a afirmar que a prática jornalística exigiria uma “tomada de consciência histórica”.

Tabela 11: Jornalistas e os métodos de reportagem investigativa

Jornalistas	Nasc.	Métodos da reportagem investigativa
Audálio Dantas	1932	"Ele lembra que o começo de tudo é ver se a fonte é confiável, e depois disso ampliar, ao máximo possível o leque de fontes e checar toda a apuração. Sobre o assunto que está em foco ou que é objeto de uma denúncia, o jornalista deve trabalhar com as fontes diretamente ligadas", (HERACLITO, 2003, p. 121).
Raimundo Pereira	1940	"Para ele, o jornalismo, enquanto investigação, se assemelha a qualquer trabalho com pretensão minimamente científica. Problematicam-se os fatos; criam-se hipóteses; ouvem-se os intelectuais que têm informação acumulada, que podem interpretar melhor o acontecimento; busca-se uma teoria como base para poder relacioná-la a sua tese a respeito do que possa ocorrer com a novidade. A partir do momento que se tem em mãos vários fatos, vai-se construindo uma articulação ordenada deles", (SANTOS; SIQUEIRA, 2003, p. 30).
Percival de Souza	1943	"A técnica policial de investigação é, para Percival de Souza, ferramenta indispensável para obter bons resultados. [...] A pauta exige uma diferenciação de "pauteiro" e do repórter que vai fazer a matéria. É preciso um repórter experiente. O "pauteiro" precisa conhecer bem a cidade, senão corre o risco de fazer uma pauta burocrática (baseada em fontes oficiais: Executivo, Legislativo, Judiciário)", (ALMEIDA, 2003, p. 44-45).
Antonio Carlos Fon	1946	"As técnicas básicas utilizadas pelo Jornalismo Investigativo na busca de informações derivam, fundamentalmente, dos métodos e processos desenvolvidos pela investigação policial ou pelos serviços de informação. [...] A 'espiral concêntrica' é uma técnica básica que não impede o uso de outras técnicas, tais como as usadas pelos serviços de informação: classificação da qualidade da informação, métodos de abordagem das fontes e fórmulas de cruzamento de informações, entre outras", (MERX, 2003, p. 88-89).
Ricardo Kotscho	1948	"Normalmente, Ricardo Kotscho diz que constrói suas reportagens em torno de um caso. Admite que gosta de ler reportagens com boas histórias e, claro, faz o que gosta. [...] Prefere ouvir as pessoas, não as fontes oficiais, e busca ao máximo fugir das declarações. Fulano disse isso, beltrano disse aquilo. Ouve muita gente, não apenas o outro lado e sim muitos lados!", (BATISTA, 2003, p. 57).
Bob Fernandes	1955	"Isso vale para qualquer reportagem e para qualquer repórter. Tem que estar ligado, bem informado, ter memória, e aí, quando perceber algo, ir atrás. [...] A pessoa tem que dominar os conhecimentos do universo onde está atuando.' Não existe procedimento-padrão, Bob repete, mas algumas atitudes se mostram óbvias e necessárias em todos os casos. Checar mais de uma fonte é imprescindível. O ideal é que se dependa o mínimo possível da fonte, e que se possa sempre confrontar versões (...)", (CHRISTOFOLETTI, 2003, p. 78).

Jornalistas	Nasc.	Métodos da reportagem investigativa
José Arbex Jr.	1957	"Para ele, é preciso ter consciência completa do objeto com o qual se está tratando. Isso implicaria uma tomada de consciência histórica, ou seja, verificar a gênese. A maneira da qual se desenvolveu o processo e os eventuais desdobramentos. O jornalista tem que ter consciência completa disso antes de começar a fazer a reportagem", (PADILHA, 2003, p. 66).
Roberto Cabrini	1960	"Cabrini revela que, normalmente, inicia uma investigação junto com o trabalho do dia-a-dia. Em casa ou nos hotéis, quando viaja, começa a fazer as ligações checando informações e, principalmente, fazendo o que considera seu ponto forte: procurar quem possa ter o que deseja, para conversar. [...] Outro segredo do sucesso é saber como extrair informações", (BIAZOTO, 2003, p. 154).
Fernando Rodrigues	1963	"(...) as regras básicas a serem seguidas quando se inicia uma reportagem: a) ouvir muita gente, ler tudo a respeito; b) respeitar os concorrentes, ter humildade e evitar idéias prontas; c) ter persistência; d) ter um plano de trabalho; e) identificar um assunto e persistir até esgotar a pauta; f) ter uma ótima agenda eletrônica; g) dominar a internet; h) ter um ótimo arquivo pessoal, eletrônico e de papel; i) ser organizado: gravar as entrevistas ou anotar tudo em blocos (nunca em folhas soltas); j) falar com quem entende do assunto; k) listar 50 ou mais possíveis entrevistados; l) fixar um prazo; m) ir à luta. (MOREIRA, 2003, p. 105).

Fonte: LOPES e PROENÇA, 2003.

Apesar dessas distinções mais visíveis e ainda que não apareça tão claramente nas citações selecionadas na tabela, todos os agentes entrevistados dedicam algum espaço da entrevista para falar das fontes. Fernando Rodrigues, que já compôs o quadro diretor da Abraji, é o mais laudatório em termos da importância das fontes para o jornalismo investigativo:

A grande investigação jornalística não ocorre por geração espontânea ou apenas pelo desejo do repórter. É sempre necessário encontrar alguém, pelo menos uma boa fonte *bem posicionada*. Essas fontes qualificadas existem, em geral, quando há interesse contrariado. O que nos leva a um dos melhores axiomas da grande reportagem: onde há interesse contrariado nasce o jornalismo (RODRIGUES apud MOREIRA, 2003, p. 104, grifos nossos).

A citação acima é interessante na medida em que se revela como uma declaração bastante problemática em relação às definições dos métodos específicos ao jornalismo investigativo. Relembrando a tabela de Hunter (2013) e a diferenciação que o autor propõe entre a relação com as fontes no jornalismo convencional e no jornalismo investigativo – especialmente no tocante ao uso de fontes independentes (não oficiais) e da necessidade de se

desafiar a versão oficial, percebemos que existe um problema na fala de Rodrigues ao não esclarecer se o que ele chama de “fonte bem posicionada” consiste ou não em uma fonte oficial. E a distância ou desconfiança da fonte oficial representa um dos aspectos mais recorrentes no discurso do jornalismo investigativo.

De fato, os jornalistas entrevistados no livro de Lopes e Proença (2003) repetem, sem exceção, sua desconfiança pelas fontes oficiais e chegam a qualificar negativamente o resultado do trabalho baseado nessas fontes sob títulos como “jornalismo declaratório” ou “denuncismo”. Mas a relação dos jornalistas brasileiros com suas fontes não é encerrada apenas nessa questão, pois, mesmo enquanto defendem o trabalho e a iniciativa do repórter, os jornalistas sempre tentam mostrar como esse trabalho ativo não é contrário, mas pode conviver em harmonia com dossiês vazados (a bibliografia faz constante referência a informações vazadas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, não seriam eles fontes oficiais?), informações de CPIs e até mesmo *releases*, com duas ressalvas: as informações devem ser apenas um ponto de partida e toda informação deve ser confirmada. A seguinte citação ilustra bem esse posicionamento: “Um *press release*, para Ricardo Kotscho, pode ser transformado em uma boa pauta. Desde que checado e ampliado” (BATISTA, 2003, p. 57).

Quando tentamos compreender, na fala desses jornalistas, como essa ampliação é ou pode ser feita, no entanto, encontramos a resposta no mesmo aspecto: as fontes. É o que se pode perceber na fala de Raimundo Pereira:

Ele lembra que o começo de tudo é ver se a fonte é confiável, e depois disso ampliar, ao máximo possível o leque *de fontes* e checar toda a apuração. Sobre o assunto que está em foco ou que é objeto de uma denúncia, o jornalista deve trabalhar com as *fontes* diretamente ligadas (HERACLITO, 2003, p. 121, *grifos nossos*).

De forma semelhante, Roberto Cabrini destaca que um dos seus pontos fortes é “procurar quem possa ter o que deseja, para conversar”. Portanto, por mais que, em nível discursivo, pareça existir um abismo entre o jornalismo investigativo e o jornalismo declaratório, os métodos e técnicas defendidos pelos jornalistas brasileiros analisados não parecem se distanciar muito das técnicas apregoadas pelo jornalismo convencional, como a de sempre ouvir os dois lados. Nesse aspecto, Kotscho é um dos poucos que se preocupa em marcar melhor uma distinção: “Ouve muita gente, não apenas o outro lado e sim muitos lados!”, (BATISTA, 2003, p. 57).

Nos distanciando um pouco do discurso dos jornalistas, a questão do uso das fontes no jornalismo brasileiro foi estudada por autores como Adghirni (2002) e Sant’Anna (2007). Como

o estudo de Waisbord (2000) nos permite apontar: a prática do jornalismo investigativo brasileiro está predominantemente concentrada na editoria de política. De fato, muitos dos jornalistas chamados para os congressos e seminários de jornalismo investigativo promovidos pela Abraji atuam ou já atuaram nessa editoria, em São Paulo ou nas sucursais dos principais jornais brasileiros em Brasília. Analisando as rotinas produtivas do jornalismo em Brasília, Adghirni (2002) descreve o cenário nacional da seguinte forma:

[A] concentração de jornalistas nas capitais, sede da burocracia governamental, reforça a tendência geral, tanto profissional como administrativa do jornalismo, de se privilegiar as fontes institucionais e estáveis, isto é, as fontes oficiais. No Brasil, afirma o autor [Venício de Lima], esta tendência foi ainda mais reforçada durante os 21 anos de regime militar, pois a centralização do poder e a censura direta ou indireta na mídia não deixava alternativa aos jornalistas (ADGHIRNI, 2002, p. 455).

Mais especificamente sobre o local onde surgem os grandes escândalos políticos nacionais, a autora também constatou, a partir de observação etnográfica, que os jornalistas buscavam por informações inéditas ou exclusivas batendo “às portas mais altas do poder”. Adghirni ainda observa: “A cobertura política do Congresso Nacional em Brasília se resume a atos de palavras”, (ADGHIRNI, 2002, p. 456).

Um exemplo de como os “atos de palavra” não fazem parte apenas da prática do jornalismo tradicional pode ser encontrado na história do nosso jornalismo investigativo. Segundo Waisbord (2000) e Fortes (2012), uma das investigações mais celebradas do jornalismo brasileiro foi aquela que culminou com o *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. De acordo com a história que o primeiro autor relata, o jornal *Folha de S. Paulo* e a revista *IstoÉ* lideraram as primeiras denúncias de corrupção durante a candidatura do presidente de 1989. Pessoas ligadas ao tesoureiro da campanha, Paulo Cesar (PC) Farias teriam, inclusive, inclusive, ameaçado a revista mencionada em uma tentativa de impedir a divulgação das denúncias. As denúncias foram feitas, mas, de acordo com Waisbord, não tiveram muita repercussão devido ao posicionamento político de *IstoÉ* (que havia apoiado o oponente de Collor, Orestes Quércia, durante as eleições) e ao fato de que as denúncias não implicavam uma ação direta de Fernando Collor. A repercussão teria mudado drasticamente a partir de uma publicação da revista *Veja*, que trazia uma entrevista com o irmão do presidente, Pedro Collor.

As declarações de Pedro Collor não adicionaram informações substancialmente novas ao que *ISTOE* e *Folha* já haviam publicado, mas as vendas de quase um milhão de cópias indicaram que o novo foco trouxera ingredientes únicos que foram

responsáveis pelo maior impacto. Um depoimento on-the-record do irmão do presidente com certeza foi decisivo (WAISBORD, 2000, p. 40)⁴⁹.

As denúncias da imprensa e outros depoimentos de fontes proeminentes que o autor relata que foram publicados na revista *Veja* resultaram na criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional. A história da atuação da imprensa no caso Collor ainda seria complementada por uma outra entrevista, divulgada na revista *IstoÉ*, com o motorista Eriberto França, no qual ele revelava o vínculo entre o presidente e as empresas de PC Farias.

Neste caso, fica evidente a importância decisiva que as fontes tiveram para o fortalecimento ou embasamento das denúncias que eram veiculadas na imprensa brasileira. O relato do pesquisador argentino, no entanto, é cuidadosamente construído para não apagar a atuação dos jornalistas, que tiveram paciência e persistência na busca dessas fontes. A mesma postura não é encontrada entre os jornalistas brasileiros. Ao falar sobre o jornalismo de dossiês ou CPIs, Antonio Carlos Fon usa o caso como exemplo para a sua crítica: “Pedro Collor chegou na redação da revista *Veja* e desabou lá um dossiê. Qual foi o trabalho do jornalista? Nenhum. Estava tudo lá” (FON apud MERKX, 2003, p. 86).

Sobre o mesmo caso, ainda é interessante pontuar informações apresentadas no livro de Fortes (2012). O autor, que atribui o nome de “Collorgate” para os escândalos envolvendo o presidente, nem mesmo chega a mencionar as entrevistas de *Veja* ou *IstoÉ*. Mas descreve uma apuração jornalística que “desencadeou uma poderosa crise de governo” (FORTES, 2012, p. 51). A apuração se refere à reportagem do jornalista Mário Rosa, para o *Jornal do Brasil*, sobre o desvio de dinheiro da Legião Brasileira de Assistência (LBA), presidido pela então primeira dama Rosane Collor, que, segundo o autor, “tornou-se o ponto de partida do festival de denúncias que iriam, dali a pouco mais de um ano, resultar no *impeachment* do presidente Fernando Collor”, (FORTES, 2012, p. 50). Fortes seleciona essa reportagem para ilustrar o jornalismo investigativo em seu livro, pois ela teria sido completamente fundamentada em documentos do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal. A documentação que o jornalista teria adquirido, então, teria servido de ponto de partida para outras pesquisas de campo na cidade do presidente, Alagoas. A versão do escândalo jornalístico, fundamentado em fontes documentais descobertas pelo próprio jornalista, que teria sido o pontapé para todas as outras denúncias que marcaram o primeiro ano do governo Collor, no

⁴⁹ “Pedro Collor’s declarations did not add substantially new information to what *ISTOE* and *Folha* already had published, but sales of nearly one million copies indicated that the new focus brought unique ingredients that were responsible for the greater impact. An on-the-record testimony by the president’s brother was surely decisive”. Tradução Livre.

entanto, está confinada à obra de Fortes (2012). Algumas explicações para isso podem estar na própria proposta do livro de Fortes, de ser um tratado e até de cumprir o papel de manual de jornalismo investigativo, e ao fato de o livro ter sido escrito em 2005, quando a internet fazia parte das rotinas de produção jornalística de toda a imprensa, facilitando (ou diversificando) o acesso a algumas fontes de informação, e também quando o conhecimento específico relacionado ao jornalismo investigativo já vinha sendo institucionalizado a partir da criação, no Brasil, de uma entidade de representação, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), sobre a qual falaremos um pouco mais adiante.

A dependência do jornalismo investigativo brasileiro de fontes privilegiadas dispostas a vazar informações ou contribuir com algumas apurações, como vimos no final do capítulo anterior, é um fato já identificado na bibliografia sobre o tema, em especial em Waisbord (2000). É o mesmo autor que vai oferecer uma explicação para essa ocorrência com base na dificuldade de se obter informações sobre a atuação das instituições públicas brasileiras, ao contrário do que aconteceria nos Estados Unidos e em outros países que contam com legislações permitindo acesso a essas informações desde muito antes de 2012, quando entra em vigor a Lei de Acesso a Informações (LAI) no Brasil. Se pensarmos nos números de processos feitos contra jornalistas – para citar uma estatística da *Article 19*, em 2007, existia quase um processo para cada jornalista trabalhando para os cinco maiores grupos de comunicação no Brasil, isto é, 3.327 jornalistas respondiam a 3.133 processos por dano moral – à luz da interpretação de Tuchman (1993) de que o uso judicioso das aspas, ou seja, das declarações, é uma forma de separar a fala do jornalista da de uma fonte e pode ser uma estratégia de proteção profissional, também podemos compreender a dependência dos jornalistas investigativos das fontes privilegiadas como uma forma de proteção em sua prática profissional.

Ainda que o cenário de dependência de fontes privilegiadas, isto é, fontes muitas vezes ligadas ao poder político, não pareça ter se modificado tanto – visto o espaço que as discussões sobre o uso de informações vazadas do Ministério Público, da Polícia Federal e de outros órgãos oficiais ainda ocupa nas agendas do jornalismo investigativo (ver NASCIMENTO, 2010) –, do início dos anos 2000 até 2015, alguns fatores contribuíram para gerar mudanças no jornalismo investigativo brasileiro. Dentre eles, destacamos a criação da Abraji, em 2002, bem como as mudanças que as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) trouxeram para a prática jornalística brasileira, redundando em um novo tipo de jornalismo.

Este novo jornalismo, que toma forma a partir das novas tecnologias de comunicação em rede e das formas interativas de criação, fornecimento e difusão de informações, no entanto, não representa necessariamente uma ruptura com o jornalismo tradicional:

Entendido o movimento de constituição de novos formatos mediáticos não como um processo evolucionário linear de superação de suportes anteriores por suportes novos, mas como uma articulação complexa e dinâmica de diversos formatos jornalísticos, em diversos suportes, “em convivência” (e complementação) no espaço mediático, as características do Jornalismo na Web aparecem, majoritariamente, como Continuidades e Potencializações e não, necessariamente, como Rupturas com relação ao jornalismo praticado em suportes anteriores (PALÁCIOS, 2003, p. 03).

Ao enfatizar esse último aspecto do Jornalismo na Web (Jornalismo Digital ou, ainda, webjornalismo), isto é, o da não-ruptura, Palácios (2003) está marcando também a sua posição na discussão de um possível fim do jornalismo ou, simplesmente, dos jornalistas enquanto intermediários no fornecimento, produção e organização da informação. Träsel (2014) também chama atenção para essa ameaça ao papel do jornalista como mediador do conhecimento comum da sociedade, ocasionada também “pelos efeitos da informatização nas próprias práticas profissionais e pela terceirização das tarefas de análise e comentários, principalmente, mas também do próprio relato de acontecimentos à audiência” (TRÄSEL, 2014, p. 67).

Em vista dos nossos objetivos nesse trabalho, não poderemos mergulhar nas discussões que envolvem o webjornalismo. Entretanto, é importante marcar que as TICs constituem aspecto fundamental para a compreensão da prática profissional jornalística contemporânea na medida em que: a) são indicativas de uma nova crise de representação dos jornalistas (para que servem, afinal?); b) a informatização das práticas profissionais contribui para a precarização do trabalho das redações, ao mesmo tempo em que permite a coleta e apuração de grandes volumes de dados; c) o pensamento tecnológico parece deslocar o humanismo e as notícias “passam a ser produzidas em termos de sua utilidade para a distribuição em *smartphones* e *tablets*, transformação em animações e infográficos manipuláveis, ou de incentivo à replicação e disseminação em redes sociais” (TRÄSEL, 2014, p. 69); para citar apenas algumas mudanças que nos interessam diretamente.

O crescimento das assessorias de imprensa e a precarização da profissão (pelas tentativas de redução de custo, baixa contratação de profissionais ou contratação de *freelancers*, PJs e estagiários) são processos mencionados pelos jornalistas e teóricos da área, em nossa bibliografia, desde a década de 1970. O acionamento do discurso do jornalismo investigativo, como vimos, muitas vezes se justifica para marcar uma oposição em relação a esses processos. Com a chegada e popularização de novas TICs, acreditamos que esse fato se repete, com a ressalva de que o avanço tecnológico também terá importante papel na tentativa de fincar as marcas distintivas dessa especialidade jornalística.

1.3.1. A especialização da técnica investigativa

Anteriormente, nos detivemos sobre o processo de profissionalização do jornalismo brasileiro para entendermos melhor alguns discursos que surgem com o fortalecimento do “discurso competente”, bem como com o desenvolvimento do ensino superior de jornalismo e de novas práticas profissionais em veículos de comunicação estabelecidos. Como vimos, identificamos a presença de um discurso sobre o jornalismo investigativo já na segunda metade da década de 1970, quando o campo jornalístico passava por diversas ebulições, sejam elas internas (relacionadas ao ensino, à progressiva modernização dos meios de comunicação e ao fortalecimento das assessorias de imprensa) ou externas (relacionadas ao fim da censura prévia e ao início de uma abertura política).

Nesse cenário, a análise de algumas definições e de métodos de jornalismo investigativo defendidos por jornalistas brasileiros em um livro publicado no início dos anos 2000, nos mostrou que o discurso sobre o jornalismo investigativo brasileiro não apenas era alvo de disputas – ou de dúvidas, visto que vários dos jornalistas da coletânea defendiam que a especialidade seria um pleonismo –, como se apresentava de forma vaga e, por vezes, contraditória entre a teoria e a prática (admitindo a importância das fontes privilegiadas e ao mesmo tempo condenando o uso das fontes oficiais, por exemplo).

É difícil apontar se a falta de precisão que marca a definição do jornalismo investigativo é causa ou consequência das diferentes linhas de disputas no jornalismo brasileiro. Seja a dos jornalistas “por vocação” contra as medidas modernizadoras e padronizadoras da produção e do texto jornalístico. Seja a dos jornalistas profissionalizados em oposição à divulgação de *releases* em detrimento da apuração própria. Seja a dos jornalistas de editorias distintas (polícia, política, esporte, interesse humano) querendo valorizar seu espaço de atuação e capitais culturais específicos adquiridos na trajetória profissional. Seja, por fim, a da categoria jornalística tentando revalorizar sua identidade profissional após um período de intensa censura política. Mas é seguro afirmar que o saber-fazer do jornalismo investigativo começa a ser sistematizado apenas em 2002, com a criação da já mencionada Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. É o que também defende Fortes (2012):

[V]oltando ao título ostentado cada vez mais como graduação prática, o “jornalista investigativo” passou a ser visto, dentro e fora da profissão, como uma espécie de entidade pronta para revelar os segredos da nação, sejam eles arquivos da ditadura ou os bastidores da demissão de um ministro qualquer. Dessa casta de cunho quase policial desprenderam-se entidades corporativas, organizações de jornalismo investigativo com o objetivo de sistematizar as condutas e manter uma troca

aparentemente objetiva de ideias – e ideais – voltadas ao tema (FORTES, 2012, p. 26).

A Abraji, em seu próprio site⁵⁰, reforça esse entendimento, ao declarar que sua missão “inclui organizar congressos, seminários e oficinas com o objetivo de promover o aperfeiçoamento profissional dos jornalistas interessados no tema ‘investigação’”. Assim, em suas declarações, a instituição afirma ter um conceito amplo de jornalismo investigativo e enfatiza a técnica:

Nosso conceito de jornalismo investigativo é amplo: é todo tipo de reportagem que demande uma apuração mais complexa. Ou seja, não é privilégio de alguns jornalistas iluminados. Qualquer repórter, dispondo de boas técnicas de reportagem, pode transformar até assuntos corriqueiros em uma investigação (SOARES apud FORTES, 2012, p. 27-28).

Criada em 2002, a Abraji teria sido fruto de um congresso, *Jornalismo Investigativo: Ética, Técnicas e Perigos*, realizado em dezembro daquele ano pelo Centro Knight de Jornalismo nas Américas, da Universidade do Texas, cuja direção cabia ao brasileiro Rosental Calmon Alves. Entretanto, a existência de entidades jornalísticas voltadas para a prática, treinamento ou representação do jornalismo investigativo não era novidade por volta de 2002, visto que a instituição americana, a IRE, que serviu de principal inspiração para a criação da nacional existe desde 1975. O ano de 2002, então, foi decisivo para que se comesçassem a pensar “ética, técnicas e perigos” devido ao assassinato do jornalista Tim Lopes durante a cobertura de uma reportagem sobre bailes funks, onde haveria tráfico de drogas e sexo explícito na favela da Penha no Rio de Janeiro. Dessa forma, apesar de ser uma instituição que se propõe, sobretudo, a promover o treinamento de jornalistas para o exercício da investigação, desde a sua criação, a instituição também assume o papel de defesa da liberdade de expressão. Coincidentemente, a instituição americana que lhe serviu de inspiração também tem uma história profundamente ligada à violência contra jornalistas: um ano após a sua criação, um de seus fundadores, Don Bolles, foi assassinado, em virtude de investigações que fazia sobre o crime organizado no Arizona⁵¹.

A defesa da bandeira da liberdade de expressão, que nesse contexto parece ter o mesmo sentido que liberdade de imprensa, por essas instituições é um fato notório que exigiria uma

⁵⁰ Ver: <http://www.abraji.org.br/>.

⁵¹ A morte do jornalista mobilizou jornalistas de diferentes jornais e rádios na produção de uma série de reportagens sobre o crime organizado no local. O trabalho ficou conhecido como *Arizona Project* e representa o primeiro trabalho de colaboração de jornalistas oriundos de veículos concorrentes (Ver mais em: <http://www.ire.org/about/history/>).

análise muito detida a fim de esclarecer questões importantes sobre, por exemplo, o papel que a imprensa parece assumir como bastião da liberdade de expressão, os riscos da atuação profissional jornalística e, até mesmo, a possibilidade de que a violência ou as tentativas de intimidação dos profissionais da imprensa possa ser usado para alimentar determinados discursos e representações acerca do jornalismo. Apesar de serem aspectos importantes do discurso do jornalismo investigativo, os riscos profissionais e os atentados à liberdade de expressão são temas que estão além do que o nosso arcabouço teórico nos permite estudar nesta pesquisa.

Destarte, é importante nos determos sobre a importância que os métodos assumem no jornalismo investigativo brasileiro a partir dos anos 2000. Não estamos afirmando, com isso, que desde o início não se falassem da investigação e apuração jornalística e, sim, que, com o desenvolvimento da tecnologia, o jornalismo investigativo passa a contar com métodos mais concretos e especializados de trabalho (além da câmera escondida e do jornalista infiltrado, métodos muito citados e controversos). Estamos nos referindo, principalmente, ao que se chamou, em um primeiro momento, de Reportagem Assistida por Computador (RAC) e, mais recentemente, de jornalismo de dados (ou ainda jornalismo guiado por dados).

A tese de Träsel (2014), pesquisador que atualmente também compõe a direção da Abraji, consiste em um rico material de apoio para a compreensão desse fenômeno no Brasil. Se, conforme acusa Fortes (2012), a busca pela identidade “investigativa” tendia a ser mais uma espécie de demarcação de terreno nos anos 90, com o passar dos anos, o jornalismo investigativo (que diferentemente de várias especialidades jornalísticas não está ligado a uma editoria e também não é agregado ao expediente) procura criar procedimentos e ditar normas. Isto não implica dizer que o discurso do jornalismo guiado por dados seja resultado exclusivo dessa luta interna ao campo jornalístico, mas que ele foi apropriado como uma das marcas distintivas que o jornalismo investigativo passará a exhibir.

Conforme Träsel explica:

Jornalismo Guiado por Dados é a resposta eleita por um determinado grupo de profissionais para reagir à crise econômica e identitária pela qual passa o jornalismo contemporâneo. Essa resposta é intermediada por uma crença na capacidade da tecnologia de resolver problemas de qualquer natureza, que os leva a buscar na aplicação da informática às rotinas produtivas das notícias uma superação das contradições do jornalismo. Esta superação é entendida como uma maior aproximação ao ideal de objetividade do que a permitida pelas técnicas de apuração comuns, ou mesmo sua concretização (TRÄSEL, 2014, p. 09).

Essa maior aproximação ao ideal de objetividade mencionada pelo autor diz respeito tanto a uma segurança do jornalista de, trabalhando com números e dados exatos, não se deixar influenciar por sua própria ideologia, quanto à possibilidade de se distanciar ou até de se isolar da agenda das fontes oficiais:

Sob este prisma, a introdução da informática nos processos de reportagem pode ser compreendida como uma forma de evitar as incertezas da investigação e da interpretação dos acontecimentos. Ao se aplicar uma análise estatística a um conjunto de dados, os resultados podem ser justificados matematicamente, diminuindo a margem para disputas ideológicas em torno do noticiário. Ao se entrevistar planilhas, em lugar de pessoas, eliminam-se as obscuridades e compromissos da relação com fontes humanas (TRÄSEL, 2014, p. 226-227).

Os números, as planilhas, os gráficos, enfim, os dados, então, representariam uma possibilidade dos jornalistas na recuperação da iniciativa pela busca da informação. Vale ressaltar que o cenário atual de prática do jornalismo coloca ainda muitas outras questões em discussão. A afirmação de Träsel, por exemplo, de que a “figura do hacker parece estar emprestando à figura do jornalista os elementos de tecnofilia e cooperativismo” é reveladora de algumas delas. Como a das novas habilidades e técnicas exigidas do jornalista que pretende se dedicar ao jornalismo guiado por dados, que muitas vezes o aproxima do programador ou do hacker, como sugere o autor, ou até mesmo a da atuação de programadores de forma direta no campo jornalístico. Ou ainda da tendência a se recorrer à cooperação profissional (em níveis nacional e internacional) para dar conta de grandes volumes de dados ou para se chegar em um melhor resultado em termos de transparência.

A crença de que a tecnologia representaria a solução (a qual Träsel atribui o nome de tecnofilia) para as contradições que tomam corpo na prática jornalística, especialmente aquelas relacionadas à seleção das fontes e à credibilidade das informações, embora resolva o problema da autonomia em relação às fontes e (re)valorize o trabalho jornalístico ao passo em que tira o jornalista da rotina de coleta de informação tradicional e o insere em um espaço onde o volume de informação (analisada ou produzida) se torna critério de qualidade, também abre espaço para novas disputas entre os jornalistas.

Podemos refletir sobre essas disputas retornando à compreensão de que a entrada de “novatos” em um campo de produção cultural tende a inserir novos capitais, novos recursos e novas visões na área. Ainda que não contemos com uma análise do perfil dos jornalistas que trabalham com jornalismo guiado por dados – que, diga-se, não deve consistir em número vultoso tendo em vista o fato de que equipes exclusivamente voltadas para esse trabalho começam a aparecer por volta de 2007, nos EUA (*New York Times*), e 2012, no Brasil (*Estadão*

Dados em O Estado de S. Paulo) –, o perfil dos jornalistas brasileiros, conforme a pesquisa de Mick e Lima (2013) apontou, é predominantemente jovem (59% têm até 30 anos). Este dado pode indicar uma maior familiaridade desses profissionais com as novas tecnologias de informação e, como consequência, algum interesse em valorizar os conhecimentos adquiridos pela familiaridade com a internet, as redes sociais e outras tecnologias. Esse aspecto, por exemplo, pode ser observado na citação de Soares (apud FORTES, 2012, p. 27-28) transcrita acima quando diz que o jornalismo investigativo “não é privilégio de alguns jornalistas iluminados. Qualquer repórter, dispondo de boas técnicas de reportagem, pode transformar até assuntos corriqueiros em uma investigação”.

De fato, na teoria, as técnicas do jornalismo guiado por dados (busca avançada na internet, construção de banco de dados, georeferência, etc.) podem ser facilmente adotadas na prática profissional, sem custos elevados com produção (já que um trabalho de investigação pode ser feito a partir de banco de dados já disponibilizados na internet e um mesmo profissional, desde que munido da expertise tecnológica, pode acumular várias funções), sem a necessidade de se ocupar um local privilegiado de acesso às fontes (cargo em alguma editoria ou em um veículo de informação estabelecido) ou, até mesmo, sem a dificuldade de não se estar localizado nas cidades onde a produção jornalística de maior visibilidade está centralizada (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, etc.). Na prática, porém, são os mesmos veículos estabelecidos – que predominam nas premiações do campo jornalístico brasileiro –, que dão os primeiros passos e investem na área, como demonstra o caso do *Estadão Dados*, blog pensado e desenvolvido pelo jornalista José Roberto de Toledo⁵² no jornal *O Estado de S. Paulo*, bem como os investimentos crescentes em aplicativos e infográficos (como a *Rede de Escândalos*, produzida por *Veja*) feitos por grandes jornais, revistas e portais brasileiros.

Outro fator que pode ser observado como consequência da valorização de uma expertise digital é que não apenas novos jornalistas encontram formas de disputar uma posição de maior destaque na profissão, mas que programadores, engenheiros e *hackers* também passam a ingressar no campo. Este ingresso é compreensível ao passo que o conhecimento especializado de programação ou análise de redes sociais ainda não parece estar institucionalizado, isto é, não pode ser reivindicado e regulado por nenhuma categoria profissional específica, nem é obtido exclusivamente a partir de uma formação acadêmica. Possivelmente em virtude deste cenário, ao passo que o jornalismo investigativo encontra

⁵² José Roberto de Toledo é atualmente diretor da Abraji (2014-2015) e foi um dos sócios-fundadores da associação. O jornalista é reconhecido por ministrar palestras e minicursos sobre a RAC, foi pioneiro da RAC nas redações brasileiras nos anos 1990 (TRÄSEL, 2014) e fundou o *Estadão Dados*.

soluções de ordem financeira, para redução de custos, e de ordem prática, na defesa de maior objetividade e autonomia, que ajudam seus agentes a valorizarem a representação dos jornalistas em tempos de intensas crises no modelo econômico de jornalismo; eles acabam tendo que lidar novamente com os critérios de definição do que é ou não jornalismo investigativo e, conseqüentemente, de quem pode ou não ser considerado jornalista investigativo.

Esta nova marcação de território (ou a necessidade dela) fica evidente em algumas discussões da área e no discurso de alguns de seus agentes. Ao estudar a equipe do *Estadão Dados*, bem como outros jornalistas que praticam o jornalismo guiado por dados, Träsel identifica, por exemplo, que: “O ideal, para esta subcultura da profissão jornalística, seria a união entre técnicas do JGD e técnicas tradicionais de reportagem, como investigação local, alistamento de fontes, entrevistas com os atores sociais envolvidos na questão, entre outras” (TRÄSEL, 2014, p. 226). O artigo de José Roberto de Toledo (2011) é ainda mais ilustrativo:

É certo que isso [a RAC] não vai substituir o trabalho convencional de reportagem dos profissionais. Ou seja, mantém-se a necessidade de entrevistarmos pessoas, de irmos aonde os fatos estão. Continuamos com a necessidade de checar informações, de ouvir os vários lados de uma mesma história (TOLEDO, 2011, p. 17).

Essa questão também aparece nas agendas de discussão do jornalismo investigativo. No primeiro congresso dessa especialidade de que participamos – o 1º Seminário Regional de Jornalismo Investigativo, realizado em São Paulo, em março de 2013 –, o teórico e jornalista Mark Hunter, responsável pelo manual de jornalismo investigativo publicado pela Unesco e já citado no primeiro capítulo, chamava atenção em sua fala para os debates sobre *WikiLeaks*⁵³ ser ou não considerado jornalismo investigativo. No momento da palestra, o fundador da organização *WikiLeaks*, Julian Assange, era alvo de muitas polêmicas e o vazamento de uma grande quantidade de dados e trabalho colaborativo com jornalistas de vários países ainda repercutia no jornalismo.

Como podemos observar pela apresentação da obra *Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet* feita pela jornalista e fundadora da Agência Pública (primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos do Brasil), Natalia Viana, o *WikiLeaks* é considerado um trabalho jornalístico: “Assange uniu a expertise de desenvolvedor de códigos digitais aos

⁵³ *WikiLeaks* é uma organização transnacional sem fins lucrativos, mas seu nome também é usado para se referir à publicação, em 2010, de grandes quantidades de documentos confidenciais da diplomacia do governo dos Estados Unidos, que tiveram forte repercussão mundial.

fundamentos mais básicos do jornalismo, prática que tanto se diz em crise; em essência, trazer à tona histórias de interesse público”, (VIANA, 2013, p. 12).

Pouco tempo depois da palestra de Hunter, em junho de 2013, também estouraria mais um escândalo político com base em informações confidenciais vazadas. O escândalo, que ficaria conhecido como caso Snowden, recebeu esse nome em referência ao responsável pelos vazamentos, o ex-técnico da CIA Edward Snowden, e revelou um esquema de vigilância que os Estados Unidos utilizavam para espionar a população americana e vários países da Europa e da América Latina, incluindo o Brasil.

Enquanto a associação de Julian Assange com o jornalismo é facilitada devido ao fato de ele próprio ser jornalista, o técnico em computação Snowden recorreu à ajuda do jornalista do jornal britânico *The Guardian*, Glenn Greenwald, para divulgar as informações sigilosas que havia conseguido. Dessa forma, a atuação desses novos personagens – *hackers*, ciberativistas e programadores – fica circunscrita ao fornecimento das informações. O trabalho de depuração, análise e divulgação dos dados, fica ao cargo de jornalistas. Caberia ao jornalista, então, construir a narrativa dos fatos a partir dos dados, como descreve o jornalista inglês David Leigh:

A grande questão técnica é descobrir como pesquisar em grandes bancos de dados. Há desde questões muito simples, como a de colocar dados em planilhas ao modelo do Excel, até o uso de programas mais elaborados como aqueles que são usados por agências de polícia e da justiça. E a pergunta básica é: como transformar os dados brutos dessas bases em histórias jornalísticas que tenham sentido? (LEIGH, 2013, s/p).

O conhecimento jornalístico – dos critérios de noticiabilidade às técnicas de narrativa jornalística –, assim, é acionado como essencial ao trabalho com os dados e é revalorizado, no discurso dos profissionais do jornalismo guiado por dados, por sua clareza e objetividade, agora potencializada pela transparência dos dados, e pela função do jornalismo de tornar possível a democracia.

Nesse tópico, apenas pontuamos algumas questões relacionadas às instâncias de representação do jornalismo investigativo e ao novo cenário das mídias, com a possibilidade de novas práticas profissionais que podem vir a se tornar exclusivas dessa especialidade investigativa. Essas discussões podem ser investigadas com profundidade em outros estudos e podem revelar outras disputas representacionais que não conseguimos identificar. Ainda assim, esse tópico é ponto relevante das considerações que fazemos a seguir.

Considerações finais

Após percorrermos diversos caminhos, das definições do jornalismo investigativo às apropriações feitas dessa especialidade no discurso de alguns agentes do jornalismo brasileiro, acreditamos que é possível marcarmos algumas posições e, mesmo, caminhar para um novo entendimento de jornalismo investigativo.

No primeiro capítulo, identificamos que haviam diversas definições para esta especialidade jornalística, que a nosso ver indicavam um terreno ainda em disputa no campo jornalístico. O jornalismo investigativo, mesmo indefinido, é sinônimo de sucesso profissional. E o termo “investigativo” que compõe a expressão alimenta imaginários de “cruzadas”, riscos, trabalho meticuloso, entre outros. Essa indefinição – visto que a maior parte das definições são apenas aparentes e não conseguem se sustentar solidamente diante da prática profissional –, então, permitiu que vários agentes se apropriassem da expressão “jornalismo investigativo” para classificar e distinguir a prática profissional que consideravam de qualidade.

De fato, as definições de jornalismo investigativo acionavam discursos tão caros ao jornalismo, como o “interesse público”, a “vigilância do poder” e a “revelação da verdade oculta”, que se mostrou árdua a tarefa de identificar as condições de emergência do discurso sobre o jornalismo investigativo no Brasil, após a sua aparição nos Estados Unidos, na década de 1960. No caso americano, o cenário político e cultural em contato com um jornalismo profissionalizado e competitivo nos dão segurança para delinear e compreender um pouco essa defesa de um jornalismo cuja iniciativa investigativa é obra do jornalista (ainda que não possamos esquecer que os grandes símbolos do jornalismo investigativo moderno norte-americano consistem em vazamentos). Mas, em nosso país, em meio a abertura de um regime militar marcado pela censura, a um campo jornalístico ainda em vias de se profissionalizar e de uma imprensa economicamente dependente do poder político, o “jornalismo investigativo” assume não apenas uma compreensão. Nossos manuais e livros de jornalismo investigativo que reúnem jornalistas de idades, formações, orientações políticas, trajetórias profissionais e interesses bem distintos são um sintoma da pluralidade de entendimentos que observamos até hoje em relação a essa questão.

No início do século, ao estudar o jornalismo investigativo na América do Sul, o teórico argentino Waisbord chega a sugerir que o jornalismo investigativo daqui fosse chamado de *watchdog journalism*. Algo que na nossa literatura tem sido chamado de papel de cão de guarda.

Ora, essa mudança de denominação parece mínima, quando na verdade extrai o componente do polêmico papel “ativo” do jornalista e nos deixa com a analogia do cão que vigia, resguarda um terreno, e que, ao identificar alguma anomalia, late. Assim, a forma como o nosso jornalista alcança a informação de um desvio não é a chave da questão. O ponto central é a ação de denunciar.

Durante um longo período da nossa pesquisa, a definição do argentino, que partia de um estudo primorosamente contextualizado dos cenários político, econômico e profissional de vários países da América do Sul, nos pareceu a melhor resposta para dar conta de toda uma variedade de reportagens jornalísticas que eram classificadas com o título de “reportagens investigativas” nas coletâneas da Abraji aqui analisadas. Mas algo que foi sempre incômodo é que a publicação de denúncias no jornalismo – e, talvez, seja importante atentarmos para o fato de que falamos de denúncias embasadas, mesmo que por investigações oficiais, e posteriormente apuradas ou analisadas nas redações – não é exclusividade desse discurso cujas condições de emergência no campo jornalístico nós tentávamos evidenciar.

O próprio Waisbord indicava uns caminhos para se refinar essa compreensão. O jornalismo investigativo brasileiro, então, se definia não simplesmente pela publicação de denúncias, mas pela publicação de denúncias de desvios e corrupção política e de atentados contra os direitos humanos praticados pela polícia. Essa especificidade temática era muito interessante na medida em que também explicava a aura de “sucesso profissional” que perpassava o jornalismo investigativo ao passo em que o situava, preferencialmente, em uma das editorias mais consagradas do jornalismo, a de política⁵⁴.

No entanto, ao analisarmos as primeiras coletâneas de jornalismo investigativo brasileiro, que trazem reportagens escritas desde a década de 1950, percebemos que esse critério da denúncia de política ou de atentado aos direitos humanos não se sustentava nos anos anteriores a 1990 e nem compreendia toda a produção reconhecida como jornalística investigativa a partir daquela década. Sobre a produção anterior a 1990, ao recorremos a formação histórica do jornalismo brasileiro, a dados econômicos, políticos e ao revisarmos o processo de profissionalização do campo, acreditamos que é possível defender que não havia condições de possibilidades para a prática do jornalismo investigativo (tomando a definição do jornalismo norte-americano moderno) e que, portanto, qualquer classificação de uma produção jornalística dessa época anterior deveria ser reflexo de interesses, disputas ou compreensões *a*

⁵⁴ Ver NEVEU, 1993.

posteriori (como a classificação da então extinta revista *Realidade* como trabalho de jornalismo investigativo).

Ao buscarmos identificar algumas das disputas que estariam em jogo entre os agentes que falavam de jornalismo investigativo ou eram nomeados de repórteres/jornalistas investigativos, estávamos inclinados a eleger uma que estivesse localizada no período posterior ao regime militar. Esta inclinação se justifica pela definição de jornalismo que apresentamos no início desse trabalho, segundo a qual sua função é tornar possível a democracia, atendendo ao público no seu direito à informação e, para a qual, a independência é pré-requisito. Assim, acreditamos que a disputa que vai se impor com mais força com a redemocratização é a disputa dos jornalistas profissionalizados para marcar a distinção entre a informação apurada por iniciativa do jornalista/do veículo de comunicação e aquela oriunda de assessorias de imprensa. Essa oposição, em nosso entendimento, parece ser a oposição central que também fundamenta a definição do jornalismo investigativo internacionalmente, a julgar pelo manual da Unesco, que dá muita atenção para a questão do uso de fontes de informações plurais e para a mudança na relação com as fontes oficiais (no jornalismo investigativo, ela deve ser de desconfiança).

Apesar dessa disputa (do jornalismo tradicional corrompido pelas assessorias *versus* o jornalismo investigativo) dar conta de explicar boa parte dos discursos em nível teórico, na prática, o jornalismo investigativo brasileiro (e, mesmo internacional) ainda é muito dependente de fontes privilegiadas que estejam dispostas a vazar uma informação, seja para benefício próprio, seja para benefício da sociedade.

Dessa forma, e tendo em vista todas as outras disputas que acreditamos ter conseguido apontar, acreditamos que ainda não temos uma produção classificada sob o nome de “reportagem investigativa” que justifique essa nomeação com base em características que sejam intrínsecas ao seu texto ou a sua produção. Para deixar nosso argumento mais claro, poderíamos analisar nossa afirmação à luz da proposta de Charaudeau para a definição do gênero da informação midiática. Ainda que não seja nosso objetivo defender (ou contestar) que o jornalismo investigativo constitua um gênero específico, os critérios de definição de gênero apontados pelo autor são muito elucidativos para o nosso caso. De forma simplificada, o gênero da informação midiática seria resultado do cruzamento da *instância enunciativa*, do *modo discursivo*, do *conteúdo temático* e do *dispositivo*. No jornalismo investigativo brasileiro observamos certo peso da instância enunciativa (a origem do sujeito falante), pois a filiação à entidade representativa dessa especialidade, o pertencimento a editorias privilegiadas ou veículos estabelecidos, entre outros exemplos, podem influenciar decisivamente na apresentação de uma reportagem como investigativa. Em termos de tipo de modo discursivo, a

julgar pelas três categorias definidas pelo autor – a saber: relatar, comentar ou provocar o acontecimento – o produto do jornalismo investigativo não consegue se distinguir da reportagem tradicional. Exceto se ensaiássemos uma quarta categoria, definida como “denunciar o acontecimento”. O dispositivo também não constituiu um fator decisivo nesta especialidade, apesar da prevalência do suporte impresso. O que nos deixa, para concluir a análise, com o conteúdo temático do jornalismo investigativo, que, novamente, apesar de privilegiar determinadas temáticas políticas, eventualmente se move em outras direções.

Assim, acreditamos que *a reportagem investigativa solicita uma representação*. Isto quer dizer que, devido à ausência de critérios estruturais (como a localização em uma editoria ou a existência de um expediente “repórter investigativo”), de conteúdos ou temáticas privilegiados e, principalmente, de métodos ou expertise exclusivos, uma produção jornalística só pode ser definida como investigativa com base em critérios externos que, em geral, tentam marcar uma posição dentro do campo jornalístico, e, mais importante, uma posição do campo jornalístico em relação à esfera do poder.

Não é sem fundamento que as reportagens sobre corrupção política são mais facilmente identificadas com o gênero jornalístico investigativo, na medida em que elas tendem a denunciar o poder vigente, ou seja, desafiam um polo dominante do poder. Essa afirmação fica mais clara à medida em que lembramos da reportagem policial, que, apesar de reivindicar o título de jornalismo investigativo, só passa a ser mais valorizada no campo jornalístico quando começa a denunciar a violência da própria instituição policial. Isso explica também porque reportagens de cunho mais social recebem pouco destaque na bibliografia sobre o jornalismo investigativo. Quando reportagens sobre assuntos relacionados a saúde, educação, problemas sociais, esportes, entre outros, adquirem uma boa repercussão e são reconhecidas – em prêmios, na descrição de livros, em convites para apresentação em congressos de jornalismo investigativo – como produções investigativas, isso se dá em virtude de uma alteração nas verdades que poderiam ser contadas naquele setor, abarcando, possivelmente, temáticas interditas pela esfera do poder. Um exemplo foi a ênfase dada à editoria de esporte em 2013 – seja no Seminário Regional, produzido pela Abraji, quanto na 8ª Conferência Global de Jornalismo Investigativo, produzido pela Global Investigative Journalism Network (GIJN) que aconteceu no Rio de Janeiro – motivada pela realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014 e pela possibilidade de se revelar esquemas de corrupção política em nível nacional, no governo ou na Confederação Brasileira de Futebol (CBF), e internacional, na Federação Internacional de Futebol (FIFA).

Em suma, acreditamos que Waisbord tem razão em defender que o jornalismo investigativo brasileiro deve ser definido pela sua ação de denúncia. Mas o que realmente o distingue de outros gêneros jornalísticos é a ressalva de que esta denúncia deve estar relacionada com temas que coloquem o campo jornalístico em posição de desafio à esfera do poder, ou, dito de outra forma, de redefinição do que é dito e do que é ocultado.

REFERÊNCIAS

- ADGHIRNI, Z. L. Rotinas produtivas do jornalismo em Brasília. In: MOUILLARD, M; PORTO, S. D. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília, Editora Universitária de Brasília, 2002.
- ALMEIDA, E. Um peregrino paciente. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.
- ANDRADE, E. “Eu queria denunciar”. In: MOLICA, F. (Org.). *Dez reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- AQUINO, W. Autos de resistência. In: MOLICA, F. (Org.). *50 anos de crimes: reportagens policiais*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ASSIS, J. C. de. Mistura do acaso e da competência. In: MOLICA, F. (Org.). *Dez reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- BARROS, J. A. Os 162 “Carelis” da polícia: voz de prisão e adeus. In: MOLICA, F. (Org.). *50 anos de crimes: reportagens policiais*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- BATISTA, M. Jornalismo apaixonado. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.
- BENSON, Rodney. Mapping field variation: journalism in France and the United States. In: BENSON, R.; NEVEU, E. *Bourdieu and the journalistic field*. Cambridge: Polity, 2005.
- BIAZOTO, S. Exercício de psicologia e dedicação. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. The political field, the social science field, and the journalistic field. In: BENSON, R.; NEVEU, E. *Bourdieu and the journalistic field*. Cambridge: Polity, 2005.
- _____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Lisboa: Presença, 1996.
- BRASIL. Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. DOFC PUB 10/02/1967 001657 1. Diário Oficial da União, Poder Legislativo. Brasília, DF, 10 fev. 1967. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=117132>>.
- Acesso em: 29 nov. 2014.
- _____. Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953. Regula a liberdade de imprensa. DOFC PUB 13/11/1953 019321 1. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 13 nov. 1953. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=109360>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. Decreto nº 24.776, de 14 de julho de 1934. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências. CLBR PUB 31/12/1934 004 001171 1. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, 31 dez. 1934. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=31890>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. Constituição (1891). Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. DOFC PUB 25/02/1891 000777 1. Diário Oficial da União, 25 fev. 1891. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=94947>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. Lei 0, de 20 de setembro de 1830. Sobre o abuso da liberdade da imprensa. CLBR PUB 31/12/1830 001 000035 1. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, 20 set. 1830a. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=81650>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. Decreto 0, de 22 de novembro de 1823. Manda executar provisoriamente o projeto da lei da Assembleia Constituinte sobre liberdade de imprensa. CLBR PUB 31/12/1823 001 000089 1. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, 22 nov. 1823. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/ListaPublicacoes.action?id=85339>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

BUCCI, E. Uma profissão, um conceito. *Revista de Jornalismo da ESPM*, 2012, Out-Dez, 26-30 p.

BUCCI, E. Para não esquecer Watergate. In: BERNSTEIN, C.; WOODWARD, B. *Todos os homens do presidente*. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

BURGH, H. De (Org.). *Jornalismo investigativo: contexto e prática*. São Paulo: Roca, 2008.

CHALABY, J. K. Scandal and the Rise of Investigative Reporting in France. *American Behavioral Scientist*, 2004, 47: 1194. Doi: 10.1177/0002764203262343.

CHALABY, J. K. O Jornalismo como Invenção Anglo-Americana: Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e o anglo-americano (1830s-1920). *Media & Jornalismo* (3), 2003, pp. 29-50.

CHAMPAGNE, Patrick. The "double dependency": the journalistic field between politics and markets. In: BENSON, R.; NEVEU, E. *Bourdieu and the journalistic field*. Cambridge: Polity, 2005.

_____. Introduction: le journalisme à l'économie. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 131, n. 1, p. 3-7, 2000.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006

- CHRISTOFOLETTI, R. Olhos de lince. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.
- CHRISTOFOLETTI, R.; KARAM, F. J. (Org.). *Jornalismo investigativo e pesquisa científica*. Florianópolis: Insular, 2011.
- CORREIA, E. L. *História e ficção na narrativa de um escândalo midiático*. 2012. 411 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- DELPORTE, C. *Les Journalistes en France, 1880-1950: Naissance et construction d'une profession*. Paris: Seuil, 1999.
- DINES, A. *O papel do jornal: uma releitura*. 4 ed. São Paulo: Summus, 1986.
- EPSTEIN, E. J. Did the press uncover Watergate?. *Commentary*, 1974. Disponível em: <http://www.edwardjayeepstein.com/archived/watergate.htm>. Acesso: 06 abril 2014.
- ETTEMA, J.; GLASSER, T. L. Narrative form and moral force: the realization of innocence and guilt through investigative journalism. *Journal of Communication*. 1988 : 8-26.
- FARO, J. S. *Revista Realidade, 1966-1968: tempo de reportagem na imprensa brasileira*. Canoas: Ed. da ULBRA/AGE, 1999.
- FORTES, L. *Jornalismo Investigativo*. São Paulo: Contexto, 2012.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GALLO, A. Cláudia Lessin Rodrigues: o corpo falou. In: MOLICA, F. (Org.). *50 anos de crimes: reportagens policiais*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- HERACLITO, E. A busca da informação confiável. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.
- HILLSTROM, Laurie. *The muckrakers and the Progressive Era*. Detroit : Omnigraphics, 2010.
- HUNTER, M. (Org.). A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos. UNESCO, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002264/226456POR.pdf>. Acessado em: 29 de julho de 2014.
- HUNTER, M. *Le Journalisme d'investigation*. Paris: PUF, 1997.
- IRE. What are the judging criteria? 2014. Disponível em: <http://ire.org/awards/ire-awards/#ques2a>. Acessado em: 15 de maio de 2014.
- KOVACH, B; ROSENSTIEL, T. *Os elementos do jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.

- KUCINSKI, B; LIMA, V. *Diálogos da perplexidade: reflexões críticas sobre a mídia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- LEIGH, D. “Brasil tornou-se polo de jornalismo investigativo”. *Observatório da Imprensa*, n. 770, 29 de outubro de 2013. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed770_brasil_tornou_se_polo_de_jornalismo_investigativo/. Acessado em: 10 de maio de 2015.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LOPES, F. L. *Ser jornalista no Brasil: identidade profissional e formação acadêmica*. São Paulo: Paulus, 2013.
- LOPES, D. F.; PROENÇA, J. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.
- MAGALHÃES, Anderson S. Nascimento e morte da lei de imprensa no Brasil: representações discursivas de autoria em jornalismo. *Alfa*, São Paulo, 55 (1), 2011.
- MARCHETTI, D. Les Révélations du “journalisme d’investigation”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 2000, 131-132, 30-40.
- _____. Les sous-champs spécialisés du journalisme. *Réseaux*, v. 20, n. 111, p. 21-55, 2002. Disponível em: http://www.cairn.info/sommaire.php?ID_REVUE=RES&ID_NUMPUBLIE=RES_111>. Acesso em: 3 dez. 2009.
- MELO, J. M. de; SILVA, C. E. L. da. *Perfis de jornalistas*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo: FTD, 1991.
- MELO, S. Jornalismo investigativo: um jornalismo independente? In: VII Congresso de Estudantes de Pós-Graduação em Comunicação – CONECO, 2014. Rio de Janeiro. *Anais do VII CONECO*. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B2ODb0VBwdnhcVJZSWNydy1mOUU/view>.
- MERKX, A. Investigação comprometida com o interesse público. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.
- MICK, J.; LIMA, S. *Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e de trabalho jornalístico em 2012*. Florianópolis: Insular, 2013.
- MOLICA, F. (Org.). *Dez reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- MOLICA, F. (Org.). *50 anos de crimes: reportagens policiais*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- MOREIRA, S. O olho da sociedade. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.
- NASCIMENTO, S. *Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.

- NEVEU, E. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- NEVEU, E. Pages « politique ». *Mots*, v. 37, n. 1, p. 6-28, 1993.
- PADILHA, S. Uma visão além do pragmatismo. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.
- PALÁCIOS, M. “Fazendo jornalismo em redes híbridas: notas para discussão da internet enquanto suporte mediático”. In: *Lista JnCultural*. Belo Horizonte: PUC Minas, fevereiro de 2003.
- PAULICS, V. Caco Barcellos: os correspondentes vão à guerra e ficam no hotel. In: MELO, J. M. de; SILVA, C. E. L. da. *Perfis de jornalistas*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo: FTD, 1991.
- PETRARCA, F. Construção do Estado, esfera pública e profissionalização do jornalismo no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 81-94, fev. 2010.
- PROTESS, D. L. et al. *The journalism of outrage: investigative reporting and agenda building in America*. New York: The Guilford Press, 1991.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- RIEFFEL, R. *L'élite des journalistes*. Paris: PUF, 1984.
- ROSELI, F (org.). *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*. São Paulo: Atlas, 2013.
- SANT’ANNA, F. Mídia das fontes: o difusor do jornalismo corporativo. *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*, 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/santanna-francisco-midia-fontes.pdf>. Acessado em: 06 de maio de 2015.
- SANT’ANNA, F. Quem faz a notícia no parlamento brasileiro? Análise comparativa das rotinas dos newsmakers do Senado Federal. *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*, 2007. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/santanna-francisco-quem-faz-a-noticia-parlamento.pdf>. Acessado em: 06 de maio de 2015.
- SANTOS, R.; SIQUEIRA, N. Investigar faz parte do jornalismo. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.
- SCHUDSON, M. *Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- SCHUDSON, M. Why democracies need an unlovable press. In: COOK, Timothy (Org.). *Freeing the presses: the First Amendment in action*. Louisiana: LSUP, 2005.
- SCHUDSON, M. Watergate and the press. In: *The power of news*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

- SEVERIANO, M. A sangue quente. In: MOLICA, F. (Org.). *Dez reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SEQUEIRA, C. *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus Editorial, 2005.
- SILVA, C. E. L. da. *Mil dias: seis mil dias depois*. São Paulo: Publifolha, 2005.
- SILVA, C. E. L. da. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.
- SODRÉ, M. A experiência narrativa. In: *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009 (pp. 137-174).
- SOUZA, C. V. e. *Repórteres e reportagens no jornalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- SOUZA, P. de. O esquartejador. In: MOLICA, F. (Org.). *50 anos de crimes: reportagens policiais*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- TELLES, H. Kit ladrãozinho. In: MOLICA, F. (Org.). *50 anos de crimes: reportagens policiais*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- THOMPSON, J. B. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.
- TOLEDO, J. R. Reportagem Assistida por Computador (RAC) e jornalismo investigativo. In: In: CHRISTOFOLETTI, R. e KARAM, F. J. (Org.). *Jornalismo investigativo e pesquisa científica*. Florianópolis: Insular, 2011.
- TRÄSEL, M. *Entrevistando planilhas: estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS – Porto Alegre, 2014.
- TRAVANCAS, I. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 2011.
- TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.
- URANGA, W. Investigación, poder y política: una mirada desde el periodismo. In: CHRISTOFOLETTI, R. e KARAM, F. J. (Org.). *Jornalismo investigativo e pesquisa científica*. Florianópolis: Insular, 2011.
- WAISBORD, Silvio. *Watchdog journalism in South America: news, accountability, and democracy*. New York : Columbia University Press, 2000.

ANEXO 1 – TABELAS DE VENCEDORES DO PULITZER E SUAS DESCRIÇÕES (UTILIZADOS NA CONTAGEM DE PALAVRAS)

Cinco últimos vencedores antes da modificação da categoria para reportagem investigativa

Local Reporting; Edition Time (Winners) - 1959 a 1963	Local Reporting; No Edition Time (Winners) - 1959 a 1963
1963 Sylvan Fox, Anthony Shannon and William Longgood <i>New York World-Telegram and Sun</i> . For their reporting of an air crash in Jamaica Bay, killing 95 persons on March 1, 1962.	1963 Oscar Griffin, Jr. <i>Pecos (TX) Independent and Enterprise</i> . Who as editor initiated the exposure of the Billie Sol Estes scandal and thereby brought a major fraud on the United States government to national attention with resultant investigation, prosecution and conviction of Estes.
1962 Robert D. Mullins <i>Deseret News, Salt Lake City, UT</i> . For his resourceful coverage of a murder and kidnapping at Dead Horse Point, Utah.	1962 George Bliss <i>Chicago Tribune</i> . For his initiative in uncovering scandals in the Metropolitan Sanitary District of Greater Chicago, with resultant remedial action.
1961 Sanche De Gramont <i>New York Herald Tribune</i> . For his moving account of the death of Leonard Warren on the Metropolitan Opera stage.	1961 Edgar May <i>Buffalo (NY) Evening News</i> . For his series of articles on New York State's public welfare services entitled, "Our Costly Dilemma," based in part on his three-month employment as a State case worker. The series brought about reforms that attracted nation-wide attention.
1960 Jack Nelson <i>The Atlanta (GA) Constitution</i> . For the excellent reporting in his series of articles on mental institutions in Georgia.	1960 Miriam Ottenberg <i>The Evening Star, Washington, DC</i> . For a series of seven articles exposing a used-car racket in Washington, D.C., that victimized many unwary buyers. The series led to new regulations to protect the public and served to alert other communities to such sharp practices.
1959 Miss Mary Lou Werner <i>The Evening Star, Washington, DC</i> . For her comprehensive year-long coverage of the integration crisis in Virginia which demonstrated admirable qualities of accuracy, speed and the ability to interpret the news under deadline pressure in the course of a difficult and taxing assignment.	1959 John Harold Brislin <i>Scranton (PA) Tribune and Scrantonian</i> . For displaying courage, initiative and resourcefulness in his effective four-year campaign to halt labor violence in his home city, as a result of which ten corrupt union officials were sent to jail and a local union was emboldened to clean out racketeering elements.

Vencedores após a mudança de nomeação da categoria para reportagem investigativa

Local Investigative Specialized Reporting (Winners) - 1964 a 1984	Investigative Reporting (Winners) - 1985 a 2014
1984 Kenneth Cooper, Joan Fitz Gerald, Jonathan Kaufman, Norman Lockman, Gary Mc Millan, Kirk Scharfenberg and David Wessel <i>The Boston Globe</i> . For their series examining race relations in Boston, a notable exercise in public service that turned a searching gaze on some the city's most honored institutions including <i>The Globe</i> itself.	2014 Chris Hamby <i>The Center for Public Integrity, Washington, DC</i> . For his reports on how some lawyers and doctors rigged a system to deny benefits to coal miners stricken with black lung disease, resulting in remedial legislative efforts.
1983 Loretta Tofani <i>The Washington Post</i> . For her investigation of rape and sexual assault in the Prince George's County, Maryland, Detention Center.	2013 David Barstow and Alejandra Xanic von Bertrab <i>The New York Times</i> . For their reports on how Wal-Mart used widespread bribery to dominate the market in Mexico, resulting in changes in company practices.

Local Investigative Specialized Reporting (Winners) - 1964 a 1984	Investigative Reporting (Winners) - 1985 a 2014
<p>1982 Paul Henderson <i>The Seattle Times</i>. For reporting which proved the innocence of a man convicted of rape.</p>	<p>2012 Matt Apuzzo, Adam Goldman, Eileen Sullivan and Chris Hawley <i>the Associated Press</i>. For their spotlighting of the New York Police Department's clandestine spying program that monitored daily life in Muslim communities, resulting in congressional calls for a federal investigation, and a debate over the proper role of domestic intelligence gathering.</p>
<p>1981 Clark Hallas and Robert B. Lowe <i>The Arizona Daily Star</i>. For their investigation of the University of Arizona Athletic Department.</p>	<p>2012 Michael J. Berens and Ken Armstrong <i>The Seattle Times</i>. For their investigation of how a little known governmental body in Washington State moved vulnerable patients from safer pain-control medication to methadone, a cheaper but more dangerous drug, coverage that prompted statewide health warnings.</p>
<p>1980 Stephen A. Kurkjian, Alexander B. Hawes Jr., Nils Bruzelius, Joan Vennoch and Robert M. Porterfield of <i>The Boston Globe</i>, Spotlight Team. For articles on Boston's transit system.</p>	<p>2011 Paige St. John <i>Sarasota Herald-Tribune</i>. For her examination of weaknesses in the murky property-insurance system vital to Florida homeowners, providing handy data to assess insurer reliability and stirring regulatory action.</p>
<p>1979 Gilbert M. Gaul and Elliot G. Jaspin <i>Pottsville (PA) Republican</i>. For stories on the destruction of the Blue Coal Company by men with ties to organized crime.</p>	<p>2010 Barbara Laker and Wendy Ruderman <i>Philadelphia Daily News</i>. For their resourceful reporting that exposed a rogue police narcotics squad, resulting in an FBI probe and the review of hundreds of criminal cases tainted by the scandal.</p>
<p>1978 Anthony R. Dolan <i>The Stamford (CT) Advocate</i>. For a series on municipal corruption.</p>	<p>2010 Sheri Fink <i>ProPublica</i>, in collaboration with <i>The New York Times Magazine</i>. For a story that chronicles the urgent life-and-death decisions made by one hospital's exhausted doctors when they were cut off by the floodwaters of Hurricane Katrina.</p>
<p>1977 Acel Moore and Wendell Rawls Jr. <i>The Philadelphia Inquirer</i>. For their reports on conditions in the Farview (Pa.) State Hospital for the mentally ill.</p>	<p>2009 David Barstow <i>The New York Times</i>. For his tenacious reporting that revealed how some retired generals, working as radio and television analysts, had been co-opted by the Pentagon to make its case for the war in Iraq, and how many of them also had undisclosed ties to companies that benefited from policies they defended.</p>
<p>1976 Staff <i>Chicago Tribune</i>. For uncovering widespread abuses in Federal housing programs in Chicago and exposing shocking conditions at two private Chicago hospitals.</p>	<p>2008 Walt Bogdanich and Jake Hooker <i>The New York Times</i>. For their stories on toxic ingredients in medicine and other everyday products imported from China, leading to crackdowns by American and Chinese officials.</p>
<p>1975 Staff <i>Indianapolis Star</i>. For its disclosures of local police corruption and dilatory law enforcement, resulting in a cleanup of both the Police Department and the office of the County Prosecutor.</p>	<p>2008 Staff <i>Chicago Tribune</i>. For its exposure of faulty governmental regulation of toys, car seats and cribs, resulting in the extensive recall of hazardous products and congressional action to tighten supervision.</p>
<p>1974 William Sherman <i>New York Daily News</i>. For his resourceful investigative reporting in the exposure of extreme abuse of the New York Medicaid program.</p>	<p>2007 Brett Blackledge <i>The Birmingham (AL) News</i>. For his exposure of cronyism and corruption in the state's two-year college system, resulting in the dismissal of the chancellor and other corrective action. (Moved by the Board from the Public Service category.)</p>
<p>1973 Staff <i>The Sun Newspapers of Omaha, NE</i>. For uncovering the large financial resources of Boys Town, Nebraska, leading to reforms in this</p>	<p>2006 Susan Schmidt, James V. Grimaldi and R. Jeffrey Smith <i>The Washington Post</i>. For their indefatigable probe of Washington lobbyist Jack</p>

Local Investigative Specialized Reporting (Winners) - 1964 a 1984	Investigative Reporting (Winners) - 1985 a 2014
<i>charitable organization's solicitation and use of funds contributed by the public.</i>	<i>Abramoff that exposed congressional corruption and produced reform efforts.</i>
1972 Timothy Leland, Gerard M. O'Neill, Stephen A. Kurkjian and Ann Desantis <i>The Boston Globe</i> . For their exposure of widespread corruption in Somerville, Massachusetts.	2005 Nigel Jaquiss <i>Willamette Week</i> , Portland, Oregon. For his investigation exposing a former governor's long concealed sexual misconduct with a 14-year-old girl.
1971 William Jones <i>Chicago Tribune</i> . For exposing collusion between police and some of Chicago's largest private ambulance companies to restrict service in low income areas, leading to major reforms.	2004 Michael D. Sallah, Mitch Weiss and Joe Mahr <i>The Blade</i> , Toledo, OH. For their powerful series on atrocities by Tiger Force, an elite U.S. Army platoon, during the Vietnam War.
1970 Harold Eugene Martin <i>Montgomery Advertiser and Alabama Journal</i> . For his expose of a commercial scheme for using Alabama prisoners for drug experimentation and obtaining blood plasma from them.	2003 Clifford J. Levy <i>The New York Times</i> . For his vivid, brilliantly written series "Broken Homes" that exposed the abuse of mentally ill adults in state-regulated homes.
1969 Albert L. Delugach and Denny Walsh <i>St. Louis Globe-Democrat</i> . For their campaign against fraud and abuse of power within the St. Louis Steamfitters Union, Local 562.	2002 Sari Horwitz, Scott Higham and Sarah Cohen <i>The Washington Post</i> . For a series that exposed the District of Columbia's role in the neglect and death of 229 children placed in protective care between 1993 and 2000, which prompted an overhaul of the city's child welfare system.
1968 J. Anthony Lukas <i>The New York Times</i> . For the social document he wrote in his investigation of the life and the murder of Linda Fitzpatrick.	2001 David Willman <i>Los Angeles Times</i> . For his pioneering exposé of seven unsafe prescription drugs that had been approved by the Food and Drug Administration, and an analysis of the policy reforms that had reduced the agency's effectiveness.
1967 Gene Miller <i>Miami Herald</i> . Whose initiative and investigative reporting helped to free two persons wrongfully convicted of murder.	2000 Sang-Hun Choe, Charles J. Hanley and Martha Mendoza <i>Associated Press</i> . For revealing, with extensive documentation, the decades-old secret of how American soldiers early in the Korean War killed hundreds of Korean civilians in a massacre at the No Gun Ri Bridge.
1966 John Anthony Frasca <i>Tampa (FL) Tribune</i> . For his investigation and reporting of two robberies that resulted in the freeing of an innocent man.	1999 Staff <i>The Miami Herald</i> . For its detailed reporting that revealed pervasive voter fraud in a city mayoral election, that was subsequently overturned.
1965 Gene Goltz <i>Houston Post</i> . For his expose of government corruption Pasadena, Texas, which resulted in widespread reforms.	1998 Gary Cohn and Will Englund <i>The Baltimore Sun</i> . For their compelling series on the international shipbreaking industry, that revealed the dangers posed to workers and the environment when discarded ships are dismantled.
1964 James V. Magee and Albert V. Gaudiosi, reporters, and Frederick Meyer, photographer, of The Philadelphia Bulletin . For their expose of numbers racket operations with police collusion in South Philadelphia, which resulted in arrests and a cleanup of the police department.	1997 Eric Nalder, Deborah Nelson and Alex Tizon <i>The Seattle Times</i> . For their investigation of widespread corruption and inequities in the federally-sponsored housing program for Native Americans, which inspired much-needed reforms.
	1996 Staff <i>The Orange County Register</i> , Santa Ana, CA. For reporting that uncovered fraudulent and unethical fertility practices at a leading research university hospital and prompted key regulatory reforms.
	1995 Brian Donovan and Stephanie Saul <i>Newsday</i> , Long Island, NY. For their stories

Local Investigative Specialized Reporting (Winners) - 1964 a 1984	Investigative Reporting (Winners) - 1985 a 2014
	that revealed disability pension abuses by local police.
	1994 Staff <i>Providence Journal-Bulletin</i> . For thorough reporting that disclosed pervasive corruption within the Rhode Island court system.
	1993 Jeff Brazil and Steve Berry <i>Orlando (FL) Sentinel</i> . For exposing the unjust seizure of millions of dollars from motorists --most of them minorities-- by a sheriff's drug squad.
	1992 Lorraine Adams and Dan Malone <i>Dallas Morning News</i> . For reporting that charged Texas police with extensive misconduct and abuses of power.
	1991 Joseph T. Hallinan and Susan M. Headden <i>The Indianapolis Star</i> . For their shocking series on medical malpractice in the state.
	1990 Lou Kilzer and Chris Ison <i>Star Tribune</i> , Minneapolis-St. Paul. For reporting that exposed a network of local citizens who had links to members of the St. Paul fire department and who profited from fires, including some described by the fire department itself as being of suspicious origin.
	1989 Bill Dedman <i>The Atlanta Journal and Constitution</i> . For his investigation of the racial discrimination practiced by lending institutions in Atlanta, reporting which led to significant reforms in those policies.
	1988 Dean Baquet, William Gaines and Ann Marie Lipinski <i>Chicago Tribune</i> . For their detailed reporting on the self-interest and waste that plague Chicago's City Council.
	1987 John Woestendiek <i>The Philadelphia Inquirer</i> . For outstanding prison beat reporting, which included proving the innocence of a man convicted of murder.
	1987 Daniel R. Biddle, H. G. Bissinger and Fredric N. Tulsky <i>The Philadelphia Inquirer</i> . For their series "Disorder in the Court," which revealed transgressions of justice in the Philadelphia court system and led to federal and state investigations.
	1986 Jeffrey A. Marx and Michael M. York <i>Lexington (KY) Herald Leader</i> . For their series "Playing Above the Rules," which exposed cash payoffs to University of Kentucky basketball players in violation of NCAA regulations and led to significant reforms.
	1985 William K. Marimow <i>The Philadelphia Inquirer</i> . For his revelation that city police dogs had attacked more than 350 people -- an expose that led to investigations of the K-9 unit and the removal of a dozen officers from it.
	1985 Lucy Morgan and Jack Reed <i>St. Petersburg (FL) Times</i> . For their thorough reporting on Pasco County Sheriff John Short, which revealed his department's corruption and led to his removal from office by voters.

ANEXO 2 – TABELA DE VENCEDORES DO CONCURSO TIM LOPES

ANO	CATEGORIA	TRABALHO/ TEMA	AUTORES	VEÍCULO
2002	JORNAL	Caderno Confissões de Família	Maria Clarice Dias, Juliana Cézar Nunes e Marina Oliveira	Correio Braziliense (DF)
2002	JORNAL	Caderno Nos jardins da infância	Suzana Varjão, Ricardo Mendes e Rosana Zucolo	A Tarde (BA)
2002	REVISTA	Dormindo com o inimigo	Mônica Beatriz Figueiredo e Bia Sant’Anna	Revista MTV (SP)
2002	RÁDIO	Acolhimento com dignidade	Nelcira Nascimento e Ângela Bastos	Rádio Gaúcha (RS) e Diário Catarinense (SC)
2002	TV	Infância Roubada	Walace Lara e Ana Quezado	TV Verdes Mares (CE)
2002	MÍDIA ALTERNATIVA	não consta	não consta	NÃO CONSTA
2004	REVISTA	Perigo Digital/ Bandido ou doente/ Exemplo da Europa	Alan Rodrigues e Mário Simas Filho	Isto É
2004	JORNAL	Série sobre exploração sexual em boates	Jaqueline Ferreira e o repórter fotográfico Renato Chalú	O Liberal
2004	JORNAL	Série A Infância no limite	Mauri König e do repórter fotográfico Albari Rosa	Gazeta do Povo (PR)
2004	MÍDIA ALTERNATIVA	Asas Feridas	Leandro Colling, Walter Fernando Garcia e Rosana Zucolo	Agência Baiana de Notícias
2004	RÁDIO	Radiografia da violência sexual contra crianças e adolescentes	Márcia Detoni	Radiobrás
2006	JORNAL	Infância Perdida	Érika Klingl	Correio Braziliense (DF)
2006	JORNAL	Caderno especial Exploração Sexual Infanto-Juvenil	Ricardo Mendes e equipe	A Tarde (BA)
2006	RÁDIO	Problemas no atendimento médico às vítimas da exploração sexual	Carlos Moraes e equipe	Rádio Jornal 780 AM (PE)
2006	MÍDIA ALTERNATIVA	Casos em que a ausência de punição aumentou o sofrimento dos familiares	Fernanda Sucupira	Agência Carta Maior (SP)
2006	TV	Violência sexual contra crianças e adolescentes indígenas	Alinne Passos e equipe	TV Record
2006	TEMÁTICA ESPECIAL	Documento BR: histórias de exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais	Cláudio Ribeiro e equipe	O Povo (CE)

ANO	CATEGORIA	TRABALHO/ TEMA	AUTORES	VEÍCULO
2008	MÍDIA IMPRESSA	Eldorados da Exploração Infantil	Leonencio Nossa e Celso Silva Sarmento Júnior	O Estado de S. Paulo e Agência Estado (SP)
2008	TV	Pacto de Silêncio	Ana Quezado e Eulália Camurça	TV Verdes Mares (CE)
2008	RÁDIO	Projetos de combate ao abuso e exploração sexual na região Norte	Juliana Cézar Nunes, Beth Begonha, Harrison Reis e Alessandra Vasconcelos	Rádio Nacional da Amazônia (DF)
2008	MÍDIA ONLINE E ALTERNATIVA	Faltam políticas públicas para enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes indígenas	Natália Capillé, Nataly Foschaches e Eranir Martins Siqueira	Portal índio de Papel (MS)
2008	MÍDIA ONLINE E ALTERNATIVA	Crimes sexuais: esse assunto é da nossa conta, sim!	Alinne Abrahão da Conceição, Avelina Oliveira de Castro e Jaqueline Almeida	Revista Viração (SP)
2008	TEMÁTICA ESPECIAL	Traficados, explorados e invisíveis	Avelina Castro, Jaqueline Almeida e Shirley Penaforte	Jornal da Amazônia e O Liberal (PA)
2008	MENÇÃO HONROSA	O reverso do desenvolvimento: o impacto das grandes obras na exploração sexual de crianças e adolescentes	Luciana Kraemer e equipe	Rede Brasil Sul de Telecomunicações - RBS TV, Jornal Zero Hora e Rádio Gaúcha (RS)
2008	MENÇÃO HONROSA	Reféns do Abandono	Helena Mader e Érica Montenegro	Correio Braziliense (DF)
2010	TEMÁTICA ESPECIAL	O desafio do enfrentamento à Violência Sexual facilitada pelas novas tecnologias de comunicação e informação	Ana Lúcia Caldas e equipe	Rádios EBC (Radioagência Nacional, rádios Nacional e MEC de Brasília, Rio de Janeiro, Amazônia e Alto Solimões)
2010	RÁDIO	O Poder que abusa	Carlos Morais e Equipe	Rádio Jornal 780 AM (PE)
2010	TV	Pedofilia: um novo olhar	Branca Azeredo de Andrade e equipe	SBT
2010	MÍDIA IMPRESSA	Exploração sexual de crianças e adolescentes: quem vai para a cadeia?	Demétrio Pires Weber Candiota da Rosa	O GLOBO
2010	MÍDIA IMPRESSA	Travessia sem volta: histórias de adolescentes exploradas sexualmente no Brasil, Paraguai e Bolívia	Osvaldo dos Passos Pereira Junior e equipe	Correio do Estado (MS)
2010	MÍDIA ALTERNATIVA, COMUNITÁRIA E ONLINE	Infância perdida	Fabiana Maranhão Lourenço da Silva e equipe	TV Jornal (PE), Rádio Jornal 780 AM, Jornal do Commercio

ANO	CATEGORIA	TRABALHO/ TEMA	AUTORES	VEÍCULO
2010	MENÇÃO HONROSA	Exploração Sexual infanto-juvenil: Juventude Vendida!	Wendell Rodrigues da Silva e equipe	TV Correio (PB)
2012	TEMÁTICA ESPECIAL	Um país a mercê do turismo predatório	Mauri Konig	Gazeta do Povo (PR)
2012	TEMÁTICA ESPECIAL	O Sistema Nacional de Registro de Hóspedes e o abuso sexual de crianças e adolescentes	Rosiane Correia de Freitas	Site Teia de Notícias
2012	RÁDIO	A fragilidade violada – abuso sexual contra crianças e jovens com deficiência	Daniele Lessa Soares	Rádio Câmara
2012	TV	Impactos do setor sucroalcooleiro na exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul.	Rodrigo Kaiser Saccone	Canal Rural
2012	MÍDIA IMPRESSA	Quando a Infância perde o Jogo	Juliana Fernandes Braga	Correio Braziliense (DF)
2012	MÍDIA ALTERNATIVA, COMUNITÁRIA E ONLINE	A outra face do progresso	Maíra Streit	Revista Fórum
2014	RÁDIO	Direitos das crianças no país da Copa	Juliana Cezar Nunes	Rádios EBC (Radioagência Nacional, rádios Nacional e MEC de Brasília, Rio de Janeiro, Amazônia e Alto Solimões)
2014	MÍDIA IMPRESSA	Copa sem escola	Bruno de Carvalho Moreno	Hoje em Dia (MG)
2014	MÍDIA IMPRESSA	Cais do abandono	Helena Mader	Correio Braziliense (DF)
2014	MÍDIA ALTERNATIVA, COMUNITÁRIA E ONLINE	Além da Copa	Mellyna Andrea Reis dos Santos	Portal NE10/Jornal do Commercio
2014	TEMÁTICA ESPECIAL	Jogo sujo: Copa faz crescer ameaça de exploração sexual infantil	Andrea Di Profio Moretoni	Agência Pública de Jornalismo Investigativo
2014	TEMÁTICA ESPECIAL	Meninos à venda	Fernanda Cirenza	Revista Brasileiros
2014	MENÇÃO HONROSA	Exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto da Copa do Mundo 2014	Bianca Vasconcellos	TV Brasil – Empresa Brasil de Comunicação

Fonte: <http://www.andi.org.br/>